EDITAL DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO/SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 00042.001814/2022-87 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - SEMA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 015/2023 - RELANÇAMENTO
LICITAÇÃO DIFERENCIADA PARA COTA PRINCIPAL, COTA RESERVADA PARA ME/EPP/MEI E COTA EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI

PARTE GERAL

O Coordenador Geral das Licitações/SEMA/PMT, designado pelo Decreto Municipal nº 20.692, de 3 de março de 2021- Gabinete do Prefeito, vinculado à Secretaria de Administração e Recursos Humanos-SEMA, torna público aos interessados, que a(o) Pregoeira(o) nomeada(o) pelo **pelo Decreto nº. 23.478 de 06 de janeiro de 2023** – Gabinete do Prefeito e equipe de apoio nomeda pela **Portaria nº 243/2021**, por intermédio do **BANCO DO BRASIL S.A**., e por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *INTERNET* torna público que, de acordo com Leis nºs 8.666 e 10.520, de 21.06.1993 e 17.07.2002, Decreto Federal 10.024 de 20.09.2019, respectivamente, Decreto Municipal nº 9.177, de 02 de fevereiro de 2009, Decreto Municipal nº 9.178, de 02 de fevereiro de 2009, Decreto Municipal n º 9.175, de 02 de fevereiro de 2009, Decreto Municipal nº 14.346. de 1º de setembro de 2014, Decreto Municipial nº 17.058, de 21.07.2017, Leis Complementares nº 123 e 147, de 14.12.2006 e 07.08.2014, respectivamente, o Decreto Federal nº 8.538 de 06.10.2015, Decreto Municipal nº 20.697, de 3 de março de 2021 e o Regulamento de Licitações o Banco do Brasil, publicado no D.O.U. em 24.06.96, e os termos deste edital, realizará processo licitatório, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** cuja minuta padrão foi aprovada pelo PARECER PGM Nº **1.078/2022** , na forma abaixo:

DADOS DO CERTAME			
ÓRGÃO SOLICITANTE	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - SEMA		
OBJETO	Aquisição de materiais de limpeza, necessários ao desempenho das funções administrativas cotidianas dos órgãos da Prefeitura Municipal de Teresina.		
Esclarecimentos	Até 07/03/2023 às 13h30min para o endereço: **chriscplsema@gmail.com**		
Impugnações	Até 07/03/2023 às 13h 30min para o endereço: **chriscplsema@gmail.com**		
Início da Sessão Eletrônica	10/03/2023 às 09h00min	**Início de Disputa de lances**	13/03/2023 às 09h00min
Disponibilidade do Edital	17/02/2023 às 14h00min		
Endereços eletrônicos para retirada do Edital	**www.licitações-e.com.br,** https://www.tce.pi.gov.br, e solicitado via e-mail:		
Valor estimado	**Valor Total: R$ 5.584.135,22 (Cinco Milhões, Quinhentos e Oitenta e Quatro Mil, Centro e trinta e cinco reais e Vinte e dois centavos).** (X) Estimado ( ) Máximo ( ) Referência ( ) Orçamento Sigiloso		

Fonte de Recurso	Tendo em vista tratar-se de fornecimento com base em Sistema de Registro de Preços, **a dotação orçamentária só se fará necessária quando da celebração do contrato, por cada órgão participante.**
Natureza do objeto	(X) AQUISIÇÃO ( ) SERVIÇO
Participação – MEI / ME /EPP	( ) Licitação Exclusiva para MEI / ME / EPP – Art. 48, I da Lei Complementar nº 123/06 (X) Licitação com itens/grupos cotas de até 25% reservadas para MEI / ME / EPP – Art. 48, III da Lei Complementar nº 123/06 ( ) Licitação de Ampla Participação.
Prazo para envio da proposta/ documentação	Até 10/03/2023 às 08h 59min
INFORMAÇÕES	
Pregoeira(o)	**Christiana Barros Castelo Branco**
Endereço	Comissão de Compras e Serviços Técnicos Profissionais Especializados e Alienações – CPL COMPRAS/SEMA, localizada na Rua Firmino Pires, nº 121, Centro Norte. Telefone: (86) 3229-0015.
Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente o **horário de Brasília –DF.**	
PROBLEMAS COM CONEXÃO E/OU DÚVIDAS SOBRE O SITE "LICITAÇÕES-E": Capitais e Regiões metropolitanas: Tel.: 3003-0500 Demais Localidades: Tel.: 0800-729-0500	
Forma de apresentação da proposta	(X) POR ITEM (lances se darão pelo valor total de cada item) ( ) POR LOTE (lance se darão pelo valor total de cada lote)
Critério de julgamento e intervalo de diferença entre os lances	(X) MENOR PREÇO POR ITEM ( ) MENOR PREÇO POR LOTE O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de R$ 0,10 (Dez centavos).
Consórcio	( ) Poderão participar empresas em consórcio, (X) A vedação à participação de consórcio se justifica na medida em que o objeto é comum e perfeitamente pertinente e compatível para empresas atuantes do ramo licitado. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio.
Validade da proposta	A proposta comercial terá validade mínima de **90 (noventa) dias**, a contar da data da abertura da sessão pública.
Modo de disputa	( ) ABERTO (X) ABERTO E FECHADO

SEÇÃO I - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação consiste no sistema de registro de preços para o fornecimento de materiais de limpeza, necessários ao desempenho das funções administrativas cotidianas dos órgãos da Prefeitura Municipal de Teresina.

1.2. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

1.2.1. Os materiais a serem licitados, por meio do Sistema de Registro de Preços, são:

COTA PRINCIPAL						
ITEM	**DESCRÇÃO**	**CODIGO E-GOVERNE**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QUANT. ANUAL ESTIMADA**	**PREÇO UNIT.**	**PREÇO TOTAL ANUAL ESTIMADO**
1	Máscara cirúrgica descartável, com 3 camadas de proteção (pacote com 50 unidades)	35669	PA	16.585		
2	Papel higiênico branco alvejado, rolo com min. 10 cm x 30 m. (**Pacote contendo 4 rolos)**	44614	PACOTE	51.664		
3	Papel toalha creme c/1000 fls	20781	PACOTE	20.345		
4	Saco p/ lixo capacidade 100Lt, espessura 0,10 microns, **pct. com 100un**	4859	PACOTE	17.305		
5	Saco p/ lixo capacidade 15Lt, espessura 0,008 microns, **pct. com 100un**	2616	PACOTE	11.826		
6	Saco p/ lixo capacidade 20Lt, espessura 0,008 microns, **pct. com 100un**	982	PACOTE	10.692		
7	Saco p/ lixo capacidade 30Lt, espessura 0,008 microns, **pct. com 100un**	4860	PACOTE	13.491		
8	Saco p/ lixo capacidade 50Lt, espessura 0,008 microns, **pct. com 100un**	4862	PACOTE	13.202		
9	Saco para lixo hospitalar branco 100L, **pct. com 100un**	39285	PACOTE	4.507		
10	Luvas de silicone tamanho G, **pct. com 100un**	42725	PACOTE	6.638		
11	Touca descartável embalagem **c/100 und**	12336	CAIXA	15.129		

12	Balde a pedal polipropileno 30 – 49L	39620	UNIDADE	751		
13	Balde com pedal aço 16 – 20L	13827	UNIDADE	681		
14	Luva cirúrgica G, látex (**caixa com 100und**)	36395	CAIXA	2.349		

COTA RESERVADA PARA ME/EPP/MEI

ITEM	DESCRIÇÃO	CODIGO E-GOVERNE	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. ANUAL ESTIMADA	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL ANUAL ESTIMADO
15	Máscara cirúrgica descartável, com 3 camadas de proteção (pacote com 50 unidades)	35669	PA	1.842		
16	Papel higiênico branco alvejado, rolo com min. 10 cm x 30 m. (**Pacote contendo 4 rolos)**	702	PACOTE	5.740		
17	Papel toalha creme **c/1000 fls**	20781	PACOTE	2.260		
18	Saco p/ lixo capacidade 100Lt, espessura 0,10 microns, **pct. com 100un**	4859	PACOTE	1.922		
19	Saco p/ lixo capacidade 15Lt, espessura 0,008 microns, **pct. com 100un**	2616	PACOTE	1.314		
20	Saco p/ lixo capacidade 20Lt, espessura 0,008 microns, **pct. com 100un**	982	PACOTE	1.188		
21	Saco p/ lixo capacidade 30Lt, espessura 0,008 microns, **pct. com 100un**	4860	PACOTE	1.499		
22	Saco p/ lixo capacidade 50Lt, espessura 0,008 microns, **pct. com 100un**	4862	PACOTE	1.466		
23	Saco para lixo hospitalar branco 100L, **pct. com 100un**	39285	PACOTE	500		
24	Luvas de silicone tamanho G, **pct. com 100un**	42725	PACOTE	737		
25	Touca descartável embalagem, **caixa com**	12336	CAIXA	1.681		

	100 unidades					
26	Balde a pedal polipropileno 30 – 49L	39620	UNIDADE	83		
27	Balde com pedal aço 16 – 20L	13827	UNIDADE	75		
28	Luva cirúrgica G, látex **(caixa com 100und)**	36395	CAIXA	260		

COTA EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI

ITEM	DESCRIÇÃO	CODIGO E-GOVERNE	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. ANUAL ESTIMADA	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL ANUAL ESTIMADO
29	Ácido Muriático (removic) 1.000 ml, **caixa com 12 unidades**	31665	CAIXA	1.024		
30	Água Sanitária	21817	LITRO	18.164		
31	Álcool 1 litro	17494	LITRO	7.226		
32	Álcool etílico em gel a 70%, frasco com 500g	17319	FRASCO	7.724		
33	Amaciante para roupas 20lts	15618	GALÃO	205		
34	Balde plástico com alça em alumínio capacidade 10litros	19392	UNIDADE	2.357		
35	Botas de PVC **cano curto**	37912	PAR	971		
36	Cera líquida incolor, frasco com 1000ml	459	LITRO	951		
37	Cesto plástico de lixo telado 9,6 L	2052	UNIDADE	2.275		
38	Cesto plástico para lixo – capacidade 15 litros (com tampa e com pedal)	16896	UNIDADE	1.351		
39	Ciscador de grama e jardim c/ cabo	3079	UNIDADE	768		
40	Desinfetante líquido p/ uso em geral, c/ ação germ. 5 Litros	503	FRASCO	4.618		
41	Desinfetante em pastilha p/ vaso sanitário 40 gr	7258	UNIDADE	8.960		
42	Desinfetante líquido p/ uso em geral 1 litro	7439	LITRO	8.426		
43	Desodorizador de ambiente em aerossol (spray) com no mínimo	37124	UNIDADE	5.097		

	350ML					
44	Detergente líquido lava louça c/ glicerina neutro 500 ml	6404	FRASCO	12.927		
45	Disco preto para enceradeira 35 cm	2773	UNIDADE	310		
46	Escova oval, base plástica	33405	UNIDADE	1.055		
47	Esponja de aço (**pacote com 8 unidades)**	16909	PACOTE	7.140		
48	Esponja dupla face, p/ limpeza, medindo aprox. 110x75x20mm	545	UNIDADE	8.532		
49	Flanela 100% algodão, c/ dim. aprox. de 25 x 40cm	583	UNIDADE	5.322		
50	Guardanapo de papel branco, tam 20x22cm, folha simples (**pacote com 50 unidades**)	4231	PACOTE	4.305		
51	Guardanapo de papel branco, tam 25x30cm, folha simples (**pacote com 50 unidades**)	2364	PACOTE	1.925		
52	Inseticida em aerossol 300 ml	7260	FRASCO	2.501		
53	Limpa alumínio líquido 500ml	29871	FRASCO	2.586		
54	Limpa vidros 1/2 litro	646	FRASCO	1.646		
55	Limpador multiuso para limpeza em superfícies	649	UNIDADE	3.481		
56	Lustra Móveis – frasco com 200ml	16930	UNIDADE	1.588		
57	Luva cirúrgica M, látex (**caixa com 100und**)	36396	CAIXA	1.656		
58	Luva cirúrgica P, látex (**caixa com 100und**)	36397	CAIXA	1.078		
59	Luva de limpeza, em látex, tamanho P	44203	PAR	529		
60	Luva de limpeza, em látex, tamanho M	44204	PAR	4.185		
61	Luva de limpeza, em látex, tamanho G	44205	PAR	5.380		
62	Óculos de segurança	2965	UNIDADE	1.073		
63	Pá p/ lixo em plástico resistente c/ cabo de	36066	UNIDADE	1.462		

	aprox. 50 cm (Cabo de madeira revestida)					
64	Palha de aço nr. 0 c/ peso líquido mínimo de 30 g, embaladas	694	PACOTE	815		
65	Pano de chão p/ limpeza, em 100% algodão, med. 50x70 cm	697	UNIDADE	5.247		
66	Pano de prato 100% algodão medindo 60 x 40 cm	25310	UNIDADE	3.010		
67	Pedra sanitária 40 gramas	16940	UNIDADE	3.770		
68	Placa de Aviso "PISO MOLHADO"	18985	UNIDADE	472		
69	Removedor de cera líquida bombona com 5 litros	18393	GALÃO	464		
70	Removedor de gordura 500ml	16941	UNIDADE	1.189		
71	Rodo de madeira c/ borracha dupla, med. 1,20m x 40cm de base	973	UNIDADE	1.833		
72	Sabão em barra de 200g para cozinha, glicerinado, acondicion	26439	UNIDADE	9.731		
73	Sabão em pó – 500g	16944	PACOTE	9.736		
74	Sabonete em barra 90g	16955	UNIDADE	2.342		
75	Sabonete líquido bombona 5L	981	UNIDADE	2.661		
76	Saponaceo pô 300g	3906	UNIDADE	800		
77	Soda cáustica em escama 450g	22996	POTE	1.608		
78	Vassoura de palha de carnaúba	35326	UNIDADE	9.687		
79	Vassoura de pêlo sintético 60cm	1005	UNIDADE	3.424		
80	Vassoura de piaçava natural c/ cabo reto	1006	UNIDADE	2.262		
81	Vassoura tipo gari com cerdas resistentes	21410	UNIDADE	1.069		
82	Vassourão com cerdas em nylon, cabo de madeira	7263	UNIDADE	1.252		
83	Vassourinha de nylon p/ vaso sanitário c/ suporte	36177	UNIDADE	1.136		
84	Veneno para baratas/	5346	LITRO	1.098		

	ratos/ formigas					
85	Assento sanitário plástico branco	1285	UNIDADE	1.127		
86	Balde plástico com alça em alumínio capacidade 20litros	42	UNIDADE	1.219		
87	Rolete branco de plástico para papel higiênico	40646	UNIDADE	582		
88	Cera branca molhada (galão de 5 litros)	42724	GALÃO	200		
89	Cera líquida preta (galão 5 litros)	460	GALÃO	280		
90	Detergente desincrustante galão c/05 litros	35976	GALÃO	973		
91	Lã de aço bombril, **pct c/08 unid, 60g**	544	PACOTE	1.504		
92	Sabonete antisséptico e hidratante e emoliante 5 litros	5930	GALÃO	594		
93	Balde com pedal PVC 16 – 20L	38944	UNIDADE	729		
94	Coador de café pano	18417	UNIDADE	1.439		
95	Borrifador com gatilho, capac. 500 ml	8435	UNIDADE	2.410		

1.2.2. Os preços que as empresas devem constar no sistema licitaçoes – é o valor total anual do Item.

1.3. ESTIMATIVA DE CUSTO E FONTE DE RECURSOS

1.3.1. O valor anual estimado para a referida aquisição é de **R$ 5.584.135,22 (Cinco Milhões, Quinhentos e Oitenta e Quatro Mil, Cento e Trinta e Cinco Reais e Vinte e Dois Centavos),** consoante informação da Ficha de Licitação (5700729).

1.3.2. **Fonte de Recurso**: Tendo em vista tratar-se de fornecimento com base em Sistema de Registro de Preços, **a dotação orçamentária só se fará necessária quando da celebração do contrato, por cada órgão participante**.

SEÇÃO II- DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, desde que satisfaçam integralmente as condições deste Edital e que estejam cadastrados no Sistema do Banco do Brasil através do portal Licitações-e, e:

2.2. As empresas que optarem por participar do presente Pregão, mediante o cadastramento citado no subitem 2.1, acima, deverão iniciar seu cadastro no Sistema do Banco do Brasil, mediante a inclusão das informações básicas relativas à constituição, localização e identificação societária da empresa ou pessoa física, entre outras, sendo obrigatório o comparecimento a um órgão cadastrador,

o qual validará as informações registradas no Sistema (caso este procedimento tenha sido realizado), bem como, verificará a autenticidade de toda a documentação exigida e apresentada.

2.2.1.Cota Principal – Itens 01 ao 14 - abertos para a participação de todos os interessados, inclusive os que se enquadrem na condição de "Microempresa – ME" ou "Empresa de Pequeno Porte – EPP" ou "Microempreendedor Individual - MEI" e que atuem no ramo de atividade referente ao objeto licitado.

2.2.2.Cota Reservada –Itens 15 ao 28 - constituídos por até 10% (dez por cento) do quantitativo do respectivo objeto, estão abertos para a participação exclusiva de "Microempresa – ME" ou "Empresa de Pequeno Porte – EPP" ou "Microempreendedor Individual - MEI", sem prejuízo de sua participação nos lotes da cota principal, e que atuem no ramo de atividade referente ao objeto licitado, **conforme determina o artigo 48 da Lei Complementar n°147/2014.**

2.2.3.Cota Exclusiva –Itens 25 ao 95 – abertos para "Microempresa–ME" ou "Empresa de Pequeno Porte–EPP" ou "Microempreendor Individual–MEI", sem prejuízo de sua participação nos itens da cota principal, e que atuem no ramo de atividade referente ao objeto licitado, conforme determina o artigo 48 da Lei Complementar n°147/2014.

2.3. ESTARÃO IMPEDIDOS DE PARTICIPAR DA PRESENTE LICITAÇÃO

2.3.1. Os interessados suspensos do direito de licitar com a Administração Municipal de Teresina, cujo conceito abrange a administração direta e indireta, as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob o seu controle e as fundações por ela instituída ou mantida, no prazo e nas condições do impedimento.

2.3.2. Os interessados que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Municipal, Estadual ou Federal, o que abrange a administração direta e indireta, as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob o seu controle e as fundações por ela instituída e mantida.

2.3.3. EMPRESAS EM FORMA DE CONSÓRCIOS

2.3.3.1. Não poderão participar desta licitação consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição. A vedação a participação de consórcio neste certame justifica-se diante da natureza do objeto licitado, o qual apresenta natureza comum, podendo ser ofertado por um número amplo de potenciais participantes ,inclusive empresas de pequeno e médio porte que em sua maioria apresentam o minímo exigido no tocante a qualificação técnica e econômico-financeira, não implicando em qualquer limitação quanto a competitividade.

2.3.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014 -TCU-Plenário).

2.3.5. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

2.3.6. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n. º 7.203, de 04 de junho de 2010);

2.3.7. Nos termos do art. 7° do Decreto n° 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público

ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.
2.3.8. Os interessados que estiverem em regime de falência, concordata, dissolução, liquidação ou concurso de credores.
2.3.9.A participação neste Pregão Eletrônico importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

2.4. DA PARTICIPAÇÃO NO SISTEMA LICITAÇÕES-E

2.4.1. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da **digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado** e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentação de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.
2.4.2. A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site **www.licitacoes-e.com.br**, opção **"Acesso Identificado".**
2.4.3. O encaminhamento da proposta pressupõe o conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O PROPONENTE declarará no sistema, antes de registrar sua proposta, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste edital, sujeitando-se às sanções legais na hipótese de declaração falsa.
2.4.4. O PROPONENTE será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, declarando e assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil S.A. responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
2.4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o PROPONENTE às sanções previstas neste edital.
2.4.6. Caberá ao PROPONENTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
2.4.7. O PROPONENTE deverá comunicar imediatamente ao Banco (Órgão provedor do sistema) qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

2.5. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

2.5.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País.
2.5.2. As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no *Licitações-e.*
2.5.3. No caso de instrumento particular, deverá ser comprovada a capacidade de o signatário nomear procurador, mediante apresentação de cópia do estatuto ou contrato social em vigor, e, quando se tratar de sociedade anônima, da ata de nomeação do signatário.
2.5.4. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
2.5.5. A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em

qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco, devidamente justificado.

2.5.6. Na hipótese de ocorrer reorganização societária do PROPONENTE, por motivo de incorporação, fusão, cisão, aquisição ou associação, no transcorrer do prazo de validade do credenciamento, o BANCO deverá ser comunicado imediatamente, para que o PREGOEIRO possa distinguir com precisão a empresa que está participando do certame.

2.5.7. Neste caso, a empresa resultante da incorporação, fusão, cisão, aquisição ou associação deverá providenciar a regularização da chave de identificação e senha para continuidade da participação no certame, junto à Agência do Banco do Brasil onde foi efetuado o credenciamento original.

2.5.8. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil S.A. a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.5.9. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

2.5.10. **O credenciamento** dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico,no *site:* **www.licitacoes-e.com.br.**

2.5.11. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

2.5.12. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou CPL COMPRAS, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.5.13. As Microempresas - ME e as Empresas de Pequeno Porte - EPP, que estejam em condições de usufruir os benefícios previstos no Art. 42 e 43 e demais, da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, deverão declarar no ato do lançamento das propostas no **licitacoes-e**, no campo próprio do Sistema que são microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos do Art. 3º, Inciso I e II, da Lei Complementar nº. 123 de 14/11/2006 e alterações LC147/2014.

SEÇÃO III - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. A licitante **deverá** encaminhar proposta, **concomitantemente** com os documentos de habilitação **(devidamente autenticados)** exigidos neste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas e dos documentos de habilitação.

3.1.1.No que se refere à assinatura, os documentos eletrônicos poderão receber a assinatura digital, com a identificação do subscritor, a entidade (certificadora) responsável (autorizada pela ICP – Brasil – Infraestrutura de Chaves Públicas) e o código da assinatura.

3.1.2.Os documentos assinados digitalmente são válidos, uma vez que também dotados de fé pública. No entanto, a regra é que a assinatura digital seja utilizada no ambiente eletrônico, uma vez que nele seria possível a verificação da autenticidade daquela assinatura.

3.2. A LICITANTE DEVERÁ CONSIGNAR, NA FORMA EXPRESSA NO SISTEMA ELETRÔNICO, O VALOR COM NO MÁXIMO *2 (DUAS) CASAS DECIMAIS* APÓS A VIRGULA OU PERCENTUAL DE DESCONTO, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto, na forma definida neste Edital.

3.3. DO ENVIO DAS DECLARAÇÕES:

3.3.1. A Licitante deverá enviar, por meio do próprio licitações-e, na forma constante do manual de instruções daquele sistema, as seguintes DECLARAÇÕES:

a)Declaração de fatos supervenientes quando existir, que impeçam a sua habilitação(ANEXO X);

b) Declaração do Licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) menor (es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos. Nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988(ANEXO VI);

c)Declaração de que a Licitante conhece e concorda com as condições estabelecidas neste Edital e que atende aos requisitos de habilitação(ANEXO IV);

d)Declaração de não admitir trabalho forçado ou degrante (ANEXO XI);

e) Declaração expressa do responsável pela firma de que a mesma não está impedida de participar de licitações promovidas por órgãos ou Entidade Pública (ANEXO V);

f) Apresentar DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO conforme ANEXO VII do Edital.

g) Apresentar DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VINCULO FAMILIAR conforme ANEXO VIII do Edital.

h) Apresentar DECLARAÇÃO ANEXO IX - DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO.

3.3.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação ou à conformidade da proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

3.3.3.A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

3.4.Incumbirá, ainda, ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.5.A Licitante deverá lançar no sistema o PREÇO TOTAL PARA O ITEM em que esteja ofertando, o qual deverá contemplar todos os custos previstos.

3.6.Até a data e hora de início da sessão pública prevista na ementa deste Edital, a Licitante poderá acessar o sistema licitacoes-e para retirar, alterar ou complementar a proposta formulada. A partir do início da sessão pública, não poderão ser alteradas ou retiradas às propostas formuladas.

3.7. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

3.8. A Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP deverá informar tal condição no ato do envio da proposta, por intermédio de funcionalidade disponível no Sistema, sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.9. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

3.10. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado serão disponibilizados PELO SISTEMA LICITAÇÕES-E somente após o encerramento do envio de lances para avaliação do pregoeiro e para acesso público.

3.11.As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

3.12.As propostas terão **validade de 90 (noventa) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida neste Edital.

3.12.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as

licitantes liberadas dos compromissos assumidos.
3.13. A entrega da proposta e dos documentos de habilitação, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

3.14.DA RECEPÇÃO DA PROPOSTA NO SISTEMA LICITACOES-E

3.14.1 O fornecedor **deverá** preencher o campo eletrônico do sistema licitacoes-e do lote que queira concorrer, com as especificações precisas, completas e claras, sem que haja a sua identificação, devendo ainda, serem observadas as especificações constantes no **Termo de Referência** deste Edital, sem conter alternativas de preços, ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, **INDICANDO A MARCA DO PRODUTO OFERTADO, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.**
3.14.2. **É VEDADA IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE NO CAMPO ELETRÔNICO**: nome ou a razão social do proponente, endereço, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail). **Exceto: quando a marca do produto for o nome do licitante.**
a**) O DETALHAMENTO DOS PRODUTOS OFERTADOS**, através do preenchimento do campo eletrônico, é ***de preenchimento obrigatório pelo fornecedor***, em função da alteração de funcionalidade pregão eletrônico, no sistema **licitacoes-e**, NÃO SENDO ACEITA A SIMPLES REFERÊNCIA "CONFORME EDITAL" OU MENÇÃO SIMILAR, sob pena de **DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA.**
b) A simples referência "CONFORME EDITAL" ou menção similar não dá a necessária segurança à Administração de que o "EDITAL" citado seja o mesmo do objeto da presente licitação. Caso a proposta inserida no Sistema deixe dúvidas quanto ao objeto ofertado, **a proposta será desclassificada.**
3.14.3. **O prazo de validade da proposta final não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação, considerada esta o dia do envio do arquivo digital.**
3.14.4.A apresentação das propostas implica obrigatoriedade no cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso no fornecimento dos equipamentos e matérias, objeto desta licitação nos seus termos, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
3.14.5. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o *objeto desta licitação* ser fornecidas sem ônus adicional.

3.15. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA READEQUADA

3.15.1. Deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de **02h(duas) horas,** contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

SEÇÃO IV - DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

4.1**.** A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio **www.licitações-e.com.br.**
4.2. Os fornecedores deverão permanecer logados e aguardando o início dos trabalhos por até meia hora (30 trinta minutos) além do horário estipulado para início da sessão. Após esse prazo não havendo início da sessão a mesma deverá ser remarcada com ampla divulgação.
4.3. Aberta a sessão pública virtual do certame, as propostas de preços serão irretratáveis, não se admitindo retificações ou alterações nos preços ou nas condições estabelecidas, salvo quanto aos

lances ofertados, na fase própria do certame.
4.4. Após a abertura da sessão pública virtual não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
4.5. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
4.6. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
4.7. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
4.8. É obrigação do licitante o retorno aos trabalhos na hora e data designadas após a suspensão da sessão. A suspensão da sessão, data e hora de retorno serão comunicadas a todos através do Chat e quando possível também será realizada a suspensão da sessão via sistema.

SEÇÃO V - DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E RODADA DE LANCES

5.1. O **pregoeiro** verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
5.1.1. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro.
5.2. O Pregoeiro **deverá** suspender a sessão pública do Pregão quando constatar que a avaliação da conformidade das propostas, de que trata o **art. 28 do Decreto n.º 10.024/2019**, irá perdurar por mais de um dia.
5.2.1. Após a suspensão da sessão pública, o Pregoeiro enviará, via chat, mensagens às licitantes informando a data e o horário previstos para o início da oferta de lances.
5.3. Para o pregão eletrônico, a Administração Municipal deverá aceitar a participação de todos os interessados, independente do valor apresentado, aumentando assim a competição, com objetivo de conseguir um preço mais vantajoso, consoante §4º do **Decreto nº 19.217, de 13 de novembro de 2019.**
5.4. O Pregoeiro não poderá desclassificar propostas em razão da oferta de valores acima do preço inicialmente orçado pela Administração na etapa anterior à formulação de lances (**Acórdão TCU n.º 934/2007- 1ª Câmara).**

SEÇÃO VI - DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.
6.1.1. A formulação de lances será "**MENOR LANCE POR ITEM".**
6.1.1.1. O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, R$ 0,10 (dez centavos).
6.2. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
6.3. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ou percentual de desconto superior ao último por ela ofertado e registrado no sistema. e conforme as regras estabelecidas no edital sobre lances de valores ou de desconto, bem como os intervalos mínimos de diferença.
6.4. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.
6.5. Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.
6.6. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
6.7. Durante a fase de lances, o Pregoeiro **poderá** excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.8. Se ocorrer a **desconexão** do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
6.9. No caso da desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a **20 (vinte) minutos**, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.licitações-e.com.br.
6.10. **O modo de Disputa neste Pregão será Aberto e Fechado:**
6.10.1.O modo de disputa adotado justitica-se pela necessidade de se conferir maior vantagem à Administração Pública na fase de lances.
6.10.1.1.No modo de disputa **aberto e fechado**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
6.10.1.2. A etapa de lances da sessão pública terá **duração inicial de quinze minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o **período de tempo de até dez minutos,** aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
6.10.1.3. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de **valor mais baixo** e os das ofertas com preços até **dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos**, **o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.**
6.10.1.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
6.10.1.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
6.10.1.6**.** Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
6.10.1.7.Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

6.11. DA NEGOCIAÇÃO

6.11.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
6.11.2.. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
6.12.Após a negociação, o licitante deverá enviar no prazo de 02h(duas) horas a proposta readequada, contado da solicitação do pregoeiro no sistema e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado.

SEÇÃO VII - DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:
7.2. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5

(cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

7.3. Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

7.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

7.5. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de **05 (cinco) minutos**, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;

7.6. Na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

SEÇÃO VIII - DO JULGAMENTO/ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

8.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar, após negociaçaõ de proposta, deverá encaminhar **a proposta de preço readequada** ao último lance, **em arquivo único**, no prazo de **02(duas)horas**, contado da convocação efetuada pelo Pregoeiro por meio da opção no sistema licitacoes-e.

8.1.1. O licitante que for convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º, conforme Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.2. A Proposta de Preços readequada deverá ser enviada devidamente preenchida, em um único arquivo, para leitura, preferencialmente, em programas de informática comuns, tais como, "Word", "Excel", "Adobe Reader" ou "BROffice", podendo ainda ser compactado a critério do licitante.

8.3. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

8.4. O Pregoeiro **poderá** convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, **no prazo de 02(duas) horas** , sob pena de não aceitação da proposta.

8.4.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.4.2. Dentre os documentos complementares passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, em respeito ao entendimento do Acórdão 1211/2021 - TCU - Pleno.

8.4.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

8.5. Serão desclassificadas:

8.5.1.As propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;

8.5.2.As propostas com preços excessivos ou manifestamente inexeqüíveis.

8.5.3.Propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexeqüiveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994) 8.5.4.Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (**Acórdão nº 1.455/2018 -TCU - Plenário**), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.5.4.1.Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.5.4.2. A Súmula nº **262/2010-TCU**, determina: "O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas "a" e "b", da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta. Dessa forma, o Pregoeiro poderá realizar diligências para a comprovação da exequibilidade de preços ofertados.Caso o licitante não comprovar sua exequibilidade dos seus preços, o mesmo **será desclassificado.**

8.6.Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

8.7.Assente o previsto no art. 3º caput, da Lei nº8.666/1993, este pregão destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para Admisnitração,além de garantir a observância do principio consitucional da isonomia. Dessa forma, com a crescente adoção do Pregão nas aquisicoes , inclusive, da evolução da jurisprudência consoante Acordão nº 2.471/2008- TCU-Plenário, o gestor deve buscar, cada vez mais, macanismos legais para garantir a qualidade e eficiência da contratação, atuando em compreensao à consequente ampliação do número de participantes nas licitiações públicas.

SEÇÃO IX - DA HABILITAÇÃO

9.1. DOS RELATIVOS A HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.1.1.Em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada deverá apresentar: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, ***acompanhado de documentos de eleição de seus administradores***;

9.1.2. O Empresário individual deverá apresentar: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.1.2.1.O Microempreendedor individual – MEI deverá apresentar: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio **www.portaldoempreendedor.gov.br;**

9.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI deverá apresentar: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, ***acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;***

9.1.4.No caso de sociedade simples deverá apresentar: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.1.5.Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.1.6.Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações relevantes ao objeto desta Licitação e à composição societária atual da empresa ou da última consolidação.

9.2. DOS RELATIVOS A REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

9.2.1.Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.2.3.Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII -A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.2.4. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.2.5. Prova de regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.2.6. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

9.3. DOS RELATIVOS A QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.3.1.Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.3.2.Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

9.3.4.A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.3.4.1.As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10%(dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.4. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

9.4.1. Apresentar publicados em Diário Oficial; ou publicados em jornal de grande circulação ou ainda por fotocópia autenticada das demonstrações acima, devidamente registradas na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa proponente.

9.5. Sociedades limitada (LTDA), empresários (Art. 966 da Lei 10.406/2002), optantes ou não pelo regime estabelecido da Lei Complementar 123/2006, NÃO USUÁRIAS do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED CONTÁBIL:

9.5.1. Apresentar por fotocópia autenticada das demonstrações acima, devidamente registradas na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa proponente.

9.5.2. Fotocópia autenticada dos Termos de Abertura e de Encerramento do livro Diário do exercício social, devidamente autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa proponente ou em outro órgão equivalente,

9.5.3. Fotocópia autenticada do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, extraídos do Livro Diário do exercício social, mostrando a página onde os mesmos encontram-se.

9.6.Sociedades limitada (LTDA), empresários (Art. 966 da Lei 10.406/2002), optantes ou não pelo regime estabelecido da Lei Complementar 123/2006, USUÁRIAS do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED CONTÁBIL:

9.6.1. Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, bem como os Termos de Abertura e de Encerramento do livro Diário do exercício social, devidamente extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED CONTÁBIL;

9.6.2. RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL, do Livro diário do exercício social, devidamente expedido pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED CONTÁBIL;

9.7. Empresas constituídas no exercício em curso ou imediatamente anterior:

9.7.1. Para as empresas constituídas no exercício em curso ou imediatamente anterior, em substituição ao Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício exigido será exigido o balancete desde o início das atividades até o último dia do mês anterior ao da abertura do presente certame, devidamente assinados e carimbados pelo responsável técnico pela contabilidade e pelo representante legal da empresa.

9.8. Consoante Acórdão 116/2016 do Tribunal de Contas da União, em conjunto com o art. 31, I, da Lei de Licitações, a partir de 30 de abril, os balanços patrimoniais do ano anterior é que devem ser analisados na fase de habilitação.

SEÇÃO X – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.2. Quanto à qualificação técnica, a empresa deverá apresentar a seguinte documentação:

a) Alvará de licença, para comercialização e venda do objeto, expedida pela Vigilância Sanitária

Estadual ou Municipal, quando necessário.
b) Apresentar um ou mais atestado(s) e/ou declaração (ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) aptidão para o objeto a ser licitado;

O (s) atestado (s) deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando CNPJ, endereço completo e telefone da entidade atestadora, devidamente assinado, com expressa indicação do nome completo e cargo/função do responsável pela emissão do documento.

SEÇÃO XI – DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

11.1. Como **condição prévia ao exame da documentação de habilitação** do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá verficar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
a) SICAF – Cadastramento Unificado de Fornecedores;
b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico **www.cnj.jus.br/improbidadeadm/consultarrequerido.php;**
c) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico **www.portaldatransparencia.gov.br/ceis.**
11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
11.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
I - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
II - O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
III-Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante como **inabilitado**, por falta de condição de participação.
11.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
11.5. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações para que estejam **vigentes na data da abertura da sessão pública**, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
11.6. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sites eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a (s) certidão (ões) válida (s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.
11.7. Havendo a necessidade de **envio de documentos de habilitação complementares**, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema**,** no **prazo de no mínimo 02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.
11.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à

integridade do documento digital.

11.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.10. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.11. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a **centralização** do recolhimento dessas contribuições.

11.12.É de responsabilidade da empresa licitante a manutenção das datas atualizadas dos documentos.

11.13.Os documentos solicitados que forem emitidos pela Internet, **NÃO** precisam de autenticação em cartório, o Pregoeiro conferirá a autenticidade via Internet.

11.14.Os documentos que não constarem em seu texto os prazos de validade deverão ser apresentados com expedição máxima de 03 (três) meses, a contar da data de sua emissão, a exceção de atestado de capacidade técnica.

11.15.DAS CONDIÇÕES EXCLUSIVAS PARA A HABILITAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

11.15.1. Para ter direito aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte, que exerçam atividade comercial, deverão apresentar, quando solicitado pelo pregoeiro, Certidão expedida pela Junta Comercial. No caso de microempresas e empresas de pequeno porte que atuem em outra área que não a comercial, deverá ser apresentado, quando solicitado pelo pregoeiro documento expedido pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Se houver interesse, em substituição aos documentos citados.

11.15.2.Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização**,** conforme previsto na Lei Complementar 147/2014.

11.15.3. A não regularização da documentação no prazo previsto, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação, nos termos do art. 43, § 2º da Lei Complementar nº 123/2006.

11.16. A APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTS. 47 E 48 LEI COMPLEMENTAR 123/2006

11.16.1. Conforme disposto no inciso III do artigo 48 da Lei Complementar n. 123/2006, fica reservada cota no percentual de **10%** do quantitativo estimado total constante para o item, assegurada a preferência de contratação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de acordo com o previsto no Edital.

11.16.2. Para a cota reservada para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a proposta de preços de que trata o anexo do Edital deverá ser apresentada separadamente da cota principal, se for o caso.

11.16.3. **Na hipótese de uma mesma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte sagrar-se vencedora quanto à cota principal e à reservada, a contratação de ambas as cotas deverá ocorrer pelo preço da cota de menor valor.**

11.16.4. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao licitante

vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o menor preço.

11.16.5. O vencedor da cota reservada poderá apresentar valor diferente da cota principal desde que seja vantajoso para a Administração Pública e, que não ultrapasse o preço de referência(valor médio unitário) da pesquisa de preços, consoante **art. 10, inciso I do Decreto Federla nº 8.538/2015.**

11.11.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

11.17.1.Será inabilitado a licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.17.2. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, **a licitante será declarada vencedora.**

11.18. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

11.18.1.O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

11.18.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.18.3.Caso seja verificado que os documentos de habilitação e propostas sejam apenas simples cópias, a licitante arrematante terá o prazo de 02 (dois) dias para encaminhar todos os documentos devidamente autenticados pelo sistema licitacões-e, ou apresentar ao pregoeiro responsável pelo pregão na Comissão de Licitação- CPL/COMPRAS-SEMA/PMT, localizada na Rua Firmino Pires, nº 121, Centro/Norte, no horário das 07h30min às 13h30min, para a sua autenticação.

SEÇÃO XII – DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

12.1. **Até 3 (três) dias úteis antes da abertura da sessão pública**, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico **chriscplsema@gmail.com**

12.1.1.A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de **dois dias úteis**, contado do data de recebimento da impugnação.

12.1.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.1.3.Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

12.2. **Os pedidos de esclarecimentos** devem ser enviados a Pregoeira **até 3 (três) dias úteis antes da abertura da sessão pública,** exclusivamente para o endereço **chriscplsema@gmail.com**

12.3. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, responderá os pedidos de esclarecimentos no **prazo de 02 (dois) dias utéis**, contado da data de recebimento do pedido.

12.4. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

12.5. Não serão conhecidas as impugnações apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

SEÇÃO XIII- DA MODIFICAÇÃO DO EDITAL

13.1. Modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, **inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.**

SEÇÃO XIV – DO RECURSO

14.1**. Declarada a vencedora,** o prazo para a manifestação da intenção de interpor recurso será de 24(vinte e quatro) horas a partir da declaração de vencedor pelo Pregoeiro em sessão. Sendo-lhe facultado juntar memorias **no prazo de até 3 (três) dias úteis**.

14.2. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

14.3. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

14.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

14.5**.** Não serão conhecidas as impugnações e recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

14.6. Serão aceitos intenção de recurso no campo específico do sistema licitações-e, ou através de e-mail (**chriscplsema@gmail.com)** em nome da Pregoeira designada para o presente processo licitatório.

14.7. O pregoeiro observará se a manifestação de intenção de recurso preenche os requisitos mínimos para sua aceitação, quanto à Tempestividade, Motivação, Legitimidade e Interesse de agir conforme orienta o subitem n.º14 do Acórdão TCU n.º336/2010-Plenário.

14.8. DA REABERTURA DA SESSÃO:

14.8.1. A sessão pública poderá ser **reaberta**:

14.8.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.8.3.Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.8.4.A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

SEÇÃO XV – DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO, REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DO CERTAME

15.1.O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do **Pregoeira(o)**, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

15.2.Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15.3. A homologação deste **Pregão** compete à Autoridade Superior.

15.4**.** O objeto deste **Pregão** será adjudicado à **licitante vencedora**.

15.5.A autoridade competente para determinar a contratação poderá **revogar** a licitação em face de

razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo **anulá-la** por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

SEÇÃO XVI – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO / DA VIGÊNCIA DA ATA / DO CANCELAMENTO DA ATA

16.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.3.O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

16.4.Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

16.5.Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

16.6. O prazo de validade da ata de registro de preços será de doze meses, contado da publicação no Diário do Município, incluídas eventuais prorrogações, conforme inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.7. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a. Por razão de interesse público; ou

b. A pedido do fornecedor

SEÇÃO XVII – DO CADASTRO DE RESERVA NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1.Após o encerramento da etapa competitiva, as licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada para o objeto, caso tenham a intenção de participar do Cadastro de Reserva.

17.2. ***As licitantes que assim quiserem deverão manifestar sua intenção imediatamente, logo após encerrada a etapa competitiva através do chat no sistema.***

17.3.As licitantes que se manifestarem terão o prazo de **03(três) horas** para envio do Cadastro de Reserva formalizado através do sistema licitacões-e.

17.4. O cadastro de reserva deverá ser formalizado observando-se o disposto no modelo constante deste Edital, sendo este apensado à ARP ou se fazendo constar na mesma, com as informações das licitantes que farão parte do Cadastro de Reserva, visto aceitarem fornecer o(s) item(ns) com preço igual ao da licitante vencedora do certame quanto ao(s) respectivo(s) item(ns).

17.5.A existência de cadastro de reserva não prejudica o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada, observando-se o disposto no art. 10 e 11 do Decreto nº 7.892/2013.

17.6. O Cadastro de Reserva será utilizado na hipótese do primeiro colocado quando convocado, não assinar a ARP no prazo legal (Parágrafo Único do art. 13 do Decreto nº 7.892/2013), bem como no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ARP, e sucessivamente, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.
17.7.A habilitação da(s) fornecedora(s) que comporão o Cadastro de Reserva será efetuada, na hipótese prevista no parágrafo único do art. 13 do Decreto nº 7.892/2013 e quando houver necessidade de contratação de fornecedora remanescente, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do mesmo Decreto.
17.7.1. Caso a fornecedora do Cadastro de Reserva já tenha sido habilitada no certame, se convocada para fornecer o objeto em virtude de Cadastro de Reserva, deverá atualizar sua habilitação quanto aos documentos que estiverem com vigência expirada quando convocada.
17.8. Todas as condições, prazos, obrigações e penalidades enumeradas neste Edital, bem como nos seus Anexos deverão ser observados pelas fornecedoras registradas no Cadastro Reserva.

SEÇÃO XVIII- DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços os órgãos interessados, ou qualquer outro órgão/entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame objeto deste Edital, mediante prévia consulta ao orgão gerenciador desde que devidamente comprovada a vantagem, respeitado o limite contido no §4º do art. 22 do Decreto 7.892/2013;
18.2. Os órgãos e entidades que não participaram do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao orgão gerenciador para que esta indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação;
18..3. O fornecedor registrado fica proibido de firmar contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sem prévia autorização do Órgão Gerenciador;
18.4. Caberá aos fornecedores beneficiários da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento aos órgãos não participantes que solicitem adesão à Ata de Registro de Preços acima do quantitativo previsto, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas, respeitado o disposto nos §3º e §4º do art. 22 do Decreto nº 7.892/2013;
18.5. As solicitações de adesão, concessão de anuência pelo fornecedor e autorização do órgão gerenciador serão realizadas por meio de formalização de processo administrativo com as documentações necessárias, cuja responsabilidade é do órgão gerenciador.
18.6. **O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgão participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.**
18.6.1. O Órgão Carona somente poderá adquirir os itens registrados nas mesmas condições comerciais e financeiras estabelecidas no Pregão, dentro da vigência da Ata, não podendo ultrapassar 100%(cem por cento) de cada item do registrado.
18.7. Após a aceitação à adesão da Ata de Registro de Preços pelo órgão gerenciador, o Órgão denominado Carona deverá observar as seguintes instruções:
a) O Órgão Carona somente poderá adquirir os itens registrados nas mesmas condições comerciais e financeiras estabelecidas no Pregão, dentro da vigência da Ata, não podendo ultrapassar 100% do registrado na mesma;
b) Qualquer ato que o Órgão Carona, cometer de abuso às condições comerciais e financeiras expressas nesse Processo Licitatório – Registro de Preços, responderá exclusivamente por si e

assumirá inteira responsabilidade, não envolvendo assim, o Órgão gerenciador do registro;
c) O Órgão Carona fará o contato com o vencedor do certame, conforme Termo de Adjudicação;
18.8. A previsão de aquisição ou contratação pelo Órgão Carona deverá ser de até 90 (noventa) dias úteis após a autorização, observando o prazo de vigência da ata.
18.9. ***Fica definido que a adesão à Ata de Registro de Preços, por Órgão e Entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Teresina-PI, deve ser precedida de prévia análise, pela Secretaria de Admisnitração e Recursos Humanos-SEMA, sobre a compatibilidade dos preços registrados com as cotações do mercado, conforme Decreto Municipal nº 20.697, de 3 de março de 2021, e com autorização expressa do Chefe de Executivo Municipal, uma*** **vez que compete à Secretaria Municipal de Administração - SEMA a avaliação da compatibilidade dos preços quando da adesões municipais.**

SEÇÃO XIX- DO CONTRATO

19.1.Após a homologação da licitação,em sendo realizada a contratação, será firmado o Contrato ou emitido instrumento equivalente (art. 62 da Lei nº 8.666/93).
19.2.O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização). No instrumento estarão todas as condições de execução do objeto, bem como as obrigações e demais cláusulas essenciais.
19.2.1.Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Contrato,a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05(cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.
19.2.2.O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pelo orgao contratante.
19.3.Caso o adjudicatário descumpra os prazos estipulados acima, decairá do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
19.4.Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao **CRC** para identificar eventual proibição do licitante adjudicatário de contratar com o Poder Público.
19.5.Na hipótese de irregularidade do registro no **CRC**, a Contratada deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05(cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital e anexos.
19.6.Quando o licitante convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocado outro remanescente da licitação para assinar o contrato, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.
19.7.O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente(se foro caso), emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
19.7.1.Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;
19.7.2.A Contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus anexos;
19.7.3.A Contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

SEÇÃO XX- DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

20.1. O contrato terá vigência de 12(doze) meses, a contar da assinatura, não sendo admitidas

prorrogações.

SEÇÃO XXI – DA SUBCONTRAÇÃO E DA GARANTIA CONTRATUAL:

21.1. Não se admite a subcontratação, nos termos do artigo 72 da Lei 8.666/93.

21.2. Não haverá exigência de garantia de execução da presente contratação.

SEÇÃO XXII - REGIME DE EXECUÇÃO/ EXECUÇÃO CONTRATUAL

22.1. Este contrato será executado mediante Ordem de Serviços/Nota de Empenho para autorização de continuidade emitida pelo CONTRATANTE, de acordo com a sua necessidade, nos termos da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

SEÇÃO XXIII - DO LOCAL DE ENTREGA

23.1. Conforme indicado abaixo:

ÓRGÃO PARTICIPANTE	ENDEREÇO
ARSETE	R. Félix Pacheco, 1405 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64001-160
ETURB	R. Clodoaldo Freitas, 664 - Centro (Norte), Teresina - PI, 64000-360
FMC	R. Félix Pacheco, 1430 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64001-160
FWF	R. Coelho Rodrigues, 900 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64000-080
IPMT	Ed. Saraiva Center, R. Firmino Pires, 379 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64001-070
PGM	Av. Nossa Sra. de Fátima, 2341 - Fátima, Teresina - PI, 64048-180
PRODATER	R. Firmino Pires, 379 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64001-901
SAAD – CENTRO	R. Clodoaldo Freitas, 664 - Centro (Norte), Teresina - PI, 64000-360
SAAD- LESTE	Av. Zequinha Freire, 370 - Uruguai, Teresina - PI, 64057-310
SAAD NORTE	R. Rui Barbosa, 3079 - Matadouro, Teresina - PI, 64002-180
SAAD SUDESTE	Av. Dep. Paulo Ferraz, 1895 - Beira Rio, Teresina - PI, 64075-535
SDR	R. João Cabral, 2319 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64001-030
SEMA	R. Firmino Pires, 121 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64001-070
SEMAM	R. Projetada, 201-225 - Água Mineral, Teresina - PI, 64006-245
SEMCASPI	R. Álvaro Mendes, 861 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64000-060
SEMCOM	Praça Marechal Deodoro da Fonseca, 860 – Palácio da Cidade – Térreo – Centro – CEP: 64000- 160
SEMDEC	R. Manoel Nogueira Lima, Nº 1347 - JOQUEI CLUB, Teresina - PI, 64049-190
SEMDUH	R. Des. Pires de Castro, 688 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64001-390
SEMEC	R. Areolino de Abreu, 1507 - Centro (Norte), Teresina - PI, 64000-180
SEMEL	R. Jônatas Batista, 852 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64003-077
SEMEST	Av. Campos Sales, 1292 - Térreo - Centro (Sul), Teresina - PI, 64000-300
SEMGOV	Praça Marechal Deodoro da Fonseca, 860 – Palácio da Cidade – Térreo – Centro – CEP: 64000- 160
SEMP	R. Clodoaldo Freitas, 654 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64002-515
SEMPLAN	Pca Marechal Deodoro da Fonseca, 860, Palácio da Cidade, Térreo - Centro, Teresina-PI, 64.001-490
SMPM	R. Agripino Maranhão, 235 - Noivos, Teresina - PI, 64046-230

STRANS	Av. Pedro Freitas, 1252 - Vermelha, Teresina - PI, 64019-368.

SEÇÃO XXIV- DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

24.1. Se dará através de ordem de fornecimento e empenho, emitida por servidores especialmente designados.

24.2. Os materiais de limpeza deverão ser entregues no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nas quantidades, especificações, locais, datas e horários estipulados por cada Órgão Participante deste Sistema de Registro de Preços, a contar da solicitação emitida.

24.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10(dez) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

24.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15(quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

24.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

24.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

24.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

SEÇÃO XXV - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

25.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

25.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

25.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

25.4. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, quantidade e forma estabelecidos no Termo de Referência;

25.5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

25.6. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata;

25.7. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do presente Termo, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;

25.8. Fornecer à Contratada todo tipo de informação interna essencial à realização dos fornecimentos e dos serviços;

25.9. Comunicar prontamente à Contratada, qualquer anormalidade no objeto deste instrumento de Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Termo;

25.10. Exercer rigoroso controle de qualidade sobre o material, objeto do presente Termo;
25.11. Fazer cumprir a garantia do material, quando for o caso.
25.12. Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de sanções.

SEÇÃO XXVI- DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

26.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
26.2. Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal nos quais constarão, dentre outros, as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo e prazo de garantia ou validade;
26.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de1990);
26.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o material com avarias ou defeitos;
26.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
26.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal;
26.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
26.8. Não transferir para outrem, no todo ou em parte, o presente contrato, sem prévia e expressa anuência da contratante;
26.9. Responsabilizar-se por todos os tributos e contribuições, tais como impostos, taxas ou outros que decorram direta ou indiretamente do fornecimento do objeto;
26.10. Responder, integralmente por perdas e danos que vier a causar à contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações legais ou contratuais a que estiver sujeito;
26.11. O objeto deste Termo de Referência deverá ser entregue acompanhado de documentação fiscal e respectivo termo de garantia do fabricante, de acordo com os prazos estabelecidos neste instrumento.

SEÇÃO XXVII- DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

27.1. A execução e acompanhamento deste instrumento contratual serão fiscalizados por cada Órgão participante deste SRP. Onde cada Órgão participante é competente por acompanhar e fiscalizar seus contratos com a empresa Contratada. Sendo que cada Órgão participante desta cláusula compete, entre outras atribuições:

a. Solicitar à Contratada e seus prepostos, por escrito e devidamente protocolado, com, no mínimo, 02 (dois) dias de antecedência, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução deste contrato;
b. Obter da Administração, por escrito e devidamente protocolado, com, no mínimo, 05 (cinco) dias de antecedência, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução deste contrato;
c. Anexar aos autos do processo administrativo correspondente, cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;

d. Verificar a conformidade da execução contratual com as normas especificadas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada;
e. Ordenar à Contratada que reponha os materiais entregues em desacordo com o especificado;
f. Atestar o recebimento do objeto contratual, no processo administrativo de pagamento requerido pela Contratada;
g. Informar imediatamente, no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da data do conhecimento pelo fiscal do contrato, à Coordenação de Contratos e Licitações – SEMA quaisquer erros, imperfeições ou desacordos com as especificações ou prazo de entrega dos materiais que forem verificadas na execução deste contrato para que a contratada seja acionada juridicamente no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da data do conhecimento pelo fiscal do contrato;
h. Acompanhar os prazos de execução e de vigência deste termo contratual, manifestando-se quanto ao interesse de renovação do contrato informando a Coordenação de Contratos e Licitações no prazo máximo de 05 (cinco) dias antes do término destes prazos.

SEÇÃO XXVIII- DO PAGAMENTO

28.1. Os pagamentos serão feitos em até 30 (trinta) dias através de depósito bancário (Banco do Brasil) na conta corrente da contratada, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura atestada pelo servidor designado para fiscalizar a execução do Contrato, conforme quantitativos dos materiais solicitados e entregues naquele período, que deverá indicar a agência, localidade, conta corrente, para que seja feito o pagamento correspondente.
28.2. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada para as devidas correções.
28.3. A contratada não receberá pagamento enquanto houver pendências de obrigações que tenham sido impostas em virtude de penalidades ou inadimplemento. Cessadas estas causas, os pagamentos serão retomados sem que haja qualquer direito a atualização monetária.
28.4. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:
a) Certidão Negativa de Débitos emitida pelo INSS;
b) Certidão de Regularidade de Fundo de Garantia por tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão de regularidade fiscal para com as Fazendas: Federal e Municipal.
Serão pagos os materiais efetivamente solicitados e devidamente recebidos e atestados.

SEÇÃO XXIX- DO REAJUSTE DE PREÇOS, REVISÃO E DA POSSIBILIDADE DE RENEGOCIAÇÃO DE PREÇOS

29.1. Os preços apresentados neste Termo de Referência são fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas e de ocorrência de situação prevista no art. 65 da Lei nº 8666/93.
29.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Gestor do contrato promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, conforme exposto em **Decreto Municipal nº 9.175/2009**.
28.3. Quando o preço registrado, por motivo superveniente e devidamente comprovado, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Gestor do contrato deverá:
a. Convocar o fornecedor ou prestador do serviço visando a negociação para redução do preço e sua adequação ao praticado pelo mercado;
b. Frustrada a negociação, o fornecedor ou prestador do serviço será liberado do compromisso assumido, sujeitando-se às penalidades previstas no edital e legislação específica em vigor;

c. Convocar os demais fornecedores ou prestadores de serviço para igual oportunidade de negociação.

29.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor ou prestador de serviço, mediante requerimento e comprovação, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a. Liberar o fornecedor ou o prestador de serviço do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes da autorização do fornecimento ou emissão da nota de empenho;
b. Convocar os demais fornecedores e prestadores de serviço para igual oportunidade de negociação;
c. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

SEÇÃO XXX - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

30.1. A Contratante reserva-se o direito de aumentar ou reduzir o valor inicial atualizado do Contrato em até 25% (vinte e cinco por cento), conforme previstos no parágrafo 1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93, do valor inicial atualizado do Contrato, sem que dessa decisão caiba, ao licitante, direito a qualquer indenização.

30.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários.

30.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

SEÇÃO XXXI - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DE FORNECEDOR

31.1. Os registros do fornecedor serão cancelados quando:

a. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

b. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar àqueles praticados no mercado; ou

d. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 87 da Lei nº 8666/93, ou no art. 7º da Lei 10.520 de 2002.

SEÇÃO XXXII - ORDEM DE FORNECIMENTO E NOTA DE EMPENHO

32.1. Homologada a licitação, esta será encaminhada aos setores solicitantes da mesma para que, conforme avaliação e necessidades, procedam a abertura de processo de solicitação de emissão de Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho pelos setores competentes da FMS.

32.2. A Fundação Municipal de Saúde enviará as Ordens de Fornecimento/Notas de Empenho através do e- mail oficialmente informado pela contratada. A empresa adjudicatária terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para justificar e manifestar interesse na recusa da nota de empenho, sob pena de decair o direito ao fornecimento das sanções previstas no Art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

32.3. É facultado à Administração, quando a convocada não aceitar nota de empenho no prazo e condições estabelecidos, chamar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, podendo negociar diretamente com o(s) proponente(s) para que seja obtido preço melhor.

SEÇÃO XXXIII - DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

33.1. A recusa injustificada da contratada em aceitar ou retirar a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legais estabelecidas.

33.2. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, fica sujeita a CONTRATADA à multa de mora de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, sobre o valor total da proposta, não ultrapassando a 10% (dez por cento).

33.3. No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do objeto desta dispensa, a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos – SEMA/PMT poderá garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções:

a. Advertência.
b. Multa equivalente a 10% (dez por cento), sobre o valor do contrato pela inexecução total, ou 5% (cinco por cento) sobre o valor remanescente do mesmo, no caso de inexecução parcial.
c. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos.
d. Declaração de inidoneidade para com a Administração Pública Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

33.4. As multas a que se referem os subitens anteriores serão descontadas dos pagamentos devidos pela Contratante ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.

33.5. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa na forma da Lei.

SEÇÃO XXXIV- DA RESCISÃO CONTRATUAL

34.1.À Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos SEMA/PMT fica reservada o direito de rescindir, unilateralmente, o presente Contrato, independente de interpelação judicial, se a contratada:

a. Descumprir as cláusulas contratuais;
b. Executar o Contrato com irregularidade;
c. Atrasar ou paralisar, sem justificativa prévia, a entrega dos materiais;
d. Ceder ou transferir, no todo ou em parte, as obrigações pelo cumprimento deste Contrato;
e. Tiver falência decretada ou a entrada em processo de recuperação judicial ou extrajudicial;
f. Por superveniente incapacidade técnica;
g. For dissolvida a empresa.

§ 1º - No caso de rescisão por inadimplência da contratada será aplicada a multa de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.

§ 2º - No caso de rescisão do Contrato, a CONTRATADA receberá somente o valor correspondente aos materiais entregues, deduzido o valor de multa contratual prevista na cláusula anterior.

SEÇÃO XXXV - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

35.1. As alterações contratuais poderão ocorrer :

a) - unilateralmente pela Administração:

a.1) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
a.2) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;
b) por acordo das partes:
b.1) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
b.2) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
b.3) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
b.4) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)
c) O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinqüenta por cento) para os seus acréscimos.
d) Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no parágrafo anterior, salvo: (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)
d.1) as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)
e) Se no contrato não houverem sido contemplados preços unitários para obras ou serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos na alínea c.
f) No caso de supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.
g) Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.
h) Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.
i) A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

SEÇÃO XXXVI - DAS PRERROGATIVAS CONTRATUAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

36.1. A Administração possui as seguintes prerrogativas contratuais:
a) modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;
b) rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei 8666/93;
c) fiscalizar-lhes a execução;
d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
e) nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.
e.1)As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.
e.2) Na hipótese do inciso I deste artigo, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

SEÇÃO XXXVII – DAS CLÁUSULAS ANTI-FRAUDE E ANTI-CORRUPÇÃO

37.1. Para os propósitos desta seção, devem ser evitadas e inibidas as seguintes práticas:
(I) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
(II) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
(III) "prática conluiada": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
(IV) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar, causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
37.2. O licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.
37.2.1. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, considera-se também como prática atentatória ao mais alto padrão de ética:
37.2.2. Da "Prática obstrutiva":
(a) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações;
(b) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
37.3. O contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluiadas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado, por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

SEÇÃO XXXVIII- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

38.1. As normas disciplinadoras deste Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

38.2.É facultado ao Pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

38.3. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

38.4. A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato.

38.5. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver, comprovadamente, suportado no cumprimento do contrato.

38.6.A Administração reserva-se o direito de transferir o prazo para o recebimento e abertura das propostas descabendo, em tais casos, direito à indenização pelos licitantes.

38.7.A participação na presente licitação implica em concordância tácita, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital e das cláusulas contratuais já estabelecidas.

38.8. Os casos omissos serão submetidos a parecer do Órgão Jurídico da PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA, por meio da Procuradoria Geral do Município – PGM e resolvidos de conformidade com o preceituado na Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal n. º 9.177 de 02/02/2009 e subsidiariamente pela Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente.

38.9. Fica eleito o Foro da Comarca de Teresina, PI, para dirimir litígios resultantes deste Edital.

SEÇÃO XXXIX – DA LISTA DE ANEXOS

39.1. Integram este Edital os seguintes Anexos, além de outros porventura mencionados na Parte Específica deste Edital:

ANEXO I: TERMO DE REFERÊNCIA;
ANEXO II: MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS;
ANEXO III: MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS;
ANEXO IV: DECLARACAO DE CONHECIMENTO E ATENDIMENTO AS CONDIÇÕES DO EDITAL;
ANEXO V: MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE
ANEXO VI: MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.
ANEXO VII: DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO
ANEXO VIII: MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VINCULO FAMILIAR
ANEXO IX: DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO.
ANEXO X: MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVINIENTE
ANEXO XI: MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO ADMITIR TRABALHO FORÇADO OU DEGRADANTE
ANEXO XII: MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
ANEXO XII-A: MODELO DE CADASTRO DE RESERVA.
ANEXO XIII: MINUTA DO CONTRATO.

Teresina (PI), 16 de fevereiro de 2023.

Lázaro Soares Guedes Rodrigues
Coordenador da Central de Licitações

Leonardo Silva Freitas
Secretário da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos- SEMA/PMT

MENSAGEM;
RECOMENDAMOS AOS INTERESSADOS QUE FAÇAM O CADASTRAMENTO DE SUAS EMPRESAS NO SISTEMA, NO ENDEREÇO ABAIXO, PARA RECEBEREM INFORMAÇÕES E ACOMPANHAREM O DESENVOLVIMENTO DESTA LICITAÇÃO.
http:// www.licitações-e.com.br.

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA TÉCNICO
PARTE ESPECIFICA
AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. O presente termo de referência tem por objeto a formação de sistema de registro de preços para o fornecimento de materiais de limpeza, necessários ao desempenho das funções administrativas cotidianas dos órgãos da Prefeitura Municipal de Teresina.

1.2. Os itens a serem licitados são os listados a seguir:

Ampla concorrência:

ITEM	DESCRÇÃO	CODIGO E-GOVERNE	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. ANUAL ESTIMADA	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL ANUAL ESTIMADO
1	Máscara cirúrgica descartável, com 3 camadas de proteção (pacote com 50 unidades)	35669	PA	16.585	12,86	R$ 213.283,10
2	Papel higiênico branco alvejado, rolo com min. 10 cm x 30 m. (**Pacote contendo 4 rolos)**	702	PACOTE	51.664	3,84	R$ 198.389,76
3	Papel toalha creme c/1000 fls	20781	PACOTE	20.345	13,53	R$ 275.267,85
4	Saco p/ lixo capacidade 100Lt, espessura 0,10 microns, **pct. com 100un**	4859	PACOTE	17.305	39,05	R$ 675.760,25
5	Saco p/ lixo capacidade 15Lt, espessura 0,008 microns, **pct. com 100un**	2616	PACOTE	11.826	19,48	R$ 230.370,48
6	Saco p/ lixo capacidade 20Lt, espessura 0,008 microns, **pct. com 100un**	982	PACOTE	10.692	15,23	R$ 162.839,16
7	Saco p/ lixo capacidade 30Lt, espessura 0,008 microns, **pct. com 100un**	4860	PACOTE	13.491	20,54	R$ 277.105,14
8	Saco p/ lixo capacidade 50Lt, espessura 0,008 microns, **pct. com 100un**	4862	PACOTE	13.202	25,29	R$ 333.878,58
9	Saco para lixo hospitalar branco 100L, **pct. com 100un**	39285	PACOTE	4.507	79,4	R$ 357.855,8
10	Luvas de silicone tamanho G, **pct. com**	42725	PACOTE	6.638	41,4	R$ 274.813,20

	100un					
11	Touca descartável embalagem **c/100 und**	12336	CAIXA	15.129	12,48	R$ 188.809,92
12	Balde a pedal polipropileno 30 – 49L	39620	UNIDADE	751	157,00	R$ 117.907,00
13	Balde com pedal aço 16 – 20L	13827	UNIDADE	681	267,76	R$ 182.344,56
14	Luva cirúrgica G, látex (**caixa com 100und**)	36395	CAIXA	2.349	33,45	R$ 78.574,05

Cota Reservada (10%)

ITEM	DESCRIÇÃO	CODIGO E-GOVERNE	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. ANUAL ESTIMADA	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL ANUAL ESTIMADO
15	Máscara cirúrgica descartável, com 3 camadas de proteção (pacote com 50 unidades)	35669	PA	1.842	12,86	R$ 23.688,12
16	Papel higiênico branco alvejado, rolo com min. 10 cm x 30 m. (**Pacote contendo 4 rolos)**	702	PACOTE	5.740	3,84	R$ 22.041,60
17	Papel toalha creme **c/1000 fls**	20781	PACOTE	2.260	13,53	R$ 30.577,80
18	Saco p/ lixo capacidade 100Lt, espessura 0,10 microns, **pct. com 100un**	4859	PACOTE	1.922	39,05	R$ 75.054,10
19	Saco p/ lixo capacidade 15Lt, espessura 0,008 microns, **pct. com 100un**	2616	PACOTE	1.314	19,48	R$ 25.596,72
20	Saco p/ lixo capacidade 20Lt, espessura 0,008 microns, **pct. com 100un**	982	PACOTE	1.188	15,23	R$ 18.093,24
21	Saco p/ lixo capacidade 30Lt, espessura 0,008 microns, **pct. com 100un**	4860	PACOTE	1.499	20,54	R$ 30.789,46
22	Saco p/ lixo capacidade 50Lt, espessura 0,008 microns, **pct. com 100un**	4862	PACOTE	1.466	25,29	R$ 37.075,14
23	Saco para lixo hospitalar branco 100L, **pct. com 100un**	39285	PACOTE	500	79,4	R$ 39.700,00
24	Luvas de silicone	42725	PACOTE	737	41,4	R$ 30.511,8

	tamanho G, **pct. com 100un**					
25	Touca descartável embalagem, **caixa com 100 unidades**	12336	CAIXA	1.681	12,48	R$ 20.978,88
26	Balde a pedal polipropileno 30 – 49L	39620	UNIDADE	83	157,00	R$ 13.031,00
27	Balde com pedal aço 16 – 20L	13827	UNIDADE	75	267,76	R$ 20.082,00
28	Luva cirúrgica G, látex **(caixa com 100und)**	36395	CAIXA	260	33,45	R$ 8.697,00

Cota exclusiva

ITEM	DESCRIÇÃO	CODIGO E-GOVERNE	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. ANUAL ESTIMADA	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL ANUAL ESTIMADO
29	Ácido Muriático (removic) 1.000 ml, **caixa com 12 unidades**	31665	CAIXA	1.024	39,22	R$ 40.161,28
30	Água Sanitária	21817	LITRO	18.164	2,41	R$ 43.775,24
31	Álcool 1 litro	17494	LITRO	7.226	8,58	R$ 61.999,08
32	Álcool etílico em gel a 70%, frasco com 500g	17319	FRASCO	7.724	6,85	R$ 52.909,40
33	Amaciante para roupas 20lts	15618	GALÃO	205	156,07	R$ 31.994,35
34	Balde plástico com alça em alumínio capacidade 10litros	19392	UNIDADE	2.357	13,29	R$ 31.324,53
35	Botas de PVC **cano curto**	37912	PAR	971	43,61	R$ 42.345,31
36	Cera líquida incolor, frasco com 1000ml	459	LITRO	951	6,28	R$ 5.972,28
37	Cesto plástico de lixo telado 9,6 L	2052	UNIDADE	2.275	6,05	R$ 13.763,75
38	Cesto plástico para lixo – capacidade 15 litros (com tampa e com pedal)	16896	UNIDADE	1.351	47,15	R$ 63.699,65
39	Ciscador de grama e jardim c/ cabo	3079	UNIDADE	768	32,64	R$ 25.067,52
40	Desinfetante líquido p/ uso em geral, c/ ação germ. 5 Litros	503	FRASCO	4.618	10,56	R$ 48.766,08
41	Desinfetante em pastilha p/ vaso sanitário 40 gr	7258	UNIDADE	8.960	8,13	R$ 72.844,80

42	Desinfetante líquido p/ uso em geral 1 litro	7439	LITRO	8.426	4,37	R$ 36.821,62
43	Desodorizador de ambiente em aerossol (spray) com no mínimo 350ML	37124	UNIDADE	5.097	13,57	R$ 69.166,29
44	Detergente líquido lava louça c/ glicerina neutro 500 ml	6404	FRASCO	12.927	1,89	R$ 24.432,03
45	Disco preto para enceradeira 35 cm	2773	UNIDADE	310	25,28	R$ 7.836,80
46	Escova oval, base plástica	33405	UNIDADE	1.055	2,99	R$ 3.154,45
47	Esponja de aço (**pacote com 8 unidades)**	16909	PACOTE	7.140	2,42	R$ 17.278,80
48	Esponja dupla face, p/ limpeza, medindo aprox. 110x75x20mm	545	UNIDADE	8.532	0,85	R$ 7.252,20
49	Flanela 100% algodão, c/ dim. aprox. de 25 x 40cm	583	UNIDADE	5.322	2,09	R$ 11.122,98
50	Guardanapo de papel branco, tam 20x22cm, folha simples (**pacote com 50 unidades**)	4231	PACOTE	4.305	2,2	R$ 9.471,00
51	Guardanapo de papel branco, tam 25x30cm, folha simples **(pacote com 50 unidades**)	2364	PACOTE	1.925	2,72	R$ 5.236,00
52	Inseticida em aerossol 300 ml	7260	FRASCO	2.501	9,45	R$ 23.634,45
53	Limpa alumínio líquido 500ml	29871	FRASCO	2.586	1,91	R$ 4.939,26
54	Limpa vidros 1/2 litro	646	FRASCO	1.646	3,74	R$ 6.156,04
55	Limpador multiuso para limpeza em superfícies	649	UNIDADE	3.481	3,13	R$ 10.895,53
56	Lustra Móveis – frasco com 200ml	16930	UNIDADE	1.588	4,76	R$ 7.558,88
57	Luva cirúrgica M, látex (**caixa com 100und**)	36396	CAIXA	1.656	27,3	R$ 45.208,80
58	Luva cirúrgica P, látex (**caixa com 100und**)	36397	CAIXA	1.078	28,23	R$ 30.431,94
59	Luva de limpeza, em látex, tamanho P	44203	PAR	529	3,58	R$ 1.893,82

60	Luva de limpeza, em látex, tamanho M	44204	PAR	4.185	3,53	R$ 14.773,05
61	Luva de limpeza, em látex, tamanho G	44205	PAR	5.380	3,29	R$ 17.700,20
62	Óculos de segurança	2965	UNIDADE	1.073	4,89	R$ 5.246,97
63	Pá p/ lixo em plástico resistente c/ cabo de aprox. 50 cm (Cabo de madeira revestida)	36066	UNIDADE	1.462	9,28	R$ 13.567,36
64	Palha de aço nr. 0 c/ peso líquido mínimo de 30 g, embaladas	694	PACOTE	815	1,83	R$ 1.491,45
65	Pano de chão p/ limpeza, em 100% algodão, med. 50x70 cm	697	UNIDADE	5.247	4,83	R$ 25.343,01
66	Pano de prato 100% algodão medindo 60 x 40 cm	25310	UNIDADE	3.010	3,39	R$ 10.203,90
67	Pedra sanitária 40 gramas	16940	UNIDADE	3.770	2,31	R$ 8.708,70
68	Placa de Aviso "PISO MOLHADO"	18985	UNIDADE	472	45,14	R$ 21.306,08
69	Removedor de cera líquida bombona com 5 litros	18393	GALÃO	464	61,34	R$ 28.461,76
70	Removedor de gordura 500ml	16941	UNIDADE	1.189	4,02	R$ 4.779,78
71	Rodo de madeira c/ borracha dupla, med. 1,20m x 40cm de base	973	UNIDADE	1.833	7,75	R$ 14.205,75
72	Sabão em barra de 200g para cozinha, glicerinado, acondicion	26439	UNIDADE	9.731	2,23	R$ 21.700,13
73	Sabão em pó – 500g	16944	PACOTE	9.736	2,63	R$ 25.605,68
74	Sabonete em barra 90g	16955	UNIDADE	2.342	2,31	R$ 5.410,02
75	Sabonete líquido bombona 5L	981	UNIDADE	2.661	20,75	R$ 55.215,75
76	Saponaceo pô 300g	3906	UNIDADE	800	6,42	R$ 5.136,00
77	Soda cáustica em escama 450g	22996	POTE	1.608	11,6	R$ 18.652,80
78	Vassoura de palha de	35326	UNIDADE	9.687	1,62	R$ 15.692,94

	carnaúba					
79	Vassoura de pêlo sintético 60cm	1005	UNIDADE	3.424	15,57	R$ 53.311,68
80	Vassoura de piaçava natural c/ cabo reto	1006	UNIDADE	2.262	13,94	R$ 31.532,28
81	Vassoura tipo gari com cerdas resistentes	21410	UNIDADE	1.069	28,54	R$ 30.509,26
82	Vassourão com cerdas em nylon, cabo de madeira	7263	UNIDADE	1.252	15,46	R$ 19.355,92
83	Vassourinha de nylon p/ vaso sanitário c/ suporte	36177	UNIDADE	1.136	8,1	R$ 9.201,60
84	Veneno para baratas/ ratos/ formigas	5346	LITRO	1.098	18,3	R$ 20.093,40
85	Assento sanitário plástico branco	1285	UNIDADE	1.127	44,98	R$ 50.692,46
86	Balde plástico com alça em alumínio capacidade 20litros	42	UNIDADE	1.219	18,87	R$ 23.002,53
87	Rolete branco de plástico para papel higiênico	40646	UNIDADE	582	14,25	R$ 8.293,50
88	Cera branca molhada (galão de 5 litros)	42724	GALÃO	200	54,25	R$ 10.850,00
89	Cera líquida preta (galão 5 litros)	460	GALÃO	280	54,37	R$ 15.223,60
90	Detergente desincrustante galão c/05 litros	35976	GALÃO	973	53,24	R$ 51.802,52
91	Lã de aço bombril, **pct c/08 unid, 60g**	544	PACOTE	1.504	1,99	R$ 2.992,96
92	Sabonete antisséptico e hidratante e emoliante 5 litros	5930	GALÃO	594	38,1	R$ 22.631,40
93	Balde com pedal PVC 16 – 20L	38944	UNIDADE	729	102,27	R$ 74.554,83
94	Coador de café pano	18417	UNIDADE	1.439	3,92	R$ 5.640,88
95	Borrifador com gatilho, capac. 500 ml	8435	UNIDADE	2.410	8,72	R$ 21.015,20
					VALOR TOTAL (R$):	**R$ 5.584.135,22**

2. JUSTIFICATIVA

Para atender suas demandas e propiciar serviço público de excelência, a Prefeitura Municipal de Teresina necessita de certos materiais de limpeza. Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos – SEMA, visando atender às necessidades dos órgãos e propiciar melhor eficiência na sua

aquisição, realizará licitação unificada das demandas de seus variados órgãos.
A demanda unificada proporciona economia de escala em sua aquisição, bem como economias processuais, pois é realizada em processo único.
O quantitativo total solicitado de materiais para a presente licitação foi estipulado mediante consulta prévia aos órgãos interessados, que, por sua vez, compuseram suas estimativas com base na análise dos quantitativos necessários em períodos anteriores.
A contratação por meio de registro de preços torna possível o fornecimento de acordo com as necessidades de cada órgão que forem surgindo ao longo do período, bem como permite melhor adequação orçamentária uma vez que não exige sua prévia dotação, necessária apenas quando da efetiva contratação.
A modalidade da licitação será a de **PREGÃO ELETRÔNICO** em conformidade com a Lei nº 10.520/2000 e com o **Decreto Municipal nº 9.175/2009**, que regulamentam a licitação na modalidade de Pregão, bem como aplicar-se-ão, subsidiariamente, as normas constantes da Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.
Esta Licitação terá como Cota Reservada de até 10% dos quantitativos totais para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme art. 48, III da Lei n° 123/2006 (atualizada pela LC n° 147/2014).
2.2. **Do enquadramento da contratação (natureza do objeto):**
Se tratam de bens **comuns**, com características e especificações usuais de mercado.

3. DAS COTAS DISTRIBUÍDAS, CONFORME ARTIGO 48 DA LEI COMPLEMENTAR N° 147/2014:

Nota 1: As Cotas serão distribuídas conforme o artigo 48º da Lei Complementar n° 147/2014:
Cota Principal – Itens abertos para a participação de todos os interessados, inclusive os que se enquadrem na condição de "Microempresa – ME" ou "Empresa de Pequeno Porte – EPP" ou "Microempreendedor Individual - MEI" e que atuem no ramo de atividade referente ao objeto licitado.
Cota Reservada – Itens constituídos por até 10% (dez por cento) do quantitativo do respectivo objeto, estão abertos para a participação exclusiva de "Microempresa – ME" ou "Empresa de Pequeno Porte – EPP" ou "Microempreendedor Individual - MEI", sem prejuízo de sua participação nos lotes da cota principal, e que atuem no ramo de atividade referente ao objeto licitado, **conforme determina o artigo 48 da Lei Complementar n°147/2014.**
Cota Exclusiva – estão abertos para a participação exclusiva de"Microempresa–ME" ou "Empresa de Pequeno Porte–EPP" ou "Microempreendor Individual–MEI", sem prejuízo de sua participação nos itens da cota principal, e que atuem no ramo de atividade referente ao objeto licitado, conforme determina o artigo 48 da Lei Complementar n°147/2014.
Nota 2: Para atender aos preceitos da Lei nº 123/2006, Lei nº 147/2014 e Decreto nº 8.538/2015, nos casos em que a aplicação da cota reservada de 10% resultasse em valor com casas decimais, houve arredondamento para atender o estabelecido neste Termo de Referência, cujo percentual estipulado fora de até 10%.
Nota 3: Conforme Art. 8º, §4, do Decreto Federal 8.538/2015, no sistema de Registro de Preço ou por entregas parceladas, é prioridade a aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvadas os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

4. ÓRGÃOS PARTICIPANTES E RESPECTIVOS QUANTITATIVOS

4.1. Segue em anexo ao processo administrativo SEI nº 00042.001814/2022-87, no documento nº 4745108 a tabela completa com a relação de órgãos participantes e seus respectivos quantitativos.

5. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

5.1. Tendo em vista a aplicação da modalidade de licitação **PREGÃO ELETRÔNICO** em conformidade com a Lei nº 10.520/2000 e com o Decreto Municipal nº 9.175/2009, que regulamentam a licitação na modalidade de Pregão, bem como a aplicação, subsidiariamente, das normas constantes da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, o critério de julgamento será o de menor preço por item.

6. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

6.1. A Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos – SEMA será o órgão gerenciador do presente processo licitatório.

6.2. São participantes os órgãos da administração direta e indireta que compõem a Prefeitura Municipal de Teresina os listados abaixo, conforme os quantitativos por órgão indicados em anexo à parte deste Termo de Referência.

7. DA RESPONSABILIDADE DO ÓRGÃO GERENCIADOR

7.1.O órgão gerenciador (SEMA) é responsável pela consolidação das informações relativas à estimativa individual e total de consumo dos órgãos participantes, promovendo a adequação deste Termo de Referência para atender aos requisitos de padronização e racionalização.

7.2. Os órgãos participantes (administração direta e indireta) serão responsáveis pela manifestação de interesse em participar do processo de licitação, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua demanda, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação, devendo ainda:

I – garantir que os atos relativos a sua inclusão na Licitação estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;

II – manifestar, junto ao órgão gerenciador, sua concordância ou não com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório.

III – todos os órgãos participantes receberão ofício circular solicitando sua aquiescência, ou não, e deverão manifestar-se, por escrito, caso não queiram participar.

8. LOCAL DE ENTREGA

8.1. 8.1. Conforme indicado abaixo:

Arsete: R. Félix Pacheco, 1405 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64001-160;
Eturb: R. Clodoaldo Freitas, 664 - Centro (Norte), Teresina - PI, 64000-360;
FMC: R. Félix Pacheco, 1430 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64001-160;
FWF: R. Coelho Rodrigues, 900 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64000-080;
IPMT: Ed. Saraiva Center, R. Firmino Pires, 379 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64001-070;
PGM: Av. Nossa Sra. de Fátima, 2341 - Fátima, Teresina - PI, 64048-180;
PRODATER: R. Firmino Pires, 379 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64001-901;
SAAD – CENTRO: R. Clodoaldo Freitas, 664 - Centro (Norte), Teresina - PI, 64000-360;
SAAD- LESTE: Av. Zequinha Freire, 370 - Uruguai, Teresina - PI, 64057-310;
SAAD NORTE: R. Rui Barbosa, 3079 - Matadouro, Teresina - PI, 64002-180;
SAAD SUDESTE: Av. Dep. Paulo Ferraz, 1895 - Beira Rio, Teresina - PI, 64075-535;
SDR: R. João Cabral, 2319 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64001-030;
SEMA: R. Firmino Pires, 121 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64001-070;
SEMAM: R. Projetada, 201-225 - Água Mineral, Teresina - PI, 64006-245;
SEMCASPI: R. Álvaro Mendes, 861 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64000-060;
SEMCOM: Praça Marechal Deodoro da Fonseca, 860 – Palácio da Cidade – Térreo – Centro – CEP: 64000- 160;
SEMDEC: R. Manoel Nogueira Lima, Nº 1347 - JOQUEI CLUB, Teresina - PI, 64049-190;
SEMDUH: R. Des. Pires de Castro, 688 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64001-390;
SEMEC: R. Areolino de Abreu, 1507 - Centro (Norte), Teresina - PI, 64000-180;

SEMEL: R. Jônatas Batista, 852 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64003-077;
SEMEST: Av. Campos Sales, 1292 - Térreo - Centro (Sul), Teresina - PI, 64000-300;
SEMGOV: Praça Marechal Deodoro da Fonseca, 860 – Palácio da Cidade – Térreo – Centro – CEP: 64000- 160;
SEMP: R. Clodoaldo Freitas, 654 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64002-515;
SEMPLAN: Pca Marechal Deodoro da Fonseca, 860, Palácio da Cidade, Térreo - Centro, Teresina-PI, 64.001-490;
SMPM: R. Agripino Maranhão, 235 - Noivos, Teresina - PI, 64046-230;
STRANS: Av. Pedro Freitas, 1252 - Vermelha, Teresina - PI, 64019-368.

9. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS E DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1. Não poderão participar da licitação consórcios de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição. A vedação à participação de consórcio no certame se justifica diante da natureza do objeto a ser licitado, o qual apresenta natureza comum, podendo ser ofertado por um número amplo de potenciais participantes, inclusive empresas de pequeno porte e médio pote que, na sua maioria apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, não implicando qualquer limitação quanto à competitividade.

9.2. Quanto à **qualificação técnica**, a empresa deverá apresentar a seguinte documentação:

a) Alvará de licença, para comercialização e venda do objeto, expedida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, quando necessário.

b) Apresentar um ou mais atestado(s) e/ou declaração (ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) aptidão para o objeto a ser licitado;

O (s) atestado (s) deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando CNPJ, endereço completo e telefone da entidade atestadora, devidamente assinado, com expressa indicação do nome completo e cargo/função do responsável pela emissão do documento.

10. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

10.1. Se dará através de ordem de fornecimento e empenho, emitida por servidores especialmente designados.

10.2. Os materiais de limpeza deverão ser entregues no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nas quantidades, especificações, locais, datas e horários estipulados por cada Órgão Participante deste Sistema de Registro de Preços, **a contar da solicitação emitida.**

10.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10(dez) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

10.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15(quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

10.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

10.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

11. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

11.1.O contrato terá vigência de 12(doze) meses, a contar da assinatura, não sendo admitidas prorrogações.

12. DO REGIME DE EXECUÇÃO

12.1. Este contrato será executado mediante Ordem de Serviços/Nota de Empenho para autorização de continuidade emitida pelo **CONTRATANTE,** de acordo com a sua necessidade, nos termos da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. Tendo em vista tratar-se de fornecimento com base em Sistema de Registro de Preços, a dotação orçamentária só se fará necessária quando da celebração do contrato, por cada órgão participante.

14. ESTIMATIVA DE CUSTOS

14.1. O fornecimento dos materiais tem o valor estimado de **R$ 5.584.135,22 (cinco milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, cento e trinta e cinco reais e vinte e dois centavos).**

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

15.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

15.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

15.4. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, quantidade e forma estabelecidos no Termo de Referência;

15.5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

15.6. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata;

15.7. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do presente Termo, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;

15.8. Fornecer à Contratada todo tipo de informação interna essencial à realização dos fornecimentos e dos serviços;

15.9. Comunicar prontamente à Contratada, qualquer anormalidade no objeto deste instrumento de Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Termo;

15.10. Exercer rigoroso controle de qualidade sobre o material, objeto do presente Termo;

15.11. Fazer cumprir a garantia do material, quando for o caso.

15.12. Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de sanções.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

16.2. Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal nos quais constarão, dentre outros, as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo e prazo de garantia ou validade;

16.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de1990);

16.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o material com avarias ou defeitos;
16.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
16.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal;
16.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
16.8. Não transferir para outrem, no todo ou em parte, o presente contrato, sem prévia e expressa anuência da contratante;
16.9. Responsabilizar-se por todos os tributos e contribuições, tais como impostos, taxas ou outros que decorram direta ou indiretamente do fornecimento do objeto;
16.10. Responder, integralmente por perdas e danos que vier a causar à contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações legais ou contratuais a que estiver sujeito;
16.11. O objeto deste Termo de Referência deverá ser entregue acompanhado de documentação fiscal e respectivo termo de garantia do fabricante, de acordo com os prazos estabelecidos neste instrumento.

17. DO PAGAMENTO

17.1. Os pagamentos serão feitos em até 30 (trinta) dias através de depósito bancário (Banco do Brasil) na conta corrente da contratada, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura atestada pelo servidor designado para fiscalizar a execução do Contrato, conforme quantitativos dos materiais solicitados e entregues naquele período, que deverá indicar a agência, localidade, conta corrente, para que seja feito o pagamento correspondente.
17.2. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada para as devidas correções.
17.3. A contratada não receberá pagamento enquanto houver pendências de obrigações que tenham sido impostas em virtude de penalidades ou inadimplemento. Cessadas estas causas, os pagamentos serão retomados sem que haja qualquer direito a atualização monetária.
17.4. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:
a) Certidão Negativa de Débitos emitida pelo INSS;
b) Certidão de Regularidade de Fundo de Garantia por tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão de regularidade fiscal para com as Fazendas: Federal e Municipal.
Serão pagos os materiais efetivamente solicitados e devidamente recebidos e atestados.

18. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. A execução e acompanhamento deste instrumento contratual serão fiscalizados por cada Órgão participante deste SRP. Onde cada Órgão participante é competente por acompanhar e fiscalizar seus contratos com a empresa Contratada. Sendo que cada Órgão participante desta cláusula compete, entre outras atribuições:

a. Solicitar à Contratada e seus prepostos, por escrito e devidamente protocolado, com, no mínimo, 02 (dois) dias de antecedência, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução deste contrato;
b. Obter da Administração, por escrito e devidamente protocolado, com, no mínimo, 05 (cinco) dias de antecedência, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução deste contrato;

c. Anexar aos autos do processo administrativo correspondente, cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;
d. Verificar a conformidade da execução contratual com as normas especificadas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada;
e. Ordenar à Contratada que reponha os materiais entregues em desacordo com o especificado;
f. Atestar o recebimento do objeto contratual, no processo administrativo de pagamento requerido pela Contratada;
g. Informar imediatamente, no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da data do conhecimento pelo fiscal do contrato, à Coordenação de Contratos e Licitações – SEMA quaisquer erros, imperfeições ou desacordos com as especificações ou prazo de entrega dos materiais que forem verificadas na execução deste contrato para que a contratada seja acionada juridicamente no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da data do conhecimento pelo fiscal do contrato;
h. Acompanhar os prazos de execução e de vigência deste termo contratual, manifestando-se quanto ao interesse de renovação do contrato informando a Coordenação de Contratos e Licitações no prazo máximo de 05 (cinco) dias antes do término destes prazos.

19. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

19.1. A Contratante reserva-se o direito de aumentar ou reduzir o valor inicial atualizado do Contrato em até 25% (vinte e cinco por cento), conforme previstos no parágrafo 1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93, do valor inicial atualizado do Contrato, sem que dessa decisão caiba, ao licitante, direito a qualquer indenização.

19.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários.

19.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

20. DO REAJUSTE DE PREÇOS, REVISÃO E DA POSSIBILIDADE DE RENEGOCIAÇÃO DE PREÇOS

20.1. Os preços apresentados neste Termo de Referência são fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas e de ocorrência de situação prevista no art. 65 da Lei nº 8666/93.

20.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Gestor do contrato promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, conforme exposto em **Decreto Municipal nº 9.175/2009**.

20.3. Quando o preço registrado, por motivo superveniente e devidamente comprovado, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Gestor do contrato deverá:

a. Convocar o fornecedor ou prestador do serviço visando a negociação para redução do preço e sua adequação ao praticado pelo mercado;
b. Frustrada a negociação, o fornecedor ou prestador do serviço será liberado do compromisso assumido, sujeitando-se às penalidades previstas no edital e legislação específica em vigor;
c. Convocar os demais fornecedores ou prestadores de serviço para igual oportunidade de negociação.

20.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor ou prestador de serviço, mediante requerimento e comprovação, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a. Liberar o fornecedor ou o prestador de serviço do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde

que a comunicação ocorra antes da autorização do fornecimento ou emissão da nota de empenho;

b. Convocar os demais fornecedores e prestadores de serviço para igual oportunidade de negociação;
c. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

21. DA RESCISÃO CONTRATUAL

21.1.À Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos SEMA/PMT fica reservada o direito de rescindir, unilateralmente, o presente Contrato, independente de interpelação judicial, se a contratada:

a. Descumprir as cláusulas contratuais;
b. Executar o Contrato com irregularidade;
c. Atrasar ou paralisar, sem justificativa prévia, a entrega dos materiais;
d. Ceder ou transferir, no todo ou em parte, as obrigações pelo cumprimento deste Contrato;
e. Tiver falência decretada ou a entrada em processo de recuperação judicial ou extrajudicial;
f. Por superveniente incapacidade técnica;
g. For dissolvida a empresa.

§ 1º - No caso de rescisão por inadimplência da contratada será aplicada a multa de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.

§ 2º - No caso de rescisão do Contrato, a CONTRATADA receberá somente o valor correspondente aos materiais entregues, deduzido o valor de multa contratual prevista na cláusula anterior.

22. SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

22.1. A recusa injustificada da contratada em aceitar ou retirar a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legais estabelecidas.

22.2. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, fica sujeita a CONTRATADA à multa de mora de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, sobre o valor total da proposta, não ultrapassando a 10% (dez por cento).

22.3. No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do objeto desta dispensa, a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos – SEMA/PMT poderá garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções:

a. Advertência.
b. Multa equivalente a 10% (dez por cento), sobre o valor do contrato pela inexecução total, ou 5% (cinco por cento) sobre o valor remanescente do mesmo, no caso de inexecução parcial.
c. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos.
d. Declaração de inidoneidade para com a Administração Pública Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

22.4. As multas a que se referem os subitens anteriores serão descontadas dos pagamentos devidos pela Contratante ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.

22.5. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa na

forma da Lei.

23. DO PRAZO DE VALIDADE E DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

23.1. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do §3º do art. 15 da Lei nº 8.666 de 1993.

23.2. Vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observando o dispositivo no art.57 da Lei nº 8666, de 1993.

23.3. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

23.4. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a. Por razão de interesse público; ou
b. A pedido do fornecedor.

Os registros do fornecedor serão cancelados quando:

a. Descumprir as condições da ata de registro de preços;
b. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
c. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar àqueles praticados no mercado; ou
d. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 87 da Lei nº 8666/93, ou no art. 7º da Lei 10.520 de 2002.

24. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

24.1. O objeto deste instrumento permite a utilização da Ata de Registro de Preços por órgão ou entidades não participantes, mediante consulta à SEMA – órgão gerenciador – para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

24.2. Fica definido que a adesão a atas de registro de preços, por Órgãos e Entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Teresina - PI, deve ser precedida de prévia análise, pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos - SEMA, sobre a compatibilidade dos preços registrados com as cotações do mercado, conforme os **Decretos Municipais Nº 17.057/ 2017** e **20.697/2021.**

24.3. As aquisições ou contratações adicionais decorrentes da adesão à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

24.4. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

24.5. Caberá ao **fornecedor beneficiário** da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

24.6. Por ocasião da homologação da licitação, será incluído, na respectiva Ata de Registro de Preços na forma de anexo, o registro das **licitantes não desclassificadas** que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos da **licitante vencedora** na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei n.º 8.666/93.

24.7.A Ata de Registro de Preços, ora firmada entre a Secretaria Municipal de Administração e

Recursos Humanos, e a (s) Detentora (s), terá validade de 12 (doze) meses, contado a partir da publicação da Ata.

25. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

25.1. Fica definido que a adesão a atas de registro de preços, por Órgãos e Entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Teresina - PI, deve ser precedida de prévia análise, pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos - SEMA, sobre a compatibilidade dos preços registrados com as cotações do mercado, conforme os **Decretos Municipais Nº 17.057/ 2017** e **20.697/2021.**

25.2. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

25.3. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

25.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

25.5. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

25.6. O instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

25.7. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

25.8. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

26. DA SUBCONTRATAÇÃO E DA GARANTIA CONTRATUAL

26.1. Não se admite a subcontratação, nos termos do artigo 72 da Lei 8.666/93.

26.2. Não haverá exigência de garantia de execução da presente contratação.

27. DAS PRERROGATIVAS CONTRATUAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

27.1. A Administração possui as seguintes prerrogativas contratuais:

a) modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

b) rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei 8666/93;

c) fiscalizar-lhes a execução;

d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

e) nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.

e.1)As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

e.2) Na hipótese do inciso I deste artigo, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

28. DAS CLÁUSULAS ANTI-FRAUDE E ANTI-CORRUPÇÃO

28.1. Para os propósitos desta seção, devem ser evitadas e inibidas as seguintes práticas:

(I) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

(II) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

(III) "prática conluiada": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

(IV) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar, causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

28.2. O licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

28.2.1. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, considera-se também como prática atentatória ao mais alto padrão de ética:

28.2.2. Da "Prática obstrutiva":

(a) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações;

(b) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

28.3. O contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluiadas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado, por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

29. DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1. As normas disciplinadoras deste Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

29.2.É facultado ao Pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

29.3. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

29.4. A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato.

29.5. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver, comprovadamente, suportado no cumprimento do contrato.
29.6.A Administração reserva-se o direito de transferir o prazo para o recebimento e abertura das propostas descabendo, em tais casos, direito à indenização pelos licitantes.
29.7.A participação na presente licitação implica em concordância tácita, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital e das cláusulas contratuais já estabelecidas.
29.8. Os casos omissos serão submetidos a parecer do Órgão Jurídico da PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA, por meio da Procuradoria Geral do Município – PGM e resolvidos de conformidade com o preceituado na Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal n. º 9.177 de 02/02/2009 e subsidiariamente pela Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente.
29.9. Fica eleito o Foro da Comarca de Teresina, PI, para dirimir litígios resultantes deste Edital.

APROVAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PELO ENTE GERENCIADOR:

_____

Leonardo Silva Freitas

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos - SEMA/PMT

Teresina, ____ de _____de 2023

sei! assinatura eletrônica

Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Silva Freitas**, **Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos**, em 15/02/2023, às 12:50, com fundamento no Decreto nº18.316/2019 - PMT.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **https://processoeletronico.pmt.pi.gov.br/sei/autenticador** informando o código verificador**6509443** e o código CRC **79D1E557**.

Referência: Processo nº 00042.001814/2022-

Rua Firmino Pires, 121 - Bairro Centro - - CEP 64001-070 - Teresina - PI
- http://sema.teresina.pi.gov.br/

Rua Firmino Pires, 121, Centro, Teresina-PI CEP 64000070
86 3229 0001 | 86 3229 0002 sema@pmt.pi.gov.br

ANEXO II
MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(papel timbrado da empresa)

A:
A/C: Sr.

Prezado Coordenador, apresentamos a nossa proposta para aquisição de (xxxxx) conforme descrição constante do Anexo I do Termo de Referência, e seus anexos, pelo(s) valor(es) abaixo especificado(s):

COTA PRINCIPAL						
ITEM	**DESCRÇÃO**	**CODIGO E-GOVERNE**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QUANT. ANUAL ESTIMADA**	**PREÇO UNIT.**	**PREÇO TOTAL ANUAL ESTIMADO**
1	Máscara cirúrgica descartável, com 3 camadas de proteção (pacote com 50 unidades)	35669	PA	16.585		
2	Papel higiênico branco alvejado, rolo com min. 10 cm x 30 m. (**Pacote contendo 4 rolos)**	702	PACOTE	51.664		
3	Papel toalha creme c/1000 fls	20781	PACOTE	20.345		
4	Saco p/ lixo capacidade 100Lt, espessura 0,10 microns, **pct. com 100un**	4859	PACOTE	17.305		
5	Saco p/ lixo capacidade 15Lt, espessura 0,008 microns, **pct. com 100un**	2616	PACOTE	11.826		
6	Saco p/ lixo capacidade 20Lt, espessura 0,008 microns, **pct. com 100un**	982	PACOTE	10.692		
7	Saco p/ lixo capacidade 30Lt, espessura 0,008 microns, **pct. com 100un**	4860	PACOTE	13.491		
8	Saco p/ lixo capacidade 50Lt, espessura 0,008 microns, **pct. com 100un**	4862	PACOTE	13.202		
9	Saco para lixo hospitalar branco 100L, **pct. com 100un**	39285	PACOTE	4.507		
10	Luvas de silicone	42725	PACOTE	6.638		

	tamanho G, **pct. com 100un**					
11	Touca descartável embalagem c/100 und	12336	CAIXA	15.129		
12	Balde a pedal polipropileno 30 – 49L	39620	UNIDADE	751		
13	Balde com pedal aço 16 – 20L	13827	UNIDADE	681		
14	Luva cirúrgica G, látex (caixa com 100und)	36395	CAIXA	2.349		

COTA RESERVADA PARA ME/EPP/MEI

ITEM	DESCRIÇÃO	CODIGO E-GOVERNE	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. ANUAL ESTIMADA	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL ANUAL ESTIMADO
15	Máscara cirúrgica descartável, com 3 camadas de proteção (pacote com 50 unidades)	35669	PA	1.842		
16	Papel higiênico branco alvejado, rolo com min. 10 cm x 30 m. (**Pacote contendo 4 rolos)**	702	PACOTE	5.740		
17	Papel toalha creme c/1000 fls	20781	PACOTE	2.260		
18	Saco p/ lixo capacidade 100Lt, espessura 0,10 microns, **pct. com 100un**	4859	PACOTE	1.922		
19	Saco p/ lixo capacidade 15Lt, espessura 0,008 microns, **pct. com 100un**	2616	PACOTE	1.314		
20	Saco p/ lixo capacidade 20Lt, espessura 0,008 microns, **pct. com 100un**	982	PACOTE	1.188		
21	Saco p/ lixo capacidade 30Lt, espessura 0,008 microns, **pct. com 100un**	4860	PACOTE	1.499		
22	Saco p/ lixo capacidade 50Lt, espessura 0,008 microns, **pct. com 100un**	4862	PACOTE	1.466		
23	Saco para lixo hospitalar branco 100L, **pct. com 100un**	39285	PACOTE	500		
24	Luvas de silicone	42725	PACOTE	737		

	tamanho G, **pct. com 100un**					
25	Touca descartável embalagem c/100 und	12336	CAIXA	1.681		
26	Balde a pedal polipropileno 30 – 49L	39620	UNIDADE	83		
27	Balde com pedal aço 16 – 20L	13827	UNIDADE	75		
28	Luva cirúrgica G, látex (caixa com 100und)	36395	CAIXA	260		

COTA EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI

ITEM	DESCRIÇÃO	CODIGO E-GOVERNE	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. ANUAL ESTIMADA	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL ANUAL ESTIMADO
29	Ácido Muriático (removic) 750ml	31665	CAIXA	1.024		
30	Água Sanitária	21817	LITRO	18.164		
31	Álcool 1 litro	17494	LITRO	7.226		
32	Álcool etílico em gel a 70%, frasco com 500g	17319	FRASCO	7.724		
33	Amaciante para roupas 20lts	15618	GALÃO	205		
34	Balde plástico com alça em alumínio capacidade 10litros	19392	UNIDADE	2.357		
35	Botas de PVC, **cano curto**	37912	PAR	971		
36	Cera líquida incolor, frasco com 1000ml	459	LITRO	951		
37	Cesto plástico de lixo telado 9,6 L	2052	UNIDADE	2.275		
38	Cesto plástico para lixo – capacidade 15 litros (com tampa e com pedal)	16896	UNIDADE	1.351		
39	Ciscador de grama e jardim c/ cabo	3079	UNIDADE	768		
40	Desinfetante líquido p/ uso em geral, c/ ação germ. 5 Litros	503	FRASCO	4.618		
41	Desinfetante em pastilha p/ vaso sanitário 40 gr	7258	UNIDADE	8.960		
42	Desinfetante líquido p/ uso em geral 1 litro	7439	LITRO	8.426		
43	Desodorizador de	37124	UNIDADE	5.097		

	ambiente em aerossol (spray) com no mínimo 350ML					
44	Detergente líquido lava louça c/ glicerina neutro 500 ml	6404	FRASCO	12.927		
45	Disco preto para enceradeira 35 cm	2773	UNIDADE	310		
46	Escova oval, base plástica	33405	UNIDADE	1.055		
47	Esponja de aço (pacote com 8 unidades)	16909	PACOTE	7.140		
48	Esponja dupla face, p/ limpeza, medindo aprox. 110x75x20mm	545	UNIDADE	8.532		
49	Flanela 100% algodão, c/ dim. aprox. de 25 x 40cm	583	UNIDADE	5.322		
50	Guardanapo de papel branco, tam 20x22cm, folha simples (pacote com 50 unidades)	4231	PACOTE	4.305		
51	Guardanapo de papel branco, tam 25x30cm, folha simples (pacote com 50 unidades)	2364	PACOTE	1.925		
52	Inseticida em aerossol 300 ml	7260	FRASCO	2.501		
53	Limpa alumínio líquido 500ml	29871	FRASCO	2.586		
54	Limpa vidros 1/2 litro	646	FRASCO	1.646		
55	Limpador multiuso para limpeza em superfícies	649	UNIDADE	3.481		
56	Lustra Móveis – frasco com 200ml	16930	UNIDADE	1.588		
57	Luva cirúrgica M, látex (caixa com 100und)	36396	CAIXA	1.656		
58	Luva cirúrgica P, látex (caixa com 100und)	36397	CAIXA	1.078		
59	Luva de limpeza, em látex, tamanho P	44203	PAR	529		
60	Luva de limpeza, em látex, tamanho M	44204	PAR	4.185		
61	Luva de limpeza, em látex, tamanho G	44205	PAR	5.380		
62	Óculos de segurança	2965	UNIDADE	1.073		

63	Pá p/ lixo em plástico resistente c/ cabo de aprox. 50 cm (Cabo de madeira revestida)	36066	UNIDADE	1.462		
64	Palha de aço nr. 0 c/ peso líquido mínimo de 30 g, embaladas	694	PACOTE	815		
65	Pano de chão p/ limpeza, em 100% algodão, med. 50x70 cm	697	UNIDADE	5.247		
66	Pano de prato 100% algodão medindo 60 x 40 cm	25310	UNIDADE	3.010		
67	Pedra sanitária 40 gramas	16940	UNIDADE	3.770		
68	Placa de Aviso "PISO MOLHADO"	18985	UNIDADE	472		
69	Removedor de cera líquida bombona com 5 litros	18393	GALÃO	464		
70	Removedor de gordura 500ml	16941	UNIDADE	1.189		
71	Rodo de madeira c/ borracha dupla, med. 1,20m x 40cm de base	973	UNIDADE	1.833		
72	Sabão em barra de 200g para cozinha, glicerinado, acondicion	26439	UNIDADE	9.731		
73	Sabão em pó – 500g	16944	PACOTE	9.736		
74	Sabonete em barra 90g	16955	UNIDADE	2.342		
75	Sabonete líquido bombona 5L	981	UNIDADE	2.661		
76	Saponaceo pô 300g	3906	UNIDADE	800		
77	Soda cáustica em escama 450g	22996	POTE	1.608		
78	Vassoura de palha de carnaúba	35326	UNIDADE	9.687		
79	Vassoura de pêlo sintético 60cm	1005	UNIDADE	3.424		
80	Vassoura de piaçava natural c/ cabo reto	1006	UNIDADE	2.262		
81	Vassoura tipo gari com cerdas resistentes	21410	UNIDADE	1.069		
82	Vassourão com cerdas em nylon, cabo de madeira	7263	UNIDADE	1.252		
83	Vassourinha de nylon p/	36177	UNIDADE	1.136		

	vaso sanitário c/ suporte					
84	Veneno para baratas/ ratos/ formigas	5346	LITRO	1.098		
85	Assento sanitário plástico branco	1285	UNIDADE	1.127		
86	Balde plástico com alça em alumínio capacidade 20litros	42	UNIDADE	1.219		
87	Rolete branco de plástico para papel higiênico	40646	UNIDADE	582		
88	Cera branca molhada (galão de 5 litros)	42724	GALÃO	200		
89	Cera líquida preta (galão 5 litros)	460	GALÃO	280		
90	Detergente desincrustante galão c/05 litros	35976	GALÃO	973		
91	Lã de aço bombril, pct c/08 unid, 60g	544	PACOTE	1.504		
92	Sabonete antisséptico e hidratante e emoliante 5 litros	5930	GALÃO	594		
93	Balde com pedal PVC 16 – 20L	38944	UNIDADE	729		
94	Coador de café pano	18417	UNIDADE	1.439		
95	Borrifador com gatilho, capac. 500 ml	8435	UNIDADE	2.410		

1. Os preços que as empresas devem constar no sistema licitações o valor total anual do Item.
2. No preço proposto, estão computados todos os custos necessários para a entrega dos materiais, bem como todos os tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas, comerciais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto do Edital em referência, e que influenciem na formação dos preços desta proposta.
3.As aquisições terão início de forma imediata na data de assinatura do contrato e serão executados conforme condições e especificações constantes do Edital e seus Anexos.
4. O prazo de validade da proposta é de _____ (_____) dias, contados da data de abertura do Pregão Eletrônico. (prazo não inferior a 90 (noventa) dias).
5. Comprometemo-nos a assinar o contrato no prazo determinado no Edital, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

DADOS DA EMPRESA:
Razão Social:_____CNPJ: Endereço:_____
Tel/Fax: _____E-mail: _____
CEP: _____Cidade: UF: _____
Banco: Agência: C/C: _____
DADOS DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA EMPRESA PARA ASSINATURA DO

CONTRATO:

Nome: _____

Local /Data: _____

ANEXO III

MAPA COMPARATIVO

Item	Descrição	Código E-governe	Unidade de Medida	Quantidade	Preços Coletados 1° Campo: Fonte da Pesquisa 2° Campo: Especificação da fonte (N° Pregão e ARP / N° Contrato / Nome da Empresa)									Média	Desvio Padrão	CV	Análise da Cesta	Limite Inferior	Limite Superior	Análise da Pesquisa de Preços									PREÇO MÉDIO UNITÁRIO ESTIMADO	PREÇO MÉDIO TOTAL ESTIMADO (Preço médio unitário estimado x Quant.)
					Cotação com fornecedor	Cotação com fornecedor	Cotação com fornecedor	Cotação com fornecedor	Cotação com fornecedor	Cotação com fornecedor	Contratações similares	Contratações similares	Contratações similares							Cotação com fornecedor	Cotação com fornecedor	Cotação com fornecedor	Cotação com fornecedor	Cotação com fornecedor	Cotação com fornecedor	Contratações similares	Contratações similares	Contratações similares		
					A	B	C	D	E	F	G	H	I							A	B	C	D	E	F	G	H	I		
1	Ácido Muriático (removic) 750ml	31665	CAIXA	1.024		R$ 38,40	R$ 33,59	R$ 50,88			R$ 34,00			R$ 39,22	8,07	20,59%	Série Homogênea	-	-	Sem preço	R$ 38,40	R$ 33,59	R$ 50,88	Sem preço	Sem preço	R$ 34,00	Sem preço	Sem preço	39,22	R$ 40.161,28
2	Água Sanitária	21817	LITRO	18.164	R$ 2,10	R$ 2,00	R$ 2,15	R$ 3,29	R$ 2,44		R$ 2,60	R$ 1,80	R$ 2,88	R$ 2,41	0,50	20,69%	Série Homogênea	-	-	R$ 2,10	R$ 2,00	R$ 2,15	R$ 3,29	R$ 2,44	Sem preço	R$ 2,60	R$ 1,80	R$ 2,88	2,41	R$ 43.775,24
3	Álcool 1 litro	17494	LITRO	7.226	R$ 9,90	R$ 8,50	R$ 9,90	R$ 11,61		R$ 8,50	R$ 6,02	R$ 6,36	R$ 7,86	R$ 8,58	1,88	21,88%	Série Homogênea	-	-	R$ 9,90	R$ 8,50	R$ 9,90	R$ 11,61	Sem preço	R$ 8,50	R$ 6,02	R$ 6,36	R$ 7,86	8,58	R$ 61.999,08
4	Álcool etílico em gel a 70%, frasco com 500g	17319	FRASCO	7.724	R$ 6,95	R$ 8,50		R$ 8,83			R$ 6,10	R$ 6,00	R$ 4,70	R$ 6,85	1,58	23,15%	Série Homogênea	-	-	R$ 6,95	R$ 8,50	Sem preço	R$ 8,83	Sem preço	Sem preço	R$ 6,10	R$ 6,00	R$ 4,70	6,85	R$ 52.909,40

5	Amaciante para roupas 20lts	15618	GALÃO	**205**	R$ 195,00		R$ 283,00	R$ 518,00	R$ 65,41		R$ 181,98	R$ 105,00	R$ 106,00	R$ 207,77	154,87	74,54%	Série Heterogênea	R$ 52,90	R$ 362,64	R$ 195,00	Sem preço	R$ 283,00	Não aceitável	R$ 65,41	Sem preço	R$ 181,98	R$ 105,00	R$ 106,00	156,07	R$ 31.994,35
6	Balde plástico com alça em alumínio capacidade 10litros	19392	UNIDADE	**2.357**	R$ 17,00	R$ 13,50	R$ 12,80	R$ 14,88			R$ 7,38	R$ 6,40	R$ 11,98	R$ 11,99	3,85	32,10%	Série Heterogênea	R$ 8,14	R$ 15,84	Não aceitável	R$ 13,50	R$ 12,80	R$ 14,88	Sem preço	Sem preço	Não aceitável	Não aceitável	R$ 11,98	13,29	R$ 31.324,53
7	Botas de PVC	37912	PAR	**971**	R$ 68,00		R$ 56,50	R$ 93,40			R$ 35,39	R$ 31,69	R$ 26,45	R$ 51,91	25,81	49,73%	Série Heterogênea	R$ 26,09	R$ 77,72	R$ 68,00	Sem preço	R$ 56,50	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	R$ 35,39	R$ 31,69	R$ 26,45	43,61	R$ 42.345,31
8	Cera líquida incolor, frasco com 1000ml	459	LITRO	**951**		R$ 4,85		R$ 38,00			R$ 6,00	R$ 8,00		R$ 14,21	15,91	111,96%	Série Heterogênea	-R$ 1,70	R$ 30,12	Sem preço	R$ 4,85	Sem preço	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	R$ 6,00	R$ 8,00	Sem preço	6,28	R$ 5.972,28
9	Cesto plástico de lixo telado 9,6 L	2052	UNIDADE	**2.275**	R$ 9,50		R$ 6,90	R$ 7,04			R$ 4,00	R$ 5,62	R$ 4,65	R$ 6,29	1,98	31,52%	Série Heterogênea	R$ 4,30	R$ 8,27	Não aceitável	Sem preço	R$ 6,90	R$ 7,04	Sem preço	Sem preço	Não aceitável	R$ 5,62	R$ 4,65	6,05	R$ 13.763,75
10	Cesto plástico para lixo – capacidade 15 litros (com tampa	16896	UNIDADE	**1.351**	R$ 48,00	R$ 72,00	R$ 39,90	R$ 37,00			R$ 22,06	R$ 63,70		R$ 47,11	18,32	38,88%	Série Heterogênea	R$ 28,79	R$ 65,43	R$ 48,00	Não aceitável	R$ 39,90	R$ 37,00	Sem preço	Sem preço	Não aceitável	R$ 63,70	Sem preço	47,15	R$ 63.699,65

	e com pedal)																									
11	Ciscador de grama e jardim c/ cabo	3079	**UNIDADE**	**768**	R$ 56,00	R$ 16,10	R$ 27,00	R$ 44,00			R$ 26,92			R$ 34,00	15,84	46,58%	Série Heterogênea	R$ 18,16	R$ 49,84	Não aceitável	Não aceitável	R$ 27,00	R$ 44,00	Sem preço	Sem preço	R$ 26,92	Sem preço	Sem preço	32,64	R$ 25.067,52
12	Desinfetante líquido p/ uso em geral, c/ ação germ. 5 Litros	503	**FRASCO**	**4.618**	R$ 14,00	R$ 11,50	R$ 11,99	R$ 77,62	R$ 13,43		R$ 10,00	R$ 7,00	R$ 5,99	R$ 18,94	23,88	126,08%	Série Heterogênea	-R$ 4,94	R$ 42,82	R$ 14,00	R$ 11,50	R$ 11,99	Não aceitável	R$ 13,43	Sem preço	R$ 10,00	R$ 7,00	R$ 5,99	10,56	R$ 48.766,08
13	Desinfetante em pastilha p/ vaso sanitário 40 gr	7258	**UNIDADE**	**8.960**	R$ 8,80	R$ 8,00	R$ 6,90	R$ 8,80			R$ 1,95			R$ 6,89	2,87	41,64%	Série Heterogênea	R$ 4,02	R$ 9,76	R$ 8,80	R$ 8,00	R$ 6,90	R$ 8,80	Sem preço	Sem preço	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	8,13	R$ 72.844,80
14	Desinfetante líquido p/ uso em geral 1 litro	7439	**LITRO**	**8.426**	R$ 3,99	R$ 3,60	R$ 3,90	R$ 5,35			R$ 5,00			R$ 4,37	0,76	17,42%	Série Homogênea	-	-	R$ 3,99	R$ 3,60	R$ 3,90	R$ 5,35	Sem preço	Sem preço	R$ 5,00	Sem preço	Sem preço	4,37	R$ 36.821,62
15	Desodorizador de ambiente em aerosol	37124	**UNIDADE**	**5.097**	R$ 14,00	R$ 11,90	R$ 11,95	R$ 18,02			R$ 12,00			R$ 13,57	2,64	19,44%	Série Homogênea	-	-	R$ 14,00	R$ 11,90	R$ 11,95	R$ 18,02	Sem preço	Sem preço	R$ 12,00	Sem preço	Sem preço	13,57	R$ 69.166,29

	(spray) com no mínimo 350ML																										
16	Detergente líquido lava louça c/ glicerina neutro 500 ml	6404	**FRASCO**	**12.927**	R$ 1,95	R$ 1,80	R$ 1,80	R$ 2,61			R$ 1,29	R$ 1,88		R$ 1,89	0,42	22,45%	Série Homogênea	-	-	R$ 1,95	R$ 1,80	R$ 1,80	R$ 2,61	Sem preço	Sem preço	R$ 1,29	R$ 1,88	Sem preço	1,89	R$ 24.432,03
17	Disco preto para enceradeira 35 cm	2773	**UNIDADE**	**310**	R$ 29,90	R$ 23,00	R$ 23,85	R$ 29,74			R$ 19,90			R$ 25,28	4,40	17,40%	Série Homogênea	-	-	R$ 29,90	R$ 23,00	R$ 23,85	R$ 29,74	Sem preço	Sem preço	R$ 19,90	Sem preço	Sem preço	25,28	R$ 7.836,80
18	Escova oval, base plástica	33405	**UNIDADE**	**1.055**	R$ 3,60	R$ 3,30	R$ 4,25	R$ 3,88			R$ 2,15	R$ 1,50	R$ 2,00	R$ 2,95	1,06	35,89%	Série Heterogênea	R$ 1,89	R$ 4,01	R$ 3,60	R$ 3,30	Não aceitável	R$ 3,88	Sem preço	Sem preço	R$ 2,15	Não aceitável	R$ 2,00	2,99	R$ 3.154,45
19	Esponja de aço (pacote com 8 unidades)	16909	**PACOTE**	**7.140**	R$ 2,65	R$ 2,50	R$ 2,40	R$ 3,40			R$ 2,64	R$ 1,90	R$ 1,40	R$ 2,41	0,63	26,10%	Série Heterogênea	R$ 1,78	R$ 3,04	R$ 2,65	R$ 2,50	R$ 2,40	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	R$ 2,64	R$ 1,90	Não aceitável	2,42	R$ 17.278,80
20	Esponja dupla face, p/ limpeza, medindo aprox.	545	**UNIDADE**	**8.532**	R$ 0,80	R$ 0,85	R$ 0,60	R$ 2,15			R$ 0,79	R$ 1,45	R$ 0,59	R$ 1,03	0,57	55,23%	Série Heterogênea	R$ 0,46	R$ 1,60	R$ 0,80	R$ 0,85	R$ 0,60	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	R$ 0,79	R$ 1,45	R$ 0,59	0,85	R$ 7.252,20

	110x75 x20mm																										
21	Flanela 100% algodão, c/ dim. aprox. de 25 x 40cm	583	UNIDADE	**5.322**	R$ 2,60	R$ 2,50	R$ 2,50	R$ 4,80			R$ 1,78	R$ 1,68	R$ 1,50	R$ 2,48	1,12	45,05%	Série Heterogênea	R$ 1,36	R$ 3,60	R$ 2,60	R$ 2,50	R$ 2,50	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	R$ 1,78	R$ 1,68	R$ 1,50	2,09	R$ 11.122,98
22	Fósforo – maço com 20 pacotes de 10 unidades	16919	MAÇO	**1.156**	R$ 65,00			R$ 100,00						-	-	-	-	-	-	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	Sem preço	Sem preço	Sem preço	—	—
23	Guardanapo de papel branco, tam 20x22cm, folha simples (pacote com 50 unidades)	4231	PACOTE	**4.305**	R$ 2,20	R$ 1,40	R$ 1,50	R$ 5,00			R$ 2,80	R$ 2,90	R$ 2,40	R$ 2,60	1,21	46,42%	Série Heterogênea	R$ 1,39	R$ 3,81	R$ 2,20	R$ 1,40	R$ 1,50	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	R$ 2,80	R$ 2,90	R$ 2,40	2,20	R$ 9.471,00
24	Guardanapo de papel branco, tam	2364	PACOTE	**1.925**	R$ 2,90			R$ 7,80			R$ 1,90	R$ 3,36		R$ 3,99	2,61	65,47%	Série Heterogênea	R$ 1,38	R$ 6,60	R$ 2,90	Sem preço	Sem preço	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	R$ 1,90	R$ 3,36	Sem preço	2,72	R$ 5.236,00

	25x30cm, folha simples (pacote com 50 unidades)																									
25	Inseticida em aerosol 300 ml	7260	**FRASCO**	**2.501**	R$ 12,50	R$ 11,50	R$ 9,90	R$ 17,20			R$ 7,92	R$ 7,69	R$ 7,20	R$ 10,56	3,55	33,63%	Série Heterogênea	R$ 7,01	R$ 14,11	R$ 12,50	R$ 11,50	R$ 9,90	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	R$ 7,92	R$ 7,69	R$ 7,20	9,45	R$ 23.634,45
26	Limpa alumínio líquido 500ml	29871	**FRASCO**	**2.586**	R$ 2,20	R$ 1,90	R$ 1,99	R$ 3,90			R$ 1,85	R$ 1,60		R$ 2,24	0,84	37,33%	Série Heterogênea	R$ 1,40	R$ 3,08	R$ 2,20	R$ 1,90	R$ 1,99	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	R$ 1,85	R$ 1,60	Sem preço	1,91	R$ 4.939,26
27	Limpa vidros 1/2 litro	646	**FRASCO**	**1.646**	R$ 3,50		R$ 5,30	R$ 13,00			R$ 2,42			R$ 6,06	4,78	78,94%	Série Heterogênea	R$ 1,28	R$ 10,83	R$ 3,50	Sem preço	R$ 5,30	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	R$ 2,42	Sem preço	Sem preço	3,74	R$ 6.156,04
28	Limpador multiuso para limpeza em superfícies	649	**UNIDADE**	**3.481**	R$ 3,60	R$ 3,00	R$ 4,30	R$ 4,39			R$ 2,00	R$ 2,80		R$ 3,35	0,93	27,68%	Série Heterogênea	R$ 2,42	R$ 4,28	R$ 3,60	R$ 3,00	Não aceitável	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	Não aceitável	R$ 2,80	Sem preço	3,13	R$ 10.895,53
29	Lustra Móveis – frasco com 200ml	16930	**UNIDADE**	**1.588**	R$ 8,90	R$ 5,00	R$ 4,50	R$ 6,58			R$ 2,60	R$ 4,00	R$ 3,70	R$ 5,04	2,10	41,62%	Série Heterogênea	R$ 2,94	R$ 7,14	Não aceitável	R$ 5,00	R$ 4,50	R$ 6,58	Sem preço	Sem preço	Não aceitável	R$ 4,00	R$ 3,70	4,76	R$ 7.558,88
30	Luva cirúrgica M, látex	36396	**CAIXA**	**1.656**	R$ 33,90	R$ 34,00	R$ 36,00	R$ 90,00		R$ 22,00	R$ 20,98	R$ 23,50	R$ 20,70	R$ 35,14	23,08	65,70%	Série Heterogênea	R$ 12,05	R$ 58,22	R$ 33,90	R$ 34,00	R$ 36,00	Não aceitável	Sem preço	R$ 22,00	R$ 20,98	R$ 23,50	R$ 20,70	27,30	R$ 45.208,80

	(caixa com 100und)																										
31	Luva cirúrgica P, látex (caixa com 100und)	36397	CAIXA	**1.078**	R$ 33,90	R$ 34,00	R$ 36,00	R$ 90,00		R$ 22,00	R$ 20,00	R$ 23,50		R$ 37,06	24,24	65,41%	Série Heterogênea	R$ 12,82	R$ 61,29	R$ 33,90	R$ 34,00	R$ 36,00	Não aceitável	Sem preço	R$ 22,00	R$ 20,00	R$ 23,50	Sem preço	28,23	R$ 30.431,94
32	Luva de limpeza, em látex, tamanho P	44203	PAR	**529**	R$ 3,85	R$ 4,60	R$ 3,90	R$ 12,00			R$ 1,69	R$ 3,64	R$ 3,78	R$ 4,78	3,31	69,20%	Série Heterogênea	R$ 1,47	R$ 8,09	R$ 3,85	R$ 4,60	R$ 3,90	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	R$ 1,69	R$ 3,64	R$ 3,78	3,58	R$ 1.893,82
33	Luva de limpeza, em látex, tamanho M	44204	PAR	**4.185**	R$ 3,85	R$ 4,60	R$ 3,90	R$ 12,00			R$ 1,69	R$ 3,78	R$ 3,35	R$ 4,74	3,33	70,19%	Série Heterogênea	R$ 1,41	R$ 8,06	R$ 3,85	R$ 4,60	R$ 3,90	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	R$ 1,69	R$ 3,78	R$ 3,35	3,53	R$ 14.773,05
34	Luva de limpeza, em látex, tamanho G	44205	PAR	**5.380**	R$ 3,85	R$ 4,60	R$ 3,90	R$ 12,00			R$ 2,69	R$ 2,10	R$ 2,60	R$ 4,53	3,41	75,16%	Série Heterogênea	R$ 1,13	R$ 7,94	R$ 3,85	R$ 4,60	R$ 3,90	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	R$ 2,69	R$ 2,10	R$ 2,60	3,29	R$ 17.700,20
35	Máscara cirúrgica descartável, com 3	35669	PA	**18.427**	R$ 15,50	R$ 18,00	R$ 16,80	R$ 40,00		R$ 9,00	R$ 7,90	R$ 9,98		R$ 16,74	11,01	65,80%	Série Heterogênea	R$ 5,73	R$ 27,75	R$ 15,50	R$ 18,00	R$ 16,80	Não aceitável	Sem preço	R$ 9,00	R$ 7,90	R$ 9,98	Sem preço	12,86	R$ 236.971,22

	camadas de proteção (pacote com 50 unidades)																										
36	Óculos de segurança	2965	**UNIDADE**	**1.073**	R$ 8,50		R$ 5,45	R$ 16,00		R$ 5,00	R$ 3,90	R$ 3,35	R$ 3,12	R$ 6,47	4,58	70,70%	Série Heterogênea	R$ 1,90	R$ 11,05	R$ 8,50	Sem preço	R$ 5,45	Não aceitável	Sem preço	R$ 5,00	R$ 3,90	R$ 3,35	R$ 3,12	4,89	R$ 5.246,97
37	Pá p/ lixo em plástico resistente c/ cabo de aprox. 50 cm (Cabo de madeira revestida)	36066	**UNIDADE**	**1.462**	R$ 10,50	R$ 9,30	R$ 10,40	R$ 8,20			R$ 7,99	R$ 3,65		R$ 8,34	2,53	30,32%	Série Heterogênea	R$ 5,81	R$ 10,87	R$ 10,50	R$ 9,30	R$ 10,40	R$ 8,20	Sem preço	Sem preço	R$ 7,99	Não aceitável	Sem preço	9,28	R$ 13.567,36
38	Palha de aço nr. 0 c/ peso líquido mínimo de 30 g, embaladas	694	**PACOTE**	**815**	R$ 2,80		R$ 2,20	R$ 5,00			R$ 1,25	R$ 1,20	R$ 1,69	R$ 2,36	1,43	60,65%	Série Heterogênea	R$ 0,93	R$ 3,79	R$ 2,80	Sem preço	R$ 2,20	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	R$ 1,25	R$ 1,20	R$ 1,69	1,83	R$ 1.491,45
39	Pano de chão p/	697	**UNIDADE**	**5.247**	R$ 5,80	R$ 4,50	R$ 7,20	R$ 8,00			R$ 4,55	R$ 5,00	R$ 4,30	R$ 5,62	1,46	25,90%	Série Heter	R$ 4,17	R$ 7,08	R$ 5,80	R$ 4,50	Não aceitável	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	R$ 4,55	R$ 5,00	R$ 4,30	4,83	R$ 25.343,01

	limpeza, em 100% algodão, med. 50x70 cm															ogênea											
40	Pano de prato 100% algodão medindo 60 x 40 cm	25310	**UNIDADE**	**3.010**	R$ 3,50	R$ 3,10	R$ 3,50	R$ 6,00			R$ 2,20	R$ 4,45	R$ 2,39	R$ 3,59	1,30	36,26%	Série Heterogênea	R$ 2,29	R$ 4,89	R$ 3,50	R$ 3,10	R$ 3,50	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	Não aceitável	R$ 4,45	R$ 2,39	3,39	R$ 10.203,90
41	Papel higiênico branco alvejado, rolo com min. 10 cm x 30 m	702	**PACOTE**	**57.404**	R$ 3,25	R$ 3,70	R$ 3,80	R$ 9,05	R$ 3,16		R$ 4,66	R$ 3,80	R$ 4,49	R$ 4,49	1,92	42,69%	Série Heterogênea	R$ 2,57	R$ 6,41	R$ 3,25	R$ 3,70	R$ 3,80	Não aceitável	R$ 3,16	Sem preço	R$ 4,66	R$ 3,80	R$ 4,49	3,84	R$ 220.431,36
42	Papel toalha creme c/1000 fls	20781	**PACOTE**	**22.605**	R$ 13,80	R$ 16,75	R$ 13,60	R$ 21,20	R$ 11,00		R$ 12,66	R$ 9,70	R$ 13,39	R$ 14,01	3,57	25,48%	Série Heterogênea	R$ 10,44	R$ 17,58	R$ 13,80	R$ 16,75	R$ 13,60	Não aceitável	R$ 11,00	Sem preço	R$ 12,66	Não aceitável	R$ 13,39	13,53	R$ 305.845,65
43	Pedra sanitária 40 gramas	16940	**UNIDADE**	**3.770**	R$ 2,55	R$ 2,40	R$ 1,99	R$ 4,30			R$ 1,29			R$ 2,51	1,12	44,51%	Série Heterogênea	R$ 1,39	R$ 3,62	R$ 2,55	R$ 2,40	R$ 1,99	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	2,31	R$ 8.708,70
44	Placa de Aviso "PISO	18985	**UNIDADE**	**472**	R$ 49,90	R$ 50,00	R$ 49,00	R$ 160,00		R$ 53,00	R$ 45,00	R$ 39,50	R$ 29,60	R$ 59,50	41,30	69,41%	Série Heterogênea	R$ 18,20	R$ 100,80	R$ 49,90	R$ 50,00	R$ 49,00	Não aceitável	Sem preço	R$ 53,00	R$ 45,00	R$ 39,50	R$ 29,60	45,14	R$ 21.306,08

	MOLHADO"																										
45	Removedor de cera líquida bombona com 5 litros	18393	GALÃO	**464**	R$ 65,99		R$ 68,40	R$ 95,66	R$ 49,63		R$ 32,00			R$ 62,34	23,68	37,98%	Série Heterogênea	R$ 38,66	R$ 86,01	R$ 65,99	Sem preço	R$ 68,40	Não aceitável	R$ 49,63	Sem preço	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	61,34	R$ 28.461,76
46	Removedor de gordura 500ml	16941	UNIDADE	**1.189**	R$ 4,80	R$ 9,70	R$ 4,30	R$ 25,80			R$ 2,50	R$ 1,30	R$ 1,53	R$ 7,13	8,71	122,14%	Série Heterogênea	-R$ 1,58	R$ 15,84	R$ 4,80	R$ 9,70	R$ 4,30	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	R$ 2,50	R$ 1,30	R$ 1,53	4,02	R$ 4.779,78
47	Rodo de madeira c/ borracha dupla, med. 1,20m x 40cm de base	973	UNIDADE	**1.833**	R$ 10,99	R$ 1,75	R$ 9,90	R$ 12,00			R$ 5,23	R$ 6,14	R$ 6,50	R$ 7,50	3,63	48,45%	Série Heterogênea	R$ 3,87	R$ 11,14	R$ 10,99	Não aceitável	R$ 9,90	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	R$ 5,23	R$ 6,14	R$ 6,50	7,75	R$ 14.205,75
48	Sabão em barra de 200g para cozinha, glicerinado, acondicion	26439	UNIDADE	**9.731**	R$ 2,20	R$ 2,10		R$ 2,45			R$ 1,89	R$ 2,72	R$ 2,00	R$ 2,23	0,31	13,84%	Série Homogênea	-	-	R$ 2,20	R$ 2,10	Sem preço	R$ 2,45	Sem preço	Sem preço	R$ 1,89	R$ 2,72	R$ 2,00	2,23	R$ 21.700,13

49	Sabão em pó – 500g	16944	**PACOTE**	**9.736**	R$ 2,55		R$ 2,20	R$ 7,00			R$ 3,00	R$ 2,39	R$ 2,99	R$ 3,36	1,81	54,08%	Série Heterogênea	R$ 1,54	R$ 5,17	R$ 2,55	Sem preço	R$ 2,20	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	R$ 3,00	R$ 2,39	R$ 2,99	2,63	R$ 25.605,68
50	Sabonete em barra 90g	16955	**UNIDADE**	**2.342**	R$ 1,99	R$ 15,50	R$ 1,90	R$ 3,02			R$ 2,95	R$ 1,80	R$ 2,21	R$ 4,20	5,01	119,38%	Série Heterogênea	-R$ 0,81	R$ 9,20	R$ 1,99	Não aceitável	R$ 1,90	R$ 3,02	Sem preço	Sem preço	R$ 2,95	R$ 1,80	R$ 2,21	2,31	R$ 5.410,02
51	Sabonete líquido bombona 5L	981	**UNIDADE**	**2.661**	R$ 19,90		R$ 29,90	R$ 80,56	R$ 33,26		R$ 12,99	R$ 15,57	R$ 12,90	R$ 29,30	24,00	81,91%	Série Heterogênea	R$ 5,30	R$ 53,30	R$ 19,90	Sem preço	R$ 29,90	Não aceitável	R$ 33,26	Sem preço	R$ 12,99	R$ 15,57	R$ 12,90	20,75	R$ 55.215,75
52	Sabonete líquido frasco 700 ml	33430	**FRASCO**	**2.738**				R$ 13,50						-	-	-	-	-	-	Sem preço	Sem preço	Sem preço	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	Sem preço	Sem preço	Sem preço	—	—
53	Saco p/ lixo capacidade 100Lt, espessura 0,10 microns	4859	**PACOTE**	**19.227**	R$ 156,00	R$ 42,00		R$ 82,00			R$ 29,00	R$ 18,15	R$ 24,10	R$ 58,54	52,94	90,43%	Série Heterogênea	R$ 5,60	R$ 111,48	Não aceitável	R$ 42,00	Sem preço	R$ 82,00	Sem preço	Sem preço	R$ 29,00	R$ 18,15	R$ 24,10	39,05	R$ 750.814,35
54	Saco p/ lixo capacidade 15Lt, espessura 0,008 microns	2616	**PACOTE**	**13.140**	R$ 14,00	R$ 14,50		R$ 38,00			R$ 29,95			R$ 24,11	11,85	49,16%	Série Heterogênea	R$ 12,26	R$ 35,97	R$ 14,00	R$ 14,50	Sem preço	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	R$ 29,95	Sem preço	Sem preço	19,48	R$ 255.967,20

55	Saco p/ lixo capacidade 20Lt, espessura 0,008 microns	982	**PACOTE**	**11.880**	R$ 15,00			R$ 38,00			R$ 13,10	R$ 19,90	R$ 12,90	R$ 19,78	10,57	53,43%	Série Heterogênea	R$ 9,21	R$ 30,35	R$ 15,00	Sem preço	Sem preço	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	R$ 13,10	R$ 19,90	R$ 12,90	15,23	R$ 180.932,40
56	Saco p/ lixo capacidade 30Lt, espessura 0,008 microns	4860	**PACOTE**	**14.990**	R$ 23,00	R$ 25,00		R$ 44,00			R$ 21,95	R$ 14,78	R$ 17,95	R$ 24,45	10,26	41,98%	Série Heterogênea	R$ 14,18	R$ 34,71	R$ 23,00	R$ 25,00	Sem preço	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	R$ 21,95	R$ 14,78	R$ 17,95	20,54	R$ 307.894,60
57	Saco p/ lixo capacidade 50Lt, espessura 0,008 microns	4862	**PACOTE**	**14.668**	R$ 61,00	R$ 30,00		R$ 58,00			R$ 27,80	R$ 21,95	R$ 21,40	R$ 36,69	18,00	49,06%	Série Heterogênea	R$ 18,69	R$ 54,69	Não aceitável	R$ 30,00	Sem preço	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	R$ 27,80	R$ 21,95	R$ 21,40	25,29	R$ 370.953,72
58	Saco para lixo hospitalar branco 100L	39285	**PACOTE**	**5.007**	R$ 56,00	R$ 71,00		R$ 106,00		R$ 80,00	R$ 84,00			R$ 79,40	18,35	23,11%	Série Homogênea	-	-	R$ 56,00	R$ 71,00	Sem preço	R$ 106,00	Sem preço	R$ 80,00	R$ 84,00	Sem preço	Sem preço	79,40	R$ 397.555,80
59	Saponaceo pô 300g	3906	**UNIDADE**	**800**	R$ 7,50	R$ 5,50	R$ 3,30				R$ 6,95	R$ 3,74	R$ 6,80	R$ 5,63	1,77	31,39%	Série Heter	R$ 3,86	R$ 7,40	Não aceitável	R$ 5,50	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	Sem preço	R$ 6,95	Não aceitável	R$ 6,80	6,42	R$ 5.136,00

																ogênea										
60	Soda cáustica em escama 450g	22996	**POTE**	**1.608**	R$ 12,70	R$ 9,00	R$ 10,90	R$ 13,78			R$ 28,99	R$ 28,00		R$ 17,23	8,88	51,56%	Série Heterogênea	R$ 8,35	R$ 26,11	R$ 12,70	R$ 9,00	R$ 10,90	R$ 13,78	Sem preço	Sem preço	Não aceitável	Não aceitável	Sem preço	11,60	R$ 18.652,80
61	Vassoura de palha de carnaúba	35326	**UNIDADE**	**9.687**	R$ 1,95	R$ 2,00	R$ 1,80	R$ 4,00			R$ 1,00	R$ 1,35		R$ 2,02	1,05	51,83%	Série Heterogênea	R$ 0,97	R$ 3,06	R$ 1,95	R$ 2,00	R$ 1,80	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	R$ 1,00	R$ 1,35	Sem preço	1,62	R$ 15.692,94
62	Vassoura de pêlo sintético 60cm	1005	**UNIDADE**	**3.424**	R$ 29,00	R$ 21,10	R$ 22,00	R$ 16,00			R$ 10,80	R$ 11,00	R$ 12,50	R$ 17,49	6,83	39,06%	Série Heterogênea	R$ 10,66	R$ 24,32	Não aceitável	R$ 21,10	R$ 22,00	R$ 16,00	Sem preço	Sem preço	R$ 10,80	R$ 11,00	R$ 12,50	15,57	R$ 53.311,68
63	Vassoura de piaçava natural c/ cabo reto	1006	**UNIDADE**	**2.262**	R$ 11,99	R$ 11,99		R$ 14,78			R$ 24,50	R$ 17,00		R$ 16,05	5,17	32,20%	Série Heterogênea	R$ 10,88	R$ 21,22	R$ 11,99	R$ 11,99	Sem preço	R$ 14,78	Sem preço	Sem preço	Não aceitável	R$ 17,00	Sem preço	13,94	R$ 31.532,28
64	Vassoura tipo gari com cerdas resistentes	21410	**UNIDADE**	**1.069**	R$ 19,50	R$ 16,90	R$ 32,00	R$ 30,00			R$ 34,65	R$ 21,75	R$ 30,40	R$ 26,46	6,93	26,18%	Série Heterogênea	R$ 19,53	R$ 33,38	Não aceitável	Não aceitável	R$ 32,00	R$ 30,00	Sem preço	Sem preço	Não aceitável	R$ 21,75	R$ 30,40	28,54	R$ 30.509,26
65	Vassourão com cerdas em nylon, cabo de	7263	**UNIDADE**	**1.252**	R$ 19,50	R$ 11,00	R$ 24,00	R$ 30,00			R$ 11,20	R$ 10,20	R$ 16,85	R$ 17,54	7,51	42,81%	Série Heterogênea	R$ 10,03	R$ 25,04	R$ 19,50	R$ 11,00	R$ 24,00	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	R$ 11,20	R$ 10,20	R$ 16,85	15,46	R$ 19.355,92

	madeira																											
66	Vassourinha de nylon p/ vaso sanitário c/ suporte	36177	**UNIDADE**	**1.136**	R$ 9,50	R$ 7,60	R$ 8,80	R$ 11,14			R$ 4,70	R$ 6,49	R$ 4,99	R$ 7,60	2,38	31,33%	Série Heterogênea	R$ 5,22	R$ 9,98	R$ 9,50	R$ 7,60	R$ 8,80	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	Não aceitável	R$ 6,49	Não aceitável	8,10	R$ 9.201,60
67	Veneno para baratas / ratos/ formigas	5346	**LITRO**	**1.098**	R$ 12,99			R$ 23,60						R$ 18,30	7,50	41,01%	Série Heterogênea	R$ 10,79	R$ 25,80	R$ 12,99	Sem preço	Sem preço	R$ 23,60	Sem preço	Sem preço	Sem preço	Sem preço	Sem preço	18,30	R$ 20.093,40
68	Assento sanitário plástico branco	1285	**UNIDADE**	**1.127**	R$ 110,00		R$ 38,90	R$ 89,00			R$ 28,00	R$ 24,00		R$ 57,98	39,01	67,27%	Série Heterogênea	R$ 18,97	R$ 96,99	Não aceitável	Sem preço	R$ 38,90	R$ 89,00	Sem preço	Sem preço	R$ 28,00	R$ 24,00	Sem preço	44,98	R$ 50.692,46
69	Balde plástico com alça em alumínio capacidade 20litros	42	**UNIDADE**	**1.219**	R$ 25,99	R$ 17,50	R$ 18,80	R$ 23,16			R$ 15,18	R$ 15,93	R$ 15,50	R$ 18,87	4,18	22,13%	Série Homogênea	-	-	R$ 25,99	R$ 17,50	R$ 18,80	R$ 23,16	Sem preço	Sem preço	R$ 15,18	R$ 15,93	R$ 15,50	18,87	R$ 23.002,53
70	Rolete branco de plástico para papel	40646	**UNIDADE**	**582**	R$ 9,99			R$ 18,50						R$ 14,25	6,02	42,24%	Série Heterogênea	R$ 8,23	R$ 20,26	R$ 9,99	Sem preço	Sem preço	R$ 18,50	Sem preço	Sem preço	Sem preço	Sem preço	Sem preço	14,25	R$ 8.293,50

	higiênico																										
71	Cera branca molhada (galão de 5 litros)	42724	GALÃO	**200**	R$ 56,00			R$ 368,00			R$ 59,00	R$ 38,90	R$ 63,11	R$ 117,00	140,61	120,18%	Série Heterogênea	-R$ 23,61	R$ 257,62	R$ 56,00	Sem preço	Sem preço	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	R$ 59,00	R$ 38,90	R$ 63,11	54,25	R$ 10.850,00
72	Cera líquida preta (galão 5 litros)	460	GALÃO	**280**			R$ 65,00	R$ 142,00			R$ 63,11	R$ 35,00		R$ 76,28	45,91	60,19%	Série Heterogênea	R$ 30,37	R$ 122,19	Sem preço	Sem preço	R$ 65,00	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	R$ 63,11	R$ 35,00	Sem preço	54,37	R$ 15.223,60
73	Detergente desincrustante galão c/05 litros	35976	GALÃO	**973**	R$ 46,00	R$ 97,00	R$ 86,00	R$ 105,58	R$ 34,07		R$ 22,00	R$ 46,87		R$ 62,50	33,07	52,92%	Série Heterogênea	R$ 29,43	R$ 95,58	R$ 46,00	Não aceitável	R$ 86,00	Não aceitável	R$ 34,07	Sem preço	Não aceitável	R$ 46,87	Sem preço	53,24	R$ 51.802,52
74	Lã de aço bombril, pct c/08 unid, 60g	544	PACOTE	**1.504**	R$ 2,50	R$ 2,50	R$ 2,40	R$ 3,40			R$ 1,25	R$ 1,20	R$ 1,30	R$ 2,08	0,84	40,58%	Série Heterogênea	R$ 1,24	R$ 2,92	R$ 2,50	R$ 2,50	R$ 2,40	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	R$ 1,25	Não aceitável	R$ 1,30	1,99	R$ 2.992,96
75	Sabonete antisséptico e hidratante e emoliante 5 litros	5930	GALÃO	**594**	R$ 39,90	R$ 31,50	R$ 42,00	R$ 19,00			R$ 39,00	R$ 79,27	R$ 79,76	R$ 47,20	23,37	49,52%	Série Heterogênea	R$ 23,83	R$ 70,58	R$ 39,90	R$ 31,50	R$ 42,00	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	R$ 39,00	Não aceitável	Não aceitável	38,10	R$ 22.631,40

76	Luvas de silicone tamanho G	42725	PACOTE	**7.375**				R$ 12,00			R$ 44,60	R$ 44,70	R$ 34,90	R$ 34,05	15,40	45,23%	Série Heterogênea	R$ 18,65	R$ 49,45	Sem preço	Sem preço	Sem preço	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	R$ 44,60	R$ 44,70	R$ 34,90	41,40	R$ 305.325,00
77	Touca descartável embalagem c/100 und	12336	CAIXA	**16.810**	R$ 14,99	R$ 16,00	R$ 13,80			R$ 11,00	R$ 8,65	R$ 10,95	R$ 12,00	R$ 12,48	2,58	20,65%	Série Homogênea	-	-	R$ 14,99	R$ 16,00	R$ 13,80	Sem preço	Sem preço	R$ 11,00	R$ 8,65	R$ 10,95	R$ 12,00	12,48	R$ 209.788,80
78	Balde a pedal polipropileno 30 – 49L	39620	UNIDADE	**834**	R$ 170,00	R$ 106,00	R$ 199,00	R$ 153,00						R$ 157,00	38,94	24,81%	Série Homogênea	-	-	R$ 170,00	R$ 106,00	R$ 199,00	R$ 153,00	Sem preço	Sem preço	Sem preço	Sem preço	Sem preço	157,00	R$ 130.938,00
79	Balde com pedal aço 16 – 20L	13827	UNIDADE	**756**			R$ 310,00	R$ 408,00			R$ 260,00	R$ 233,27	R$ 169,50	R$ 276,15	89,45	32,39%	Série Heterogênea	R$ 186,71	R$ 365,60	Sem preço	Sem preço	R$ 310,00	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	R$ 260,00	R$ 233,27	Não aceitável	267,76	R$ 202.426,56
80	Balde com pedal PVC 16 – 20L	38944	UNIDADE	**729**	R$ 98,00			R$ 113,80			R$ 46,65	R$ 95,00		R$ 88,36	29,01	32,83%	Série Heterogênea	R$ 59,36	R$ 117,37	R$ 98,00	Sem preço	Sem preço	R$ 113,80	Sem preço	Sem preço	Não aceitável	R$ 95,00	Sem preço	102,27	R$ 74.554,83
81	Coador de café pano	18417	UNIDADE	**1.439**	R$ 4,99		R$ 4,50	R$ 8,00			R$ 2,27	R$ 1,00		R$ 4,15	2,70	64,97%	Série Heterogênea	R$ 1,45	R$ 6,85	R$ 4,99	Sem preço	R$ 4,50	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	R$ 2,27	Não aceitável	Sem preço	3,92	R$ 5.640,88
82	Luva cirúrgica G, látex (caixa com 100und)	36395	CAIXA	**2.609**	R$ 33,90	R$ 38,00	R$ 39,90			R$ 22,00	R$ 20,00			R$ 30,76	9,20	29,90%	Série Heterogênea	R$ 21,56	R$ 39,96	R$ 33,90	R$ 38,00	R$ 39,90	Sem preço	Sem preço	R$ 22,00	Não aceitável	Sem preço	Sem preço	33,45	R$ 87.271,05

83	Borrifador com gatilho, capac. 500 ml	8435	UNIDADE	**2.410**	R$ 7,80	R$ 8,50	R$ 8,25	R$ 13,00		R$ 6,00	R$ 9,90	R$ 7,90	R$ 8,43	R$ 8,72	2,03	23,33%	Série Homogênea	-	-	R$ 7,80	R$ 8,50	R$ 8,25	R$ 13,00	Sem preço	R$ 6,00	R$ 9,90	R$ 7,90	R$ 8,43	8,72	R$ 21.015,20
VALOR TOTAL (R$):																												**R$ 5.584.135,22**

FORMA DE AFERIÇÃO DO CÁLCULO: Média Saneada.

Observações:

1. Para os itens 22 e 52 não obtivemos êxioto na Cotação de Preços, por não recebimento de orçamentos locais que contemplassem o objeto e por não ter sido possível encontrar no Sistema Banco de Preços produtos com as especificidades necessárias.

2. Média Banco de Preços: Discriminação específica constante em relatório gerado no SISTEMA BANCO DE PREÇOS (em anexo), no qual é possível visualizar, inclusive, a ATA do pregão realizado, vide link disponível.

3. Preços obtidos através de orçamentos propostos por empresas locais que atuam no fornecimento dos produtos solicitados.

4. Pesquisa realizada conforme: 2.2. Decreto Municipal de Teresina n. 22.042/2022, de 24 de janeiro de 2022.

Responsável Técnico pela Cotação: Thayssa Sthefany Sousa Saraiva

Chefe de Divisão DPP-GEMAP: Tanielle Christine Soares das Chagas

DPP/GEMAP-SEMA

ANEXO IV

DECLARACAO DE CONHECIMENTO E ATENDIMENTO AS CONDIÇÕES DO EDITAL
TIMBRE DA EMPRESA
(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

(papel timbrado da empresa)

TIMBRE DA EMPRESA

A:
A/C: Sr.

A empresa xxxxxxxx, CNPJ nº xxxxxxxxxx, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, para fins de participação no PREGÃO Nº _____/2023 para Contratação de empresa para fornecimento de _____, a fim de atender as necessidades da **XXX ,** em cumprimento ao previsto no inciso VII do artigo 4.º da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, **DECLARA,** sob as penalidades da lei, expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação no Pregão supracitado.

Cidade (UF) .. , ... de de 2023.
Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

(papel timbrado da empresa)

TIMBRE DA EMPRESA

Declaro, sob as penas da lei, para fins desta licitação que a empresa _____, não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos do inciso IV. Art. 87, da Lei Federal n. º 8.666/93 e suas alterações, bem como comunicarei qualquer fato ou evento superveniente a entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal econômico-financeira.

Cidade (UF) .. , ... de de 2023.
Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

(papel timbrado da empresa)

TIMBRE DA EMPRESA

Declaro, sob as penas da lei, para fins desta licitação que a empresa _____, cumpre com o disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal de 05/10/1988.

Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal: "...proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos."

Ressalva:
( ) emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Cidade (UF) .. , ... de de 2023.

Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO
(papel timbrado da empresa)

TIMBRE DA EMPRESA

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____, portador da RG._____, CPF nº _____, DECLARA, para fins de participação no Procedimento Licitatório nº _____/_____, sob as sanções administrativa cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) **MICROEMPRESA**, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de __/__/2006.

( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de __/__/2006.

Sou optante do Sistema Simples Nacional?
( ) SIM ( )NAO

Declaro ainda que a empresa não se encontra alcançada por qualquer das hipóteses descritas no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Cidade (UF) .. , ... de de 2023.

Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável

Obs.: 1) Assinalar com um "X" a condição da empresa**.**
2) As empresas deverão apresentar esta DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO nos termos da Lei complementar nº 123/2006, conforme item assinalado.

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VINCULO FAMILIAR

(papel timbrado da empresa)

TIMBRE DA EMPRESA

(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)……..(nome empresarial da licitante) , inscrita no CNPJ n°: , com sede na (endereço complete) , por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) …….. , infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade n° ….e do CPF/MF n° ……., para fins do presente processo licitatório, DECLARA não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, ate o terceiro grau, de servidor publico da ativa na Prefeitura Municipal de TERESINA(PI) que impossibilite a participação no referido Pregão Eletrônico n° xx/2023.

Cidade (UF) .. , ... de de 2023.
Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

(em papel timbrado da licitante)

Eu,_____, portador do RG nº_____e do CPF nº_____, representante legal do licitante_____(*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº___/___, Processo n°___/___, **DECLARO,** sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi,no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimentolicitatório;

d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;

e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitanteantes da abertura oficial das propostas; e

f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013, tais como:

I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público,ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar aprática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III– comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV-– no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente,o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimentolicitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento devantagem de qualquer tipo;

d)fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

d) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitaçãopública ou celebrar contrato administrativo;

e) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos
celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatórioda licitação pública ou nos
respectivos instrumentos contratuais; ou
f) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebradoscom a administração pública;
IV– dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

Cidade (UF) .., ... de de 2023.
Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável

ANEXO X

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVINIENTE

(papel timbrado da empresa)

TIMBRE DA EMPRESA

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____, portador da RG._____, CPF nº _____, DECLARA, para fins de participação no Procedimento Licitatório nº _____/_____, sob as sanções administrativa cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Cidade (UF) .. , ... de de 2023.

Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável

ANEXO XI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO ADMITIR TRABALHO FORÇADO OU DEGRADANTE

_____ inscrito no CNPJ ou CPF (caso o credenciante seja pessoa física) sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador da Carteira de Identidade _____e do CPF nº _____ DECLARA para fins do disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, que não possuo em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado. _____ Representante Legal

Cidade (UF) .. , ... de de 2023.

Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável

ANEXO XII
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº_____/2023
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 000/2023 – SEMA/PMT
PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 00042.001814/2022-87 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - SEMA
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.

Aos _____ dias do mês de _____ de dois mil e vinte e dois, na sede da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - SEMA,** situada na Rua Firmino Pires, nº 121, Centro/Norte, CEP 64001-070, inscrita no CNPJ sob o nº 06.554.869/0007- 50, neste ato representada pelo Sr. Secretário LEONARDO SILVA FREITAS, inscrito no CPF sob nº 022.078.993-22, ao final assinado, e a empresa qualificada abaixo, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/19, Decreto Municipal nº 9.175 de 02.02.2009, Decreto Municipal n° 20.697 de 08.03.2021, Decreto Federal nº 7.892 de 23.01.2013 e Decreto n° 13.045, de 16.07.2013 e das demais normas aplicáveis à espécie, resolvem efetuar o registro de preços, conforme decisão alcançada pela Pregoeira, Doc. SEI nº e HOMOLOGADA conforme Doc. SEI nº _____, ambas do Processo Administrativo SEI nº **Nº 00042.001814/2022-87– SEMA**, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços n° 000/2023 – SEMA/PMT. Os preços registrados constam da planilha de preços abaixo, devendo-se observar quanto ao fornecimento, as seguintes cláusulas e condições:

(INFORMAR OS NOMES DAS EMPRESAS)
(Nome da empresa), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ nº xxxxxxx, sediada na xxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representada pelo seu xxxxxxxxxxxxx, (nacionalidade), (estado civil), Portador(a) da Carteira de Identidade nº xxxxxxx, expedida pela xxxxx, CPF nº xxxxxxx, residente e domicilado em xxxxxxxx.

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para o fornecimento de materiais de limpeza, necessários ao desempenho das funções administrativas cotidianas dos órgãos da Prefeitura Municipal de Teresina. As especificações são as constantes no Termo de Referência que deverão ser minuciosamente observadas pelos licitantes quando da elaboração de suas propostas.

2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1. Os materiais a serem licitados, por meio do Sistema de Registro de Preços, são:

COTA PRINCIPAL

ITEM	DESCRÇÃO	CODIGO E-GOVERNE	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. ANUAL ESTIMADA	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL ANUAL ESTIMADO
1	Máscara cirúrgica descartável, com 3 camadas de proteção	35669	PA	16.585		

	(pacote com 50 unidades)					
2	Papel higiênico branco alvejado, rolo com min. 10 cm x 30 m. (**Pacote contendo 4 rolos)**	702	PACOTE	51.664		
3	Papel toalha creme c/1000 fls	20781	PACOTE	20.345		
4	Saco p/ lixo capacidade 100Lt, espessura 0,10 microns, **pct. com 100un**	4859	PACOTE	17.305		
5	Saco p/ lixo capacidade 15Lt, espessura 0,008 microns, **pct. com 100un**	2616	PACOTE	11.826		
6	Saco p/ lixo capacidade 20Lt, espessura 0,008 microns, **pct. com 100un**	982	PACOTE	10.692		
7	Saco p/ lixo capacidade 30Lt, espessura 0,008 microns, **pct. com 100un**	4860	PACOTE	13.491		
8	Saco p/ lixo capacidade 50Lt, espessura 0,008 microns, **pct. com 100un**	4862	PACOTE	13.202		
9	Saco para lixo hospitalar branco 100L, **pct. com 100un**	39285	PACOTE	4.507		
10	Luvas de silicone tamanho G, **pct. com 100un**	42725	PACOTE	6.638		
11	Touca descartável embalagem **c/100 und**	12336	CAIXA	15.129		
12	Balde a pedal polipropileno 30 – 49L	39620	UNIDADE	751		
13	Balde com pedal aço 16 – 20L	13827	UNIDADE	681		
14	Luva cirúrgica G, látex (**caixa com 100und**)	36395	CAIXA	2.349		

COTA RESERVADA PARA ME/EPP/MEI

ITEM	DESCRIÇÃO	CODIGO E-GOVERNE	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. ANUAL ESTIMADA	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL ANUAL ESTIMADO
15	Máscara cirúrgica descartável, com 3	35669	PA	1.842		

	camadas de proteção (pacote com 50 unidades)					
16	Papel higiênico branco alvejado, rolo com min. 10 cm x 30 m. (**Pacote contendo 4 rolos)**	702	PACOTE	5.740		
17	Papel toalha creme **c/1000 fls**	20781	PACOTE	2.260		
18	Saco p/ lixo capacidade 100Lt, espessura 0,10 microns, **pct. com 100un**	4859	PACOTE	1.922		
19	Saco p/ lixo capacidade 15Lt, espessura 0,008 microns, **pct. com 100un**	2616	PACOTE	1.314		
20	Saco p/ lixo capacidade 20Lt, espessura 0,008 microns, **pct. com 100un**	982	PACOTE	1.188		
21	Saco p/ lixo capacidade 30Lt, espessura 0,008 microns, **pct. com 100un**	4860	PACOTE	1.499		
22	Saco p/ lixo capacidade 50Lt, espessura 0,008 microns, **pct. com 100un**	4862	PACOTE	1.466		
23	Saco para lixo hospitalar branco 100L, **pct. com 100un**	39285	PACOTE	500		
24	Luvas de silicone tamanho G, **pct. com 100un**	42725	PACOTE	737		
25	Touca descartável embalagem, **caixa com 100 unidades**	12336	CAIXA	1.681		
26	Balde a pedal polipropileno 30 – 49L	39620	UNIDADE	83		
27	Balde com pedal aço 16 – 20L	13827	UNIDADE	75		
28	Luva cirúrgica G, látex **(caixa com 100und)**	36395	CAIXA	260		

COTA EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI

ITEM	DESCRIÇÃO	CODIGO E-GOVERNE	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. ANUAL ESTIMADA	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL ANUAL ESTIMADO

29	Ácido Muriático (removic) 1.000 ml, **caixa com 12 unidades**	31665	CAIXA	1.024		
30	Água Sanitária	21817	LITRO	18.164		
31	Álcool 1 litro	17494	LITRO	7.226		
32	Álcool etílico em gel a 70%, frasco com 500g	17319	FRASCO	7.724		
33	Amaciante para roupas 20lts	15618	GALÃO	205		
34	Balde plástico com alça em alumínio capacidade 10litros	19392	UNIDADE	2.357		
35	Botas de PVC **cano curto**	37912	PAR	971		
36	Cera líquida incolor, frasco com 1000ml	459	LITRO	951		
37	Cesto plástico de lixo telado 9,6 L	2052	UNIDADE	2.275		
38	Cesto plástico para lixo – capacidade 15 litros (com tampa e com pedal)	16896	UNIDADE	1.351		
39	Ciscador de grama e jardim c/ cabo	3079	UNIDADE	768		
40	Desinfetante líquido p/ uso em geral, c/ ação germ. 5 Litros	503	FRASCO	4.618		
41	Desinfetante em pastilha p/ vaso sanitário 40 gr	7258	UNIDADE	8.960		
42	Desinfetante líquido p/ uso em geral 1 litro	7439	LITRO	8.426		
43	Desodorizador de ambiente em aerossol (spray) com no mínimo 350ML	37124	UNIDADE	5.097		
44	Detergente líquido lava louça c/ glicerina neutro 500 ml	6404	FRASCO	12.927		
45	Disco preto para enceradeira 35 cm	2773	UNIDADE	310		
46	Escova oval, base plástica	33405	UNIDADE	1.055		
47	Esponja de aço (**pacote com 8 unidades)**	16909	PACOTE	7.140		

48	Esponja dupla face, p/ limpeza, medindo aprox. 110x75x20mm	545	UNIDADE	8.532		
49	Flanela 100% algodão, c/ dim. aprox. de 25 x 40cm	583	UNIDADE	5.322		
50	Guardanapo de papel branco, tam 20x22cm, folha simples (**pacote com 50 unidades**)	4231	PACOTE	4.305		
51	Guardanapo de papel branco, tam 25x30cm, folha simples **(pacote com 50 unidades**)	2364	PACOTE	1.925		
52	Inseticida em aerossol 300 ml	7260	FRASCO	2.501		
53	Limpa alumínio líquido 500ml	29871	FRASCO	2.586		
54	Limpa vidros 1/2 litro	646	FRASCO	1.646		
55	Limpador multiuso para limpeza em superfícies	649	UNIDADE	3.481		
56	Lustra Móveis – frasco com 200ml	16930	UNIDADE	1.588		
57	Luva cirúrgica M, látex (**caixa com 100und**)	36396	CAIXA	1.656		
58	Luva cirúrgica P, látex (**caixa com 100und**)	36397	CAIXA	1.078		
59	Luva de limpeza, em látex, tamanho P	44203	PAR	529		
60	Luva de limpeza, em látex, tamanho M	44204	PAR	4.185		
61	Luva de limpeza, em látex, tamanho G	44205	PAR	5.380		
62	Óculos de segurança	2965	UNIDADE	1.073		
63	Pá p/ lixo em plástico resistente c/ cabo de aprox. 50 cm (Cabo de madeira revestida)	36066	UNIDADE	1.462		
64	Palha de aço nr. 0 c/ peso líquido mínimo de 30 g, embaladas	694	PACOTE	815		
65	Pano de chão p/ limpeza, em 100% algodão, med. 50x70 cm	697	UNIDADE	5.247		

66	Pano de prato 100% algodão medindo 60 x 40 cm	25310	UNIDADE	3.010		
67	Pedra sanitária 40 gramas	16940	UNIDADE	3.770		
68	Placa de Aviso "PISO MOLHADO"	18985	UNIDADE	472		
69	Removedor de cera líquida bombona com 5 litros	18393	GALÃO	464		
70	Removedor de gordura 500ml	16941	UNIDADE	1.189		
71	Rodo de madeira c/ borracha dupla, med. 1,20m x 40cm de base	973	UNIDADE	1.833		
72	Sabão em barra de 200g para cozinha, glicerinado, acondicion	26439	UNIDADE	9.731		
73	Sabão em pó – 500g	16944	PACOTE	9.736		
74	Sabonete em barra 90g	16955	UNIDADE	2.342		
75	Sabonete líquido bombona 5L	981	UNIDADE	2.661		
76	Saponaceo pô 300g	3906	UNIDADE	800		
77	Soda cáustica em escama 450g	22996	POTE	1.608		
78	Vassoura de palha de carnaúba	35326	UNIDADE	9.687		
79	Vassoura de pêlo sintético 60cm	1005	UNIDADE	3.424		
80	Vassoura de piaçava natural c/ cabo reto	1006	UNIDADE	2.262		
81	Vassoura tipo gari com cerdas resistentes	21410	UNIDADE	1.069		
82	Vassourão com cerdas em nylon, cabo de madeira	7263	UNIDADE	1.252		
83	Vassourinha de nylon p/ vaso sanitário c/ suporte	36177	UNIDADE	1.136		
84	Veneno para baratas/ ratos/ formigas	5346	LITRO	1.098		
85	Assento sanitário plástico branco	1285	UNIDADE	1.127		
86	Balde plástico com alça em alumínio capacidade 20litros	42	UNIDADE	1.219		

87	Rolete branco de plástico para papel higiênico	40646	UNIDADE	582		
88	Cera branca molhada (galão de 5 litros)	42724	GALÃO	200		
89	Cera líquida preta (galão 5 litros)	460	GALÃO	280		
90	Detergente desincrustante galão c/05 litros	35976	GALÃO	973		
91	Lã de aço bombril, **pct c/08 unid, 60g**	544	PACOTE	1.504		
92	Sabonete antisséptico e hidratante e emoliante 5 litros	5930	GALÃO	594		
93	Balde com pedal PVC 16 – 20L	38944	UNIDADE	729		
94	Coador de café pano	18417	UNIDADE	1.439		
95	Borrifador com gatilho, capac. 500 ml	8435	UNIDADE	2.410		

2.1.2. Os preços que as empresas devem constar no sistema licitaçoes – é o valor total anual do Item.

2.2. A aquisição do material da COTA RESERVADA terá prioridade, conforme disposto no Decreto Federal n° 8.538/2015.

3. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da ata de registro de preços será de doze meses, contado da publicação no Diário do Município, incluídas eventuais prorrogações, conforme inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

4. DO CADASTRO RESERVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Após o encerramento da etapa competitiva, as licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada para o objeto, caso tenham a intenção de participar do Cadastro de Reserva.

4.2.***As licitantes que assim quiserem deverão manifestar sua intenção imediatamente, logo após encerrada a etapa competitiva através do chat no sistema.***

4.2.1.As licitantes que se manifestarem terão o prazo de **03(três) horas** para envio do Cadastro de Reserva formalizado através do sistema licitacões-e.

4.3. O cadastro de reserva deverá ser formalizado observando-se o disposto no modelo constante do **ANEXO XII -A,** da Ata de Registro de Preço, com as informações das licitantes que farão parte do Cadastro de Reserva, visto aceitarem fornecer o(s) item(ns) com preço igual ao da licitante vencedora do certame quanto ao(s) respectivo(s) item(ns).

4.4.A existência de cadastro de reserva não prejudica o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada, observando-se o disposto no art. 10 e 11 do Decreto nº 7.892/2013.

4.5. O Cadastro de Reserva será utilizado na hipótese do primeiro colocado quando convocado, não assinar a ARP no prazo legal (Parágrafo Único do art. 13 do Decreto nº 7.892/2013), bem como no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ARP, e sucessivamente, nas hipóteses

previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.
4.6.A habilitação da(s) fornecedora(s) que comporão o Cadastro de Reserva será efetuada, na hipótese prevista no parágrafo único do art. 13 do Decreto nº 7.892/2013 e quando houver necessidade de contratação de fornecedora remanescente, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do mesmo Decreto.
4.6.1. Caso a fornecedora do Cadastro de Reserva já tenha sido habilitada no certame, se convocada para fornecer o objeto em virtude de Cadastro de Reserva, deverá atualizar sua habilitação quanto aos documentos que estiverem com vigência expirada quando convocada.
4.7. Todas as condições, prazos, obrigações e penalidades enumeradas neste Edital, bem como nos seus Anexos deverão ser observados pelas fornecedoras registradas no Cadastro Reserva.

5. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
5.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.
5.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito
5.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
5.5. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993.

6. DA COMPETÊNCIA DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1.Compete ao órgão gerenciador:
6.1.1.Gerenciar a Ata de Registro de Preços;
6.1.2.Providenciar a assinatura desta Ata e o encaminhamento de sua cópia aos órgãos ou entidades participantes;
6.1.3.Providenciar a indicação dos fornecedores para atendimento às demandas, observada a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos;
6.1.4.Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados; e
6.1.5.Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações.

7. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços os órgãos interessados, ou qualquer outro órgão/entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao orgão gerenciador desde que devidamente comprovada a vantagem, respeitado o limite

contido no §4º do art. 22 do Decreto 7.892/2013;
7.2. Os órgãos e entidades que não participaram do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao orgão gerenciador para que esta indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação;
7.3. O fornecedor registrado fica proibido de firmar contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sem prévia autorização do Órgão Gerenciador;
7.4 Caberá aos fornecedores beneficiários da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento aos órgãos não participantes que solicitem adesão à Ata de Registro de Preços acima do quantitativo previsto, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas, respeitado o disposto nos §3º e §4º do art. 22 do Decreto nº 7.892/2013;
7.5 As solicitações de adesão, concessão de anuência pelo fornecedor e autorização do órgão gerenciador serão realizadas por meio de formalização de processo administrativo com as documentações necessárias, cuja responsabilidade é do órgão gerenciador.
7.6. **O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgão participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem**.
7.7. Após a aceitação à adesão da Ata de Registro de Preços pelo órgão gerenciador, o Órgão denominado Carona deverá observar as seguintes instruções:
a) **O Órgão Carona somente poderá adquirir os itens registrados nas mesmas condições comerciais e financeiras estabelecidas no Pregão, dentro da vigência da Ata, não podendo ultrapassar 100% do registrado na mesma**;
b) Qualquer ato que o Órgão Carona, cometer de abuso às condições comerciais e financeiras expressas nesse Processo Licitatório – Registro de Preços, responderá exclusivamente por si e assumirá inteira responsabilidade, não envolvendo assim, o Órgão gerenciador do registro;
c) O Órgão Carona fará o contato com o vencedor do certame, conforme Termo de Adjudicação;
6.8 A previsão de aquisição ou contratação pelo Órgão Carona deverá ser de até 90 (noventa) dias após a autorização, observando o prazo de vigência da ata.
6.9. Fica definido que a adesão à Ata de Registro de Preços, por Órgão e Entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Teresina-PI, deve ser precedida de prévia análise, pela Secretaria de Admisnitração e Recursos Humanos-SEMA, sobre a compatibilidade dos preços registrados com as cotações do mercado, conforme Decreto Municipal nº 20.697, de 3 de março de 2021, e com autorização expressa do Chefe de Executivo Municipal.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
a. Por razão de interesse público; ou
b. A pedido do fornecedor.
8.2. Do cancelamento do registro de preços de fornecedor:
8.2.1. Os registros do fornecedor serão cancelados quando:
a. Descumprir as condições da ata de registro de preços;
b. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela

Administração, sem justificativa aceitável;
c. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar àqueles praticados no mercado; ou
d. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 87 da Lei nº 8666/93, ou no art. 7º da Lei 10.520 de 2002.

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1. Deverá ser respeitada, quando da formalização do instrumento contratual ou correlatos, a vigência estabelecida no instrumento convocatório.
9.2. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

10 - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

10.1. O contrato terá vigência de 12(doze) meses, a contar da assinatura, não sendo admitidas prorrogações.

11 – DA SUBCONTRAÇÃO E DA GARANTIA CONTRATUAL:

11.1. Não se admite a subcontratação, nos termos do artigo 72 da Lei 8.666/93.
11.2. Não haverá exigência de garantia de execução da presente contratação.

12 - REGIME DE EXECUÇÃO/ EXECUÇÃO CONTRATUAL

12.1. Este contrato será executado mediante Ordem de Serviços/Nota de Empenho para autorização de continuidade emitida pelo CONTRATANTE, de acordo com a sua necessidade, nos termos da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

13 - DO LOCAL DE ENTREGA

13.1. Conforme indicado abaixo:

ÓRGÃO PARTICIPANTE	ENDEREÇO
ARSETE	R. Félix Pacheco, 1405 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64001-160
ETURB	R. Clodoaldo Freitas, 664 - Centro (Norte), Teresina - PI, 64000-360
FMC	R. Félix Pacheco, 1430 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64001-160
FWF	R. Coelho Rodrigues, 900 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64000-080
IPMT	Ed. Saraiva Center, R. Firmino Pires, 379 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64001-070
PGM	Av. Nossa Sra. de Fátima, 2341 - Fátima, Teresina - PI, 64048-180
PRODATER	R. Firmino Pires, 379 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64001-901
SAAD – CENTRO	R. Clodoaldo Freitas, 664 - Centro (Norte), Teresina - PI, 64000-360
SAAD- LESTE	Av. Zequinha Freire, 370 - Uruguai, Teresina - PI, 64057-310
SAAD NORTE	R. Rui Barbosa, 3079 - Matadouro, Teresina - PI, 64002-180
SAAD SUDESTE	Av. Dep. Paulo Ferraz, 1895 - Beira Rio, Teresina - PI, 64075-535
SDR	R. João Cabral, 2319 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64001-030
SEMA	R. Firmino Pires, 121 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64001-070
SEMAM	R. Projetada, 201-225 - Água Mineral, Teresina - PI, 64006-245
SEMCASPI	R. Álvaro Mendes, 861 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64000-060
SEMCOM	Praça Marechal Deodoro da Fonseca, 860 – Palácio da Cidade –

	Térreo – Centro – CEP: 64000- 160
SEMDEC	R. Manoel Nogueira Lima, Nº 1347 - JOQUEI CLUB, Teresina - PI, 64049-190
SEMDUH	R. Des. Pires de Castro, 688 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64001-390
SEMEC	R. Areolino de Abreu, 1507 - Centro (Norte), Teresina - PI, 64000-180
SEMEL	R. Jônatas Batista, 852 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64003-077
SEMEST	Av. Campos Sales, 1292 - Térreo - Centro (Sul), Teresina - PI, 64000-300
SEMGOV	Praça Marechal Deodoro da Fonseca, 860 – Palácio da Cidade – Térreo – Centro – CEP: 64000- 160
SEMP	R. Clodoaldo Freitas, 654 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64002-515
SEMPLAN	Pca Marechal Deodoro da Fonseca, 860, Palácio da Cidade, Térreo - Centro, Teresina-PI, 64.001-490
SMPM	R. Agripino Maranhão, 235 - Noivos, Teresina - PI, 64046-230
STRANS	Av. Pedro Freitas, 1252 - Vermelha, Teresina - PI, 64019-368.

14 - DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

14.1. Se dará através de ordem de fornecimento e empenho, emitida por servidores especialmente designados.

14.2. Os materiais de limpeza deverão ser entregues no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nas quantidades, especificações, locais, datas e horários estipulados por cada Órgão Participante deste Sistema de Registro de Preços, a contar da solicitação emitida.

14.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10(dez) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15(quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

14.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

14.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

15 - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

15.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

15.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

15.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

15.4. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, quantidade e forma estabelecidos no Termo de Referência;
15.5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
15.6. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata;
15.7. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do presente Termo, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;
15.8. Fornecer à Contratada todo tipo de informação interna essencial à realização dos fornecimentos e dos serviços;
15.9. Comunicar prontamente à Contratada, qualquer anormalidade no objeto deste instrumento de Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Termo;
15.10. Exercer rigoroso controle de qualidade sobre o material, objeto do presente Termo;
15.11. Fazer cumprir a garantia do material, quando for o caso.
15.12. Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de sanções.

16 - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

16.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
16.2. Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal nos quais constarão, dentre outros, as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo e prazo de garantia ou validade;
16.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de1990);
16.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o material com avarias ou defeitos;
16.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
16.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal;
16.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
16.8. Não transferir para outrem, no todo ou em parte, o presente contrato, sem prévia e expressa anuência da contratante;
16.9. Responsabilizar-se por todos os tributos e contribuições, tais como impostos, taxas ou outros que decorram direta ou indiretamente do fornecimento do objeto;
16.10. Responder, integralmente por perdas e danos que vier a causar à contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações legais ou contratuais a que estiver sujeito;
16.11. O objeto deste Termo de Referência deverá ser entregue acompanhado de documentação fiscal

e respectivo termo de garantia do fabricante, de acordo com os prazos estabelecidos neste instrumento

17 - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. A execução e acompanhamento deste instrumento contratual serão fiscalizados por cada Órgão participante deste SRP. Onde cada Órgão participante é competente por acompanhar e fiscalizar seus contratos com a empresa Contratada. Sendo que cada Órgão participante desta cláusula compete, entre outras atribuições:

a. Solicitar à Contratada e seus prepostos, por escrito e devidamente protocolado, com, no mínimo, 02 (dois) dias de antecedência, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução deste contrato;
b. Obter da Administração, por escrito e devidamente protocolado, com, no mínimo, 05 (cinco) dias de antecedência, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução deste contrato;
c. Anexar aos autos do processo administrativo correspondente, cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;
d. Verificar a conformidade da execução contratual com as normas especificadas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada;
e. Ordenar à Contratada que reponha os materiais entregues em desacordo com o especificado;
f. Atestar o recebimento do objeto contratual, no processo administrativo de pagamento requerido pela Contratada;
g. Informar imediatamente, no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da data do conhecimento pelo fiscal do contrato, à Coordenação de Contratos e Licitações – SEMA quaisquer erros, imperfeições ou desacordos com as especificações ou prazo de entrega dos materiais que forem verificadas na execução deste contrato para que a contratada seja acionada juridicamente no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da data do conhecimento pelo fiscal do contrato;
h. Acompanhar os prazos de execução e de vigência deste termo contratual, manifestando-se quanto ao interesse de renovação do contrato informando a Coordenação de Contratos e Licitações no prazo máximo de 05 (cinco) dias antes do término destes prazos.

18 - DO PAGAMENTO

18.1. Os pagamentos serão feitos em até 30 (trinta) dias através de depósito bancário (Banco do Brasil) na conta corrente da contratada, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura atestada pelo servidor designado para fiscalizar a execução do Contrato, conforme quantitativos dos materiais solicitados e entregues naquele período, que deverá indicar a agência, localidade, conta corrente, para que seja feito o pagamento correspondente.

18.2. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada para as devidas correções.

18.3. A contratada não receberá pagamento enquanto houver pendências de obrigações que tenham sido impostas em virtude de penalidades ou inadimplemento. Cessadas estas causas, os pagamentos serão retomados sem que haja qualquer direito a atualização monetária.

18.4. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

a) Certidão Negativa de Débitos emitida pelo INSS;
b) Certidão de Regularidade de Fundo de Garantia por tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão de regularidade fiscal para com as Fazendas: Federal e Municipal.

Serão pagos os materiais efetivamente solicitados e devidamente recebidos e atestados.

19 - DO REAJUSTE DE PREÇOS, REVISÃO E DA POSSIBILIDADE DE RENEGOCIAÇÃO DE PREÇOS

19.1. Os preços apresentados neste Termo de Referência são fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas e de ocorrência de situação prevista no art. 65 da Lei nº 8666/93.

19.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Gestor do contrato promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, conforme exposto em Decreto Municipal nº 9.175/2009.

19.3. Quando o preço registrado, por motivo superveniente e devidamente comprovado, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Gestor do contrato deverá:

a. Convocar o fornecedor ou prestador do serviço visando a negociação para redução do preço e sua adequação ao praticado pelo mercado;
b. Frustrada a negociação, o fornecedor ou prestador do serviço será liberado do compromisso assumido, sujeitando-se às penalidades previstas no edital e legislação específica em vigor;
c. Convocar os demais fornecedores ou prestadores de serviço para igual oportunidade de negociação.

19.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor ou prestador de serviço, mediante requerimento e comprovação, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a. Liberar o fornecedor ou o prestador de serviço do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes da autorização do fornecimento ou emissão da nota de empenho;
b. Convocar os demais fornecedores e prestadores de serviço para igual oportunidade de negociação;
c. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

20 - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

20.1. A Contratante reserva-se o direito de aumentar ou reduzir o valor inicial atualizado do Contrato em até 25% (vinte e cinco por cento), conforme previstos no parágrafo 1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93, do valor inicial atualizado do Contrato, sem que dessa decisão caiba, ao licitante, direito a qualquer indenização.

20.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários.

20.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

21 - ORDEM DE FORNECIMENTO E NOTA DE EMPENHO

21.1. Homologada a licitação, esta será encaminhada aos setores solicitantes da mesma para que, conforme avaliação e necessidades, procedam a abertura de processo de solicitação de emissão de Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho pelos setores competentes da FMS.

21.2. A Fundação Municipal de Saúde enviará as Ordens de Fornecimento/Notas de Empenho através do e- mail oficialmente informado pela contratada. A empresa adjudicatária terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para justificar e manifestar interesse na recusa da nota de empenho, sob pena de

decair o direito ao fornecimento das sanções previstas no Art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.
21.3. É facultado à Administração, quando a convocada não aceitar nota de empenho no prazo e condições estabelecidos, chamar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, podendo negociar diretamente com o(s) proponente(s) para que seja obtido preço melhor.

22. DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

22.1. A recusa injustificada da contratada em aceitar ou retirar a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legais estabelecidas.
22.2. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, fica sujeita a CONTRATADA à multa de mora de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, sobre o valor total da proposta, não ultrapassando a 10% (dez por cento).
22.3. No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do objeto desta dispensa, a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos – SEMA/PMT poderá garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções:

a. Advertência.
b. Multa equivalente a 10% (dez por cento), sobre o valor do contrato pela inexecução total, ou 5% (cinco por cento) sobre o valor remanescente do mesmo, no caso de inexecução parcial.
c. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos.
d. Declaração de inidoneidade para com a Administração Pública Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

22.4. As multas a que se referem os subitens anteriores serão descontadas dos pagamentos devidos pela Contratante ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.
22.5. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa na forma da Lei.

23. DA RESCISÃO CONTRATUAL

23.1.À Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos SEMA/PMT fica reservada o direito de rescindir, unilateralmente, o presente Contrato, independente de interpelação judicial, se a contratada:

a. Descumprir as cláusulas contratuais;
b. Executar o Contrato com irregularidade;
c. Atrasar ou paralisar, sem justificativa prévia, a entrega dos materiais;
d. Ceder ou transferir, no todo ou em parte, as obrigações pelo cumprimento deste Contrato;
e. Tiver falência decretada ou a entrada em processo de recuperação judicial ou extrajudicial;
f. Por superveniente incapacidade técnica;
g. For dissolvida a empresa.

§ 1º - No caso de rescisão por inadimplência da contratada será aplicada a multa de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.
§ 2º - No caso de rescisão do Contrato, a CONTRATADA receberá somente o valor correspondente

aos materiais entregues, deduzido o valor de multa contratual prevista na cláusula anterior.

24. DAS PRERROGATIVAS CONTRATUAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

24.1. A Administração possui as seguintes prerrogativas contratuais:

a) modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

b) rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei 8666/93;

c) fiscalizar-lhes a execução;

d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

e) nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.

e.1)As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

e.2) Na hipótese do inciso I deste artigo, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

25. DAS CLÁUSULAS ANTI-FRAUDE E ANTI-CORRUPÇÃO

25.1. Para os propósitos desta seção, devem ser evitadas e inibidas as seguintes práticas:

(I) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

(II) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

(III) "prática conluiada": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

(IV) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar, causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

25.2. O licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

25.2.1. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, considera-se também como prática atentatória ao mais alto padrão de ética: 25.2.2. Da "Prática obstrutiva":

(a) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações;

(b) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

25.3. O contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluiadas ou coercitivas,

no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado, por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

26. ESTIMATIVA DE CUSTO

26.1. O valor anual estimado para a referida aquisição é de **R$ 5.584.135,22 (Cinco Milhões, Quinhentos e Oitenta e Quatro Mil, Cento e Trinta e Cinco Reais e Vinte e Dois Centavos),** consoante informação da Ficha de Licitação (5700729).

27. FONTE DE RECURSOS

27.1. Fonte de Recurso: Tendo em vista tratar-se de fornecimento com base em Sistema de Registro de Preços, **a dotação orçamentária só se fará necessária quando da celebração do contrato, por cada órgão participante.**

28. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

28.1. As normas disciplinadoras deste Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

28.2.É facultado ao Pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

28.3. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

28.4. A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato.

28.5. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver, comprovadamente, suportado no cumprimento do contrato.

28.6.A Administração reserva-se o direito de transferir o prazo para o recebimento e abertura das propostas descabendo, em tais casos, direito à indenização pelos licitantes.

28.7.A participação na presente licitação implica em concordância tácita, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital e das cláusulas contratuais já estabelecidas.

28.8. Os casos omissos serão submetidos a parecer do Órgão Jurídico da PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA, por meio da Procuradoria Geral do Município – PGM e resolvidos de conformidade com o preceituado na Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal n. º 9.177 de 02/02/2009 e subsidiariamente pela Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente.

28.9. Fica eleito o Foro da Comarca de Teresina, PI, para dirimir litígios resultantes deste Edital.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Contratante:

Prefeitura Municipal de Teresina/PI Gerenciador do SRP

Contratado (s): Vencedor

ANEXO XII- A- DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
CADASTRO DE RESERVA
PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 000/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 00042.001814/2022-87 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - SEMA

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste CADASTRO RESERVA o Registro de Preços para o fornecimento de materiais de limpeza, necessários ao desempenho das funções administrativas cotidianas dos órgãos da Prefeitura Municipal de Teresina.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EMPRESA REGISTRADA

Dados da empresa:		
Razão Social:		
CNPJ/CGC nº:	Inscrição Estadual nº:	
Endereço:		
CEP:	Cidade:	Estado:
Telefone: (XX)	e-mail comercial:	
Banco:	Agência nº:	Conta nº:

Dados do responsável pelo Cadastro de Reserva:		
Nome Completo:		
CPF nº:	RG nº:	
Endereço:		
CEP:	Cidade:	Estado:
Telefone: (XX)	e-mail:	
Cargo/Função que exerce na empresa:		

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CADASTRO RESERVA

Item	**Descrição do Objeto/ Especificação**	**Quant.**	**Unid.**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
	** *deve o proponente especificar o objeto de forma clara, descrevendo detalhadamente as características do produto e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e constatem as configurações cotadas.*	(...)	(...)	R$ ...	R$ ...

CLÁUSULA QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES DECORRENTES DO CADASTRO RESERVA

4.1. Todas as condições, prazos, obrigações e penalidades enumeradas na Ata de Registro de Preços serão observadas pela empresas registradas no Cadastro Reserva.

4.2. As sanções descritas na Ata de Registro de Preços, também se aplicam às integrantes do cadastro de reserva que convocadas não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela Administração Pública.

(nome do Município e Estado),___de_____de 2023.

Assinatura do Representante Legal da Empresa Nome legível

ANEXO XIII
MINUTA CONTRATUAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/2023 – SEMA/PMT
PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 00042.001814/2022-87 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - SEMA

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI O(A)..... E A EMPRESA .....

CONTRATANTE: SEMCASPI, inscrita no CNPJ nº _____, situada na _____, n° ___ – Centro – CEP: 64000-160, Teresina - Piauí, por intermédio do seu representante legal, o Secretario Sr. _____, residente e domiciliado em Teresina, Estado do Piauí.
CONTRATADA: _____, empresa inscrita no CNJP/MF sob o nº _____, com sede na rua/Av. _____, nº _____, na cidade de _____, representada neste ato por _____ (cargo/função), RG _____, CPF _____. O CONTRATANTE e a CONTRATADA, acima especificados, têm entre si ajustado o presente contrato para o fornecimento de materiais de limpeza, necessários ao desempenho das funções administrativas cotidianas dos órgãos da Prefeitura Municipal de Teresina, Decreto Municipal Nº 15.609 de 07.01.2016, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17.07.2002, Decretos Federais nº 7.892 de 23.01.2013 e 10.024 de 20/09/2019, Decreto Municipal n.º 9.178 e 9.175 de 02.02.2009 e Decreto nº 13.405 de 16/07/2013, Lei Complementar n° 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e subsidiariamente a Lei Federal n.º 8.666/93 com suas alterações, e nos termos deste edital e seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1.O presente contrato tem por objeto o Registro de Preços para no sistema de registro de preços para o fornecimento de materiais de limpeza, necessários ao desempenho das funções administrativas cotidianas dos órgãos da Prefeitura Municipal de Teresina, conforme especificações e quantidades previstas no Termo de Referência.

1.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADE ESTIMADA
1.2.1.Os materiais a serem licitados, por meio do Sistema de Registro de Preços, são:

COTA PRINCIPAL						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**CODIGO E-GOVERNE**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QUANT. ANUAL ESTIMADA**	**PREÇO UNIT.**	**PREÇO TOTAL ANUAL ESTIMADO**
1	Máscara cirúrgica descartável, com 3	35669	PA	16.585		

	camadas de proteção (pacote com 50 unidades)					
2	Papel higiênico branco alvejado, rolo com min. 10 cm x 30 m. (**Pacote contendo 4 rolos)**	702	PACOTE	51.664		
3	Papel toalha creme c/1000 fls	20781	PACOTE	20.345		
4	Saco p/ lixo capacidade 100Lt, espessura 0,10 microns, **pct. com 100un**	4859	PACOTE	17.305		
5	Saco p/ lixo capacidade 15Lt, espessura 0,008 microns, **pct. com 100un**	2616	PACOTE	11.826		
6	Saco p/ lixo capacidade 20Lt, espessura 0,008 microns, **pct. com 100un**	982	PACOTE	10.692		
7	Saco p/ lixo capacidade 30Lt, espessura 0,008 microns, **pct. com 100un**	4860	PACOTE	13.491		
8	Saco p/ lixo capacidade 50Lt, espessura 0,008 microns, **pct. com 100un**	4862	PACOTE	13.202		
9	Saco para lixo hospitalar branco 100L, **pct. com 100un**	39285	PACOTE	4.507		
10	Luvas de silicone tamanho G, **pct. com 100un**	42725	PACOTE	6.638		
11	Touca descartável embalagem **c/100 und**	12336	CAIXA	15.129		
12	Balde a pedal polipropileno 30 – 49L	39620	UNIDADE	751		
13	Balde com pedal aço 16 – 20L	13827	UNIDADE	681		
14	Luva cirúrgica G, látex (**caixa com 100und**)	36395	CAIXA	2.349		

COTA RESERVADA PARA ME/EPP/MEI

ITEM	DESCRIÇÃO	CODIGO E-GOVERNE	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. ANUAL ESTIMADA	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL ANUAL ESTIMADO
15	Máscara cirúrgica	35669	PA	1.842		

	descartável, com 3 camadas de proteção (pacote com 50 unidades)					
16	Papel higiênico branco alvejado, rolo com min. 10 cm x 30 m. (**Pacote contendo 4 rolos)**	702	PACOTE	5.740		
17	Papel toalha creme **c/1000 fls**	20781	PACOTE	2.260		
18	Saco p/ lixo capacidade 100Lt, espessura 0,10 microns, **pct. com 100un**	4859	PACOTE	1.922		
19	Saco p/ lixo capacidade 15Lt, espessura 0,008 microns, **pct. com 100un**	2616	PACOTE	1.314		
20	Saco p/ lixo capacidade 20Lt, espessura 0,008 microns, **pct. com 100un**	982	PACOTE	1.188		
21	Saco p/ lixo capacidade 30Lt, espessura 0,008 microns, **pct. com 100un**	4860	PACOTE	1.499		
22	Saco p/ lixo capacidade 50Lt, espessura 0,008 microns, **pct. com 100un**	4862	PACOTE	1.466		
23	Saco para lixo hospitalar branco 100L, **pct. com 100un**	39285	PACOTE	500		
24	Luvas de silicone tamanho G, **pct. com 100un**	42725	PACOTE	737		
25	Touca descartável embalagem, **caixa com 100 unidades**	12336	CAIXA	1.681		
26	Balde a pedal polipropileno 30 – 49L	39620	UNIDADE	83		
27	Balde com pedal aço 16 – 20L	13827	UNIDADE	75		
28	Luva cirúrgica G, látex **(caixa com 100und)**	36395	CAIXA	260		

COTA EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI

ITEM	DESCRIÇÃO	CODIGO E-GOVERNE	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. ANUAL ESTIMADA	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL ANUAL

						ESTIMADO
29	Ácido Muriático (removic) 1.000 ml, **caixa com 12 unidades**	31665	CAIXA	1.024		
30	Água Sanitária	21817	LITRO	18.164		
31	Álcool 1 litro	17494	LITRO	7.226		
32	Álcool etílico em gel a 70%, frasco com 500g	17319	FRASCO	7.724		
33	Amaciante para roupas 20lts	15618	GALÃO	205		
34	Balde plástico com alça em alumínio capacidade 10litros	19392	UNIDADE	2.357		
35	Botas de PVC **cano curto**	37912	PAR	971		
36	Cera líquida incolor, frasco com 1000ml	459	LITRO	951		
37	Cesto plástico de lixo telado 9,6 L	2052	UNIDADE	2.275		
38	Cesto plástico para lixo – capacidade 15 litros (com tampa e com pedal)	16896	UNIDADE	1.351		
39	Ciscador de grama e jardim c/ cabo	3079	UNIDADE	768		
40	Desinfetante líquido p/ uso em geral, c/ ação germ. 5 Litros	503	FRASCO	4.618		
41	Desinfetante em pastilha p/ vaso sanitário 40 gr	7258	UNIDADE	8.960		
42	Desinfetante líquido p/ uso em geral 1 litro	7439	LITRO	8.426		
43	Desodorizador de ambiente em aerossol (spray) com no mínimo 350ML	37124	UNIDADE	5.097		
44	Detergente líquido lava louça c/ glicerina neutro 500 ml	6404	FRASCO	12.927		
45	Disco preto para enceradeira 35 cm	2773	UNIDADE	310		
46	Escova oval, base plástica	33405	UNIDADE	1.055		
47	Esponja de aço (**pacote com 8 unidades)**	16909	PACOTE	7.140		

48	Esponja dupla face, p/ limpeza, medindo aprox. 110x75x20mm	545	UNIDADE	8.532		
49	Flanela 100% algodão, c/ dim. aprox. de 25 x 40cm	583	UNIDADE	5.322		
50	Guardanapo de papel branco, tam 20x22cm, folha simples (**pacote com 50 unidades**)	4231	PACOTE	4.305		
51	Guardanapo de papel branco, tam 25x30cm, folha simples **(pacote com 50 unidades**)	2364	PACOTE	1.925		
52	Inseticida em aerossol 300 ml	7260	FRASCO	2.501		
53	Limpa alumínio líquido 500ml	29871	FRASCO	2.586		
54	Limpa vidros 1/2 litro	646	FRASCO	1.646		
55	Limpador multiuso para limpeza em superfícies	649	UNIDADE	3.481		
56	Lustra Móveis – frasco com 200ml	16930	UNIDADE	1.588		
57	Luva cirúrgica M, látex (**caixa com 100und**)	36396	CAIXA	1.656		
58	Luva cirúrgica P, látex (**caixa com 100und**)	36397	CAIXA	1.078		
59	Luva de limpeza, em látex, tamanho P	44203	PAR	529		
60	Luva de limpeza, em látex, tamanho M	44204	PAR	4.185		
61	Luva de limpeza, em látex, tamanho G	44205	PAR	5.380		
62	Óculos de segurança	2965	UNIDADE	1.073		
63	Pá p/ lixo em plástico resistente c/ cabo de aprox. 50 cm (Cabo de madeira revestida)	36066	UNIDADE	1.462		
64	Palha de aço nr. 0 c/ peso líquido mínimo de 30 g, embaladas	694	PACOTE	815		
65	Pano de chão p/ limpeza, em 100% algodão, med. 50x70 cm	697	UNIDADE	5.247		

66	Pano de prato 100% algodão medindo 60 x 40 cm	25310	UNIDADE	3.010		
67	Pedra sanitária 40 gramas	16940	UNIDADE	3.770		
68	Placa de Aviso "PISO MOLHADO"	18985	UNIDADE	472		
69	Removedor de cera líquida bombona com 5 litros	18393	GALÃO	464		
70	Removedor de gordura 500ml	16941	UNIDADE	1.189		
71	Rodo de madeira c/ borracha dupla, med. 1,20m x 40cm de base	973	UNIDADE	1.833		
72	Sabão em barra de 200g para cozinha, glicerinado, acondicion	26439	UNIDADE	9.731		
73	Sabão em pó – 500g	16944	PACOTE	9.736		
74	Sabonete em barra 90g	16955	UNIDADE	2.342		
75	Sabonete líquido bombona 5L	981	UNIDADE	2.661		
76	Saponaceo pô 300g	3906	UNIDADE	800		
77	Soda cáustica em escama 450g	22996	POTE	1.608		
78	Vassoura de palha de carnaúba	35326	UNIDADE	9.687		
79	Vassoura de pêlo sintético 60cm	1005	UNIDADE	3.424		
80	Vassoura de piaçava natural c/ cabo reto	1006	UNIDADE	2.262		
81	Vassoura tipo gari com cerdas resistentes	21410	UNIDADE	1.069		
82	Vassourão com cerdas em nylon, cabo de madeira	7263	UNIDADE	1.252		
83	Vassourinha de nylon p/ vaso sanitário c/ suporte	36177	UNIDADE	1.136		
84	Veneno para baratas/ ratos/ formigas	5346	LITRO	1.098		
85	Assento sanitário plástico branco	1285	UNIDADE	1.127		
86	Balde plástico com alça em alumínio capacidade 20litros	42	UNIDADE	1.219		

87	Rolete branco de plástico para papel higiênico	40646	UNIDADE	582		
88	Cera branca molhada (galão de 5 litros)	42724	GALÃO	200		
89	Cera líquida preta (galão 5 litros)	460	GALÃO	280		
90	Detergente desincrustante galão c/05 litros	35976	GALÃO	973		
91	Lã de aço bombril, **pct c/08 unid, 60g**	544	PACOTE	1.504		
92	Sabonete antisséptico e hidratante e emoliante 5 litros	5930	GALÃO	594		
93	Balde com pedal PVC 16 – 20L	38944	UNIDADE	729		
94	Coador de café pano	18417	UNIDADE	1.439		
95	Borrifador com gatilho, capac. 500 ml	8435	UNIDADE	2.410		

1.2.2. Os preços que as empresas devem constar no sistema licitaçoes – é o valor total anual do Item.

1.3. A aquisição do material da COTA RESERVADA terá prioridade, conforme disposto no Decreto Federal n° 8.538/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA DA CONTRATADA

2.1. Vinculam-se ao presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº XXX / 2022 com seus anexos e a proposta da Contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO:

3.1 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará e adjudicará o objeto ao vencedor, podendo revogar a licitação nos termos do Decreto Municipal 9.177/09 e artigo 49 da Lei Federal n º 8.666/93;

3.2 - Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato/retirar o instrumento equivalente no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

3.3 - Como condição para a sua contratação o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação, conforme inciso XIII do art. 55 da Lei 8666/93, prestar as informações solicitadas pela contratante, dentro dos prazos estipulados, bem como não transferir a outrem as obrigações decorrentes deste contrato;

3.4 - As obrigações decorrentes do fornecimento de bens a serem firmadas entre a Administração e a empresa fornecedora serão formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas neste Edital, seus anexos e na legislação vigente;

3.5 - A Administração poderá dispensar o termo de contrato e optar por substituí-lo por outros instrumentos equivalentes, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, nos termos do § 4° do artigo 62 da Lei 8.666/93;

3.6 - Quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato ou não apresentar situação regular, no ato da assinatura deste, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;
3.7 - O objeto contratual poderá ser acrescido ou reduzido de acordo com o disposto no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

4.1. O contrato terá vigência de 12(doze) meses, a contar da assinatura, não sendo admitidas prorrogações.

CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRAÇÃO E DA GARANTIA CONTRATUAL:

5.1. Não se admite a subcontratação, nos termos do artigo 72 da Lei 8.666/93.
5.2. Não haverá exigência de garantia de execução da presente contratação

CLÁUSULA SEXTA - REGIME DE EXECUÇÃO/ EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.1. Este contrato será executado mediante Ordem de Serviços/Nota de Empenho para autorização de continuidade emitida pelo CONTRATANTE, de acordo com a sua necessidade, nos termos da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO LOCAL DE ENTREGA

7.1. Conforme indicado abaixo:

ÓRGÃO PARTICIPANTE	ENDEREÇO
ARSETE	R. Félix Pacheco, 1405 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64001-160
ETURB	R. Clodoaldo Freitas, 664 - Centro (Norte), Teresina - PI, 64000-360
FMC	R. Félix Pacheco, 1430 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64001-160
FWF	R. Coelho Rodrigues, 900 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64000-080
IPMT	Ed. Saraiva Center, R. Firmino Pires, 379 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64001-070
PGM	Av. Nossa Sra. de Fátima, 2341 - Fátima, Teresina - PI, 64048-180
PRODATER	R. Firmino Pires, 379 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64001-901
SAAD – CENTRO	R. Clodoaldo Freitas, 664 - Centro (Norte), Teresina - PI, 64000-360
SAAD- LESTE	Av. Zequinha Freire, 370 - Uruguai, Teresina - PI, 64057-310
SAAD NORTE	R. Rui Barbosa, 3079 - Matadouro, Teresina - PI, 64002-180
SAAD SUDESTE	Av. Dep. Paulo Ferraz, 1895 - Beira Rio, Teresina - PI, 64075-535
SDR	R. João Cabral, 2319 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64001-030
SEMA	R. Firmino Pires, 121 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64001-070
SEMAM	R. Projetada, 201-225 - Água Mineral, Teresina - PI, 64006-245
SEMCASPI	R. Álvaro Mendes, 861 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64000-060
SEMCOM	Praça Marechal Deodoro da Fonseca, 860 – Palácio da Cidade – Térreo – Centro – CEP: 64000- 160
SEMDEC	R. Manoel Nogueira Lima, Nº 1347 - JOQUEI CLUB, Teresina - PI, 64049-190
SEMDUH	R. Des. Pires de Castro, 688 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64001-390
SEMEC	R. Areolino de Abreu, 1507 - Centro (Norte), Teresina - PI, 64000-

	180
SEMEL	R. Jônatas Batista, 852 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64003-077
SEMEST	Av. Campos Sales, 1292 - Térreo - Centro (Sul), Teresina - PI, 64000-300
SEMGOV	Praça Marechal Deodoro da Fonseca, 860 – Palácio da Cidade – Térreo – Centro – CEP: 64000- 160
SEMP	R. Clodoaldo Freitas, 654 - Centro (Sul), Teresina - PI, 64002-515
SEMPLAN	Pca Marechal Deodoro da Fonseca, 860, Palácio da Cidade, Térreo - Centro, Teresina-PI, 64.001-490
SMPM	R. Agripino Maranhão, 235 - Noivos, Teresina - PI, 64046-230
STRANS	Av. Pedro Freitas, 1252 - Vermelha, Teresina - PI, 64019-368.

CLÁUSULA OITAVA - DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

8.1. Se dará através de ordem de fornecimento e empenho, emitida por servidores especialmente designados.

8.2. Os materiais de limpeza deverão ser entregues no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nas quantidades, especificações, locais, datas e horários estipulados por cada Órgão Participante deste Sistema de Registro de Preços, a contar da solicitação emitida.

8.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10(dez) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15(quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

CLÁUSULA NONA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

9.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.4. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, quantidade e forma estabelecidos no Termo de Referência;

9.5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

9.6. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata;
9.7. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do presente Termo, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;
9.8. Fornecer à Contratada todo tipo de informação interna essencial à realização dos fornecimentos e dos serviços;
9.9. Comunicar prontamente à Contratada, qualquer anormalidade no objeto deste instrumento de Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Termo;
9.10. Exercer rigoroso controle de qualidade sobre o material, objeto do presente Termo;
9.11. Fazer cumprir a garantia do material, quando for o caso.
9.12. Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de sanções.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
10.2. Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal nos quais constarão, dentre outros, as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo e prazo de garantia ou validade;
10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de1990);
10.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o material com avarias ou defeitos;
10.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
10.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal;
10.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
10.8. Não transferir para outrem, no todo ou em parte, o presente contrato, sem prévia e expressa anuência da contratante;
10.9. Responsabilizar-se por todos os tributos e contribuições, tais como impostos, taxas ou outros que decorram direta ou indiretamente do fornecimento do objeto;
10.10. Responder, integralmente por perdas e danos que vier a causar à contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações legais ou contratuais a que estiver sujeito;
10.11. O objeto deste Termo de Referência deverá ser entregue acompanhado de documentação fiscal e respectivo termo de garantia do fabricante, de acordo com os prazos estabelecidos no instrumento TR.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

11.1. Os preços apresentados neste Termo de Referência são fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas e de ocorrência de situação prevista no art. 65 da Lei nº 8666/93.

11.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Gestor do contrato promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, conforme exposto em **Decreto Municipal nº 9.175/2009**.

11.3. Quando o preço registrado, por motivo superveniente e devidamente comprovado, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Gestor do contrato deverá:

d. Convocar o fornecedor ou prestador do serviço visando a negociação para redução do preço e sua adequação ao praticado pelo mercado;
e. Frustrada a negociação, o fornecedor ou prestador do serviço será liberado do compromisso assumido, sujeitando-se às penalidades previstas no edital e legislação específica em vigor;
f. Convocar os demais fornecedores ou prestadores de serviço para igual oportunidade de negociação.

11.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor ou prestador de serviço, mediante requerimento e comprovação, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

d. Liberar o fornecedor ou o prestador de serviço do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes da autorização do fornecimento ou emissão da nota de empenho;
e. Convocar os demais fornecedores e prestadores de serviço para igual oportunidade de negociação;
f. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

12.1. Os pagamentos serão feitos em até 30 (trinta) dias através de depósito bancário (Banco do Brasil) na conta corrente da contratada, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura atestada pelo servidor designado para fiscalizar a execução do Contrato, conforme quantitativos dos materiais solicitados e entregues naquele período, que deverá indicar a agência, localidade, conta corrente, para que seja feito o pagamento correspondente.

12.2. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada para as devidas correções.

12.3. A contratada não receberá pagamento enquanto houver pendências de obrigações que tenham sido impostas em virtude de penalidades ou inadimplemento. Cessadas estas causas, os pagamentos serão retomados sem que haja qualquer direito a atualização monetária.

12.4. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

a) Certidão Negativa de Débitos emitida pelo INSS;
b) Certidão de Regularidade de Fundo de Garantia por tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão de regularidade fiscal para com as Fazendas: Federal e Municipal.

Serão pagos os materiais efetivamente solicitados e devidamente recebidos e atestados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTE DE PREÇOS, REVISÃO E DA POSSIBILIDADE DE RENEGOCIAÇÃO DE PREÇOS

13.1. Os preços apresentados neste Termo de Referência são fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas e de ocorrência de situação prevista no art. 65 da Lei nº 8666/93.

13.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados

no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Gestor do contrato promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, conforme exposto em **Decreto Municipal nº 9.175/2009**.

13.3. Quando o preço registrado, por motivo superveniente e devidamente comprovado, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Gestor do contrato deverá:

g. Convocar o fornecedor ou prestador do serviço visando a negociação para redução do preço e sua adequação ao praticado pelo mercado;
h. Frustrada a negociação, o fornecedor ou prestador do serviço será liberado do compromisso assumido, sujeitando-se às penalidades previstas no edital e legislação específica em vigor;
i. Convocar os demais fornecedores ou prestadores de serviço para igual oportunidade de negociação.

13.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor ou prestador de serviço, mediante requerimento e comprovação, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

g. Liberar o fornecedor ou o prestador de serviço do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes da autorização do fornecimento ou emissão da nota de empenho;
h. Convocar os demais fornecedores e prestadores de serviço para igual oportunidade de negociação;

Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

14.1. A Contratante reserva-se o direito de aumentar ou reduzir o valor inicial atualizado do Contrato em até 25% (vinte e cinco por cento), conforme previstos no parágrafo 1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93, do valor inicial atualizado do Contrato, sem que dessa decisão caiba, ao licitante, direito a qualquer indenização.

14.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários.

14.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DE FORNECEDOR

15.1. Os registros do fornecedor serão cancelados quando:

a. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

b. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar àqueles praticados no mercado; ou

d. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 87 da Lei nº 8666/93, ou no art. 7º da Lei 10.520 de 2002.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ORDEM DE FORNECIMENTO E NOTA DE EMPENHO

16.1. Homologada a licitação, esta será encaminhada aos setores solicitantes da mesma para que, conforme avaliação e necessidades, procedam a abertura de processo de solicitação de emissão de

Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho pelos setores competentes da FMS.
16.2. A Fundação Municipal de Saúde enviará as Ordens de Fornecimento/Notas de Empenho através do e- mail oficialmente informado pela contratada. A empresa adjudicatária terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para justificar e manifestar interesse na recusa da nota de empenho, sob pena de decair o direito ao fornecimento das sanções previstas no Art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.
16.3. É facultado à Administração, quando a convocada não aceitar nota de empenho no prazo e condições estabelecidos, chamar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, podendo negociar diretamente com o(s) proponente(s) para que seja obtido preço melhor.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

17.1. A recusa injustificada da contratada em aceitar ou retirar a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legais estabelecidas.
17.2. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, fica sujeita a CONTRATADA à multa de mora de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, sobre o valor total da proposta, não ultrapassando a 10% (dez por cento).
17.3. No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do objeto desta dispensa, a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos – SEMA/PMT poderá garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções:

a. Advertência.
b. Multa equivalente a 10% (dez por cento), sobre o valor do contrato pela inexecução total, ou 5% (cinco por cento) sobre o valor remanescente do mesmo, no caso de inexecução parcial.
c. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos.
d. Declaração de inidoneidade para com a Administração Pública Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

17.4. As multas a que se referem os subitens anteriores serão descontadas dos pagamentos devidos pela Contratante ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.
17.5. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa na forma da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

18.1. À Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos SEMA/PMT fica reservada o direito de rescindir, unilateralmente, o presente Contrato, independente de interpelação judicial, se a contratada:

a. Descumprir as cláusulas contratuais;
b. Executar o Contrato com irregularidade;
c. Atrasar ou paralisar, sem justificativa prévia, a entrega dos materiais;
d. Ceder ou transferir, no todo ou em parte, as obrigações pelo cumprimento deste Contrato;
e. Tiver falência decretada ou a entrada em processo de recuperação judicial ou extrajudicial;
f. Por superveniente incapacidade técnica;

g. For dissolvida a empresa.

§ 1º - No caso de rescisão por inadimplência da contratada será aplicada a multa de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.

§ 2º - No caso de rescisão do Contrato, a CONTRATADA receberá somente o valor correspondente aos materiais entregues, deduzido o valor de multa contratual prevista na cláusula anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

19.1. As alterações contratuais poderão ocorrer :

a) - unilateralmente pela Administração:

a.1) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

a.2) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

b) por acordo das partes:

b.1) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b.2) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b.3) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

b.4) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

c) O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinqüenta por cento) para os seus acréscimos.

d) Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no parágrafo anterior, salvo: (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

d.1) as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

e) Se no contrato não houverem sido contemplados preços unitários para obras ou serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos na **alínea c.**

f) No caso de supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

g) Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

h) Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.
i) A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS PRERROGATIVAS CONTRATUAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

20.1. A Administração possui as seguintes prerrogativas contratuais:
a) modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;
b) rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei 8666/93;
c) fiscalizar-lhes a execução;
d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
e) nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.
e.1)As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.
e.2) Na hipótese do inciso I deste artigo, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS CLÁUSULAS ANTI-FRAUDE E ANTI-CORRUPÇÃO 21.1. Para os propósitos desta seção, devem ser evitadas e inibidas as seguintes práticas:
(I) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
(II) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
(III) "prática conluiada": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
(IV) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar, causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
21.2. O licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.
21.2.1. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, considera-se também como prática atentatória ao mais alto padrão de ética:

21.2.2. Da "Prática obstrutiva":
(a) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações;
(b) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
21.3. O contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluiadas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado, por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - ESTIMATIVA DE CUSTO
22.1. O valor anual estimado para a referida aquisição é de **R$ 5.584.135,22 (Cinco Milhões, Quinhentos e Oitenta e Quatro Mil, Cento e Trinta e Cinco Reais e Vinte e Dois Centavos),** consoante informação da Ficha de Licitação (5700729).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - FONTE DE RECURSOS
23.1. Fonte de Recurso: Tendo em vista tratar-se de fornecimento com base em Sistema de Registro de Preços, **a dotação orçamentária só se fará necessária quando da celebração do contrato, por cada órgão participante.**

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO
24.1. O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Município, bem como no Diário Oficial da União, em caso de existência de verba federal a ser utilizada no pagamento da presente contratação, no prazo previsto no parágrafo único do art. 61 da Lei n. º 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS
25.1. A prestação dos serviços, bem como os casos omissos regular-se-ão pelas obrigações descritas no Contrato, neste Termo de Referência e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-lhes, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, na forma do artigo 54, da Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores, combinado com inciso XII do artigo 55, do referido diploma legal.
25.2. Os casos omissos serão submetidos a parecer do Órgão Jurídico da PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA, e resolvidos de conformidade com o preceituado na Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e demais legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DO FORO
26.1. Para solucionar quaisquer questões oriundas deste certame é competente, por força de lei, o Foro da Comarca da Cidade de Teresina - Piauí, observadas as disposições constantes do artigo 32 da Lei nº 8666/93.

Teresina (PI), _____ de _____ de 2023.

_____

CONTRATANTE:

_____

CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

_____ RG_____ CPF_____

_____ RG_____ CPF_____